

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE BELAS ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

SIMONE CALISTRO FORTES

**ECOSSOCIOECONOMIA URBANA NO CONTEXTO DO TURISMO
DE BASE COMUNITÁRIA: ESTUDO DA EXPERIÊNCIA
TBC CABULA, SALVADOR, BAHIA**

CURITIBA

2020

SIMONE CALISTRO FORTES

**ECOSSOCIOECONOMIA URBANA NO CONTEXTO DO TURISMO
DE BASE COMUNITÁRIA: ESTUDO DA EXPERIÊNCIA
TBC CABULA, SALVADOR, BAHIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito para obtenção do título de Doutora em Gestão Urbana.

Orientador: Prof. Dr. Mario Procopiuck
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio

CURITIBA

2020

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

F738e
2020 Fortes, Simone Calistro
Ecosocioeconomia urbana no contexto do turismo de base comunitária :
estudo da experiência TBC Cabula, Salvador, Bahia / Simone Calistro
Fortes ; orientador: Mario Procopiuck ; coorientador: Carlos Alberto Cioce
Sampaio. – 2020.
xvi, 167 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba,
2020
Bibliografia: f. 151-167

1. Turismo – Aspectos sociais – Cabula (Salvador, BA). 2. Economia
urbana. 3. Economia ambiental. 4. Gestão ambiental. I. Procopiuck, Mario.
II. Sampaio, Carlos Alberto Cioce. III. Pontifícia Universidade Católica
Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. IV. Título.

CDD 20. ed. – 338.47918142


TERMO DE APROVAÇÃO

"ECOSSOCIOECONOMIA URBANA NO CONTEXTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: ESTUDO DA EXPERIÊNCIA TBC CABULA E ENTORNO, SALVADOR, BAHIA"

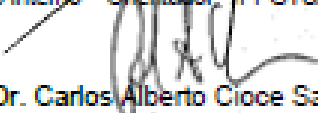
Por


SIMONE CALISTRO FORTES BORTOLOSSI

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Belas Artes, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

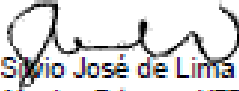

Prof. Dr. Rodrigo José Firmino
Coordenador do PPGTU/PUCPR


Prof. Dr. Mário Procopiuck
Membro Interno – Orientador – PPGTU/PUCPR


Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio
Membro Externo – FURB


Prof. Dra. Francisca de Paula Santos da Silva
Membro Externo – UNEB


Prof. Dra. Rpsá Maria Chávez Dagostino
Membro Externo – Universidad de Guadalajara


Prof. Dr. Sívrio José de Lima Figueiredo
Membro Externo – UFPA

Curitiba, 25 de junho de 2020.

À Rafaela, minha filha, que por tempo demais precisou conceder um bem de valor inestimável: nosso tempo juntas. Sem seu imenso amor, não teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

Sinto imensa gratidão por chegar até aqui e por tudo o que aprendi ao longo do caminho. Por contingências da vida, precisei enfrentar muito mais que as dificuldades naturalmente inerentes a um doutorado e estou certa de que se não fosse pelo apoio que recebi de pessoas que nunca esquecerei, não teria conseguido.

Agradeço ao Prof. Mario Procopiuck, meu orientador, por me ensinar sobre tantos temas, pela paciência infinita e palavras de otimismo, mas principalmente pelas atitudes de humanidade e respeito ao próximo que lastrearam minha caminhada e foram verdadeiras e transformadoras lições de vida para mim.

Ao Prof. Carlos Alberto Cioce Sampaio, meu coorientador e grande incentivador, sou grata pelos ensinamentos, oportunidades, ajuda em momentos difíceis, por sempre me incluir. Obrigada por sua bondade.

À Profa. Rosa Maria Chávez Dagostino por sua calorosa acolhida durante o período de estágio na Universidad de Guadalajara (UDG) e pelos inestimáveis ensinamentos práticos e teóricos sobre o turismo e sobre a vida no México.

Agradeço também ao Prof. Rodrigo Espinoza Sánchez e ao Prof. Edmundo Andrade Romo pelas orientações, tutorias e contribuições, e a todos os colegas da equipe do *Cuerpo Académico Análisis Regional y Turismo – ART* pelo apoio.

De maneira especial, minha profunda gratidão à colega Daniela Ortiz (*in memoriam*), que me ajudou muito desde o primeiro dia do estágio internacional e nos deixou cedo demais.

Ao Prof. Carlos Gauna do Programa de Doctorado en Ciencias para el Desarrollo, la Sustentabilidad y el Turismo – UDG, agradeço com muito carinho pela boa vontade em ensinar, pelas profundas reflexões sobre desenvolvimento e pela maravilhosa receptividade.

Ao Prof. José Alfonso Baños Francia e ao Prof. Jorge Ignacio Chavoya Gama do Centro Universitario de la Costa pelas valiosas contribuições quanto à relação entre o rural e o urbano na região de Puerto Vallarta e demais orientações.

Sou grata a Don Miguel Fregoso, *ejidatario* do *Ejido el Jorullo*, pela oportunidade de vivenciar o universo dos *campesinos* mexicanos através de seus depoimentos e de experienciar as atividades do impressionante empreendimento comunitário Canopy River.

À Profa. Francisca de Paula Santos da Silva, da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), pela receptividade em Salvador e pela intensidade dos aprendizados adquiridos não apenas ao observar seu ritmo incansável, mas também, para além das teorias e da técnica, através de sua paixão e dedicação a um projeto com as dimensões do TBC Cabula.

Sou grata à Eunice, que me recebeu em sua Casa de Eunice, hospedagem comunitária na região do Cabula, Salvador, e que muito me ensinou sobre a história do bairro Mata Escura e suas peculiaridades.

Minha gratidão a todos os Professores do PPGTU pelo elevado nível de suas aulas e por todas as atividades acadêmicas promovidas durante o doutoramento. Certamente há muito do que aprendi com cada um neste trabalho.

De forma especial, agradeço à Pollyana Schlenker por sua paciência infinita e boa vontade, por vezes trabalhando até mais tarde apenas para ajudar e por ter sempre um sorriso para doar.

Agradeço ao pai de minha filha e amigo para todas as horas, Daniel Bortholossi. Sua compreensão e ajuda foram imprescindíveis. Parte desta conquista é dele também.

Ao meu pai, José Ademir do Vale Berthier Fortes que me educou, ensinou a amar os estudos e pavimentou o caminho para que eu pudesse avançar, e à sua esposa, Maria de Lurdes Beraldi Fortes, meu carinhoso agradecimento por me darem a estrutura e a energia para continuar.

À minha mãe, Zélia Maria Rodrigues Calistro Fortes (*in memoriam*) por tudo o que me ensinou e pelo exemplo de força e atitude diante da vida que me deu.

À tia Fátima Bortolossi Zanini por ter sido minha maior força no momento mais difícil, por me ajudar a enxergar o caminho e por muito mais.

À minha irmã, Noeli de Fátima Rodrigues, meu norte. Sem sua ajuda, não estaria onde estou.

Minha gratidão à Marcia Santos Bortolossi e Antonio Bortolossi por me proporcionarem a estrutura e tranquilidade necessárias para realizar partes cruciais deste estudo.

À minha querida amiga Luciane Ribeiro, agradeço especialmente, porque me ajudou muito na construção desta tese, me ouviu, me incentivou, me divertiu. Sua participação foi fundamental para mim.

Agradeço aos amigos:

Alan Ripoll que desde o começo contribuiu com ideias e sugestões, além de me apoiar e incentivar;

Elisabeth Sydow, por não me deixar desistir e me ajudar a organizar o pensamento;

Gisela Solheid Meister, que tantas vezes empurrou uma cadeira de rodas para mim durante o curso e pelas ideias e atividades que partilhamos ao longo do doutorado.

Meu muito obrigada aos colegas do Necos, que ultimamente tenho acompanhado à distância, mas graças ao seu trabalho e discussões, me mantenho ativa no universo da ecossocioeconomia.

Agradeço imensamente aos profissionais da saúde que me acompanharam durante os últimos anos: Dr. Optino Figueira, Dra. Mara Rejane Trindade Camargos e Edilson Barros de Macedo. Sem eles, teria desistido.

Aos ex-alunos Gleidson José Araújo da Silva e Andressa Nogueira pela ajuda que me deram nas etapas da pesquisa em que participaram. Ambos me orgulham.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, pela bolsa de isenção que viabilizou a realização do curso de doutorado.

Minha gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE.

Aos que, porventura, deixei de mencionar aqui, espero que possam me perdoar e minha gratidão.

“Cada cidade tem a sua história e a sua cultura e, por isso, cada paisagem urbana de hoje sofre a mesma degradação. Todas as autoestradas, todos os hospitais, todas as escolas, todos os escritórios, todos os grandes complexos urbanos e todos os supermercados se assemelham. [...] Todos os policiais motorizados e todos os especialistas em informática se parecem; em toda a superfície do planeta têm a mesma aparência, ao passo que, de uma região para outra, os pobres diferem. Sob pena de reinstrumentalizar a sociedade, não escaparemos à homogeneização progressiva de tudo, ao desenraizamento cultural e à estandardização das relações pessoais [...]. Eu não quero dar receitas para mudar o homem e criar uma nova sociedade e não pretendo saber como vão mudar as personalidades e as culturas. Mas tenho a certeza: uma multiplicidade de ferramentas limitadas e de organizações convencionais estimulariam uma diversidade de modos de vida, que teriam mais em conta a memória, ou seja, a herança do passado, ou a invenção, isto é, a criação. [...] Uma sociedade convencial é uma sociedade que oferece ao homem a possibilidade de exercer uma ação mais autônoma e mais criativa, com auxílio das ferramentas menos controláveis pelos outros.”

(ILLICH, 1976, p. 31-37)

RESUMO

As cidades, centros das aglomerações humanas, se consolidam como base da estrutura social contemporânea, porém tendem a apresentar fragilidades em virtude do predomínio do modelo de desenvolvimento urbano orientado por um sistema econômico que gera abismos sociais e impactos ambientais transformando-as em palco de conflitos e disputas. Nesse mesmo ambiente, ainda que em menor escala, consolidam-se empreendimentos locais que interagem com esse modelo, porém, operando com consciência ambiental e organização comunitária, o que os propuliona a se afastarem da influência daquela lógica materialista de mercado. Trata-se da manifestação da ecossocioeconomia urbana, tema central deste trabalho. Por não existirem experiências ecossocioeconômicas iguais e levando em conta a escassez de estudos do seu comportamento em ambiente urbano e de publicações que discutam seus aspectos teóricos, surgiu o interesse em encontrar elementos para melhor compreendê-las e para identificar os fatores que proporcionam sua consolidação na cidade de Salvador, Bahia, através da experiência TBC Cabula. Para estudar o fenômeno, foram propostas as seguintes questões de pesquisa: (a) quais são as dimensões teóricas e empíricas que contribuem para a caracterização das experiências práticas da ecossocioeconomia urbana? (b) como se configura a ecossocioeconomia urbana mediada pelo Turismo de Base Comunitária no contexto da experiência TBC Cabula, em Salvador, Bahia? Com base nesses questionamentos, estabeleceu-se como objetivo geral da tese, analisar a configuração da ecossocioeconomia urbana mediada pelo Turismo de Base Comunitária no contexto da experiência TBC Cabula, em Salvador, Bahia. Como objetivos específicos, determinou-se: a) identificar categorias analíticas que, em conjunto, permitam observar a expressão da ecossocioeconomia urbana; b) formar um corpus de análise composto por relato de publicações acadêmicas sobre o Projeto TBC Cabula; c) caracterizar o Projeto TBC Cabula quanto às dimensões ecológicas, sociais e econômicas, considerando as tensões entre a cidade e o urbano na contemporaneidade; d) analisar como se expressam princípios da ecossocioeconomia urbana a partir da experiência do turismo de base comunitária. A abordagem metodológica abrangeu inicialmente uma imersão preliminar para vivência em um contexto de construção da realidade em ambiente de complexidade relacional. Esta se deu através de estágio doutoral realizado na *Universidad de Guadalajara* – México. A metodologia foi fundamentada no construtivismo social, com abordagem qualitativa e natureza aplicada. A pesquisa se classifica ainda como exploratória e descritiva. Para a apresentação e análise dos resultados, optou-se pela estratégia da narrativa histórica associada à narrativa sociológica. A unidade de observação foi a experiência TBC Cabula, sendo que foram analisadas 26 publicações científicas sobre o turismo de base comunitária a ela relacionadas. Entre os principais resultados, verificou-se que todos os princípios da ecossocioeconomia urbana determinados para o estudo estão presentes na experiência, sendo que apenas a questão ambiental precisa ser fortalecida. Através do TBC, a ecossocioeconomia urbana se configura em múltiplas manifestações ou empreendimentos, que se desenvolvem simultaneamente e de forma dinâmica, parametrizados pelas características socioculturais e ambientais do território, considerando as subjetividades da relação entre a cidade e o urbano.

Palavras-chave: Ecossocioeconomia Urbana. Turismo de Base Comunitária. Cidade e Urbano na Contemporaneidade.

ABSTRACT

The cities, centers of human crowding, are consolidated as the basis of the contemporary social structure, however they might present weaknesses due to the predominance of the model of urban development guided by an economic system that generates social gaps and environmental impacts, turning them into a stage of conflicts and disputes. In the same environment, although on a smaller scale, local enterprises are consolidated interacting with this model, however, operating with environmental awareness and community organization, that divert them from the market logic's materialistic influence. This is the manifestation of urban eco-social economics, the central theme of this work. Since there are no similar eco-social economics experiences and considering the shortage of studies in urban behavioral environments, together with the shortage of publications to discuss their theoretical aspects, there was an interest in finding elements to better understand this theme and to identify the factors that provide its consolidation in the city of Salvador, Bahia, through Community Based Tourism - CBT Cabulas' experience. Studying the phenomenon, the following research questions were proposed: (a) what are the theoretical and empirical dimensions that characterize the practical experiences of urban eco-social economics? (b) how the urban eco-social economics configures itself mediated by Community Based Tourism in CBT Cabulas' experience context in Salvador, Bahia? Based in these questions, the general thesis's objective is to analyze urban eco-social economics configuration mediated by Community Based Tourism in the CBT Cabulas' experience's context, in Salvador, Bahia. As specific objectives, we may enumerate as follows: a) to identify analytical categories that, together, allows urban eco-social economics' expression; b) to form some analysis's body of academical publications' reports about CBT Cabulas' experience; c) to characterize CBT Cabulas' experience in ecological, social and economics' dimensions, considering the tensions between the city and urban's space in contemporary times; d) analyze how urban eco-social economics' principals are expressed from community-based tourism's experience. Initially, the methodological approach was carried by a preliminary immersion in a reality construction in a relational complexity's environment. This took place through a doctoral internship at the University of Guadalajara - Mexico. The methodology was founded on social's constructivism, with qualitative approach and applied nature. The research is still classified as exploratory and descriptive. For the results' presentation and analysis, we opted for the historical narrative, associated with the sociological narrative's strategy. The observation's unit was the CBT Cabulas' experience, and also 26 scientific publications on related community based tourism. Among the main results, it was found that all the urban eco-social economics' principles determined for the study are present in the analyzed experience, but the environmentalist aspect needs to be strengthened. Through Community Based Tourism, urban eco-social economics is configured in multiple manifestations or enterprises, which develop simultaneously and dynamically, parameterized by socio-cultural's territories and also environmental characteristics, considering city and urban's relation subjectivities.

Keywords: Urban eco-social economics. Community Based Tourism. City and Urban in Contemporary.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Corpus do Trabalho – Publicações TBC Cabula 2010-2019	76
Quadro 1 - Atividades do estágio internacional na Universidad de Guadalajara	60
Quadro 2 - Etapas da pesquisa	61
Quadro 3 - Dimensões ecossocioeconômicas	68
Quadro 4 - Matriz Analítica – Definição das categorias de análise	69
Quadro 5 - Matriz Analítica – Síntese das categorias de análise	78
Quadro 6 - Síntese das categorias analíticas e operacionais do corpus de análise .	78
Quadro 7 - Exemplo de preenchimento	79
Quadro 8 - Síntese do Corpus de Análise com obras e respectivas categorias analíticas e operacionais	80
Quadro 9 - Atividades desenvolvidas pelo projeto TBC.....	128
Quadro 10 - Dimensões ecológicas, sociais e econômicas do Projeto TBC Cabula frente às tensões entre a cidade e o urbano.....	130

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	30
2.1	AS TENSÕES CONTEMPORÂNEAS ENTRE A CIDADE E O URBANO.	30
2.2	ECONOMIA ECOLÓGICA E ECOLOGIA HUMANA.....	34
2.2.1	Economia Ecológica: perspectivas e fundamentos	34
2.2.2	Ecologia Humana: trajetória e reflexões	41
2.3	ECOSSOCIOECONOMIA URBANA.....	46
3	ABORDAGEM METODOLÓGICA	57
3.1	IMERSÃO PRELIMINAR PARA VIVÊNCIA EM CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE EM AMBIENTE DE COMPLEXIDADE RELACIONAL	57
3.2	DELINEAMENTO DA INVESTIGAÇÃO NO CONTEXTO DO CABULA E ENTORNO, EM SALVADOR	61
3.3	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	64
3.4	CONTEXTO E ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO.....	67
3.4.1	Matrizes analíticas e categorias de análise da investigação	67
3.4.2	Formação do <i>corpus</i> de análise e interpretativo da investigação	75
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO	80
4.1	ANÁLISE DO PROJETO TBC CABULA A PARTIR DE MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS.....	80
4.1.1	Categoria Analítica – (CA1) Turismo de Base Comunitária	81
4.1.1.1	CA1 - CO1 – Turismo de Base Comunitária – TBC.....	86
4.1.1.2	CA1 - CO2 - Princípios do TBC à luz da Ecosocioeconomia.....	90
4.1.1.3	CA1 - CO3 - Troca de saberes e práticas.....	90
4.1.1.4	CA1 - CO4 – Convivencialidade.....	95
4.1.1.5	CA1 - CO5 - Aspectos pedagógicos.....	97

4.1.1.6	CA1 - CO6 – Aspectos motivacionais	101
4.1.2	Categoria Analítica (CA2) Ecosocioeconomia.....	103
4.1.2.1	CA2 - CO1 – Modalidades de agir.....	104
4.1.2.1.1	Agir extraorganizacional	104
4.1.2.1.2	Agir inteorganizacional	105
4.1.2.1.3	Agir extrarracional	106
4.1.2.2	CA2 - CO2 – Apoderamento	107
4.1.2.3	CA2 - CO3 - Grupos coletivos com princípios de autogestão.....	109
4.1.2.4	CA2 - CO4 – Autonomia	110
4.1.2.5	CA2 - CO5 – Colaboração.....	111
4.1.2.6	CA2 - CO6 – Solidariedade.....	112
4.1.2.7	CA2 - CO7 – Sustentabilidade.....	113
4.1.3	Categoria Analítica (CA3) Dimensões da Ecosocioeconomia.....	114
4.1.3.1	CA3 – CO1 - Econômica	116
4.1.3.2	CA3 - CO2 – Social.....	117
4.1.3.3	CA3 - CO3 – Ecológica.....	119
4.1.4.1	CA4 - CO1 - A cidade como dimensão qualitativa do urbano	123
4.1.4.2	CA4 - CO2 - Gestão comunitária do TBC.....	123
4.1.4.3	CA4 - CO3 - Cultura em comunidades urbanas.....	123
4.2	A EXPERIÊNCIA TBC CABULA E SEU PROCESSO DE URBANIZAÇÃO.....	124
4.3	O PROJETO TBC CABULA.....	126
4.3.1	Caracterização do Projeto quanto às dimensões ecológicas, sociais e econômicas frente às tensões entre a cidade e o urbano.....	129
4.3.1.1	A Dimensão Ecológica.....	134
4.3.1.2	A Dimensão Social.....	135
4.3.1.3	A Dimensão Econômica	137
5	CONCLUSÕES.....	138

5.1	CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA.....	146
5.2	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	147
5.3	OPORTUNIDADES PARA NOVOS ESTUDOS.....	147
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151
	ANEXO A - FORMULÁRIO QUALITATIVO DE COLETA DE DADOS.....	165
	ANEXO B – INFORME FINAL DE ESTANCIA DOCTORAL.....	166

1 INTRODUÇÃO

A ideia da cidade como pedra fundamental da estrutura social contemporânea vem, por um lado, mostrando consolidação diante das contínuas e aceleradas transformações das sociedades modernas. Por outro, a percepção do seu papel na edificação e fortalecimento dessas sociedades em torno de um ideal democrático e sustentável apresenta fragilidades por haver mais democracia política do que democracia econômica. Diante disso, tem soado paradoxal a tendência de crescimento concentrado das sociedades urbanizadas e as condições de qualidade de vida que isso tem gerado para parte significativa das suas populações. O modo de vida urbano da atualidade, marcado pela velocidade do desenvolvimento tecnológico, tende a seguir imerso em um paradigma materialista/individualista e orientado para o consumo, desenvolvendo-se sob a falsa noção da existência de recursos naturais infinitos dos quais é possível apropriar-se e explorar ilimitadamente.

É ainda no ambiente urbano onde se evidencia o desequilíbrio social, destacando-se que a questão econômica não é a única responsável por determiná-lo. As mudanças no universo das comunicações e da tecnologia, ainda que tragam importantes contribuições para a humanidade, também geram estresse e desorientação, não proporcionando o tempo necessário para assimilação e adaptação por parte do indivíduo ou das sociedades. A humanidade, sentindo-se conectada e interligada globalmente, tende a sentir-se atraída pelas modernas tecnologias acessadas de qualquer ponto do planeta. Porém, esse mundo permanece enigmático e intimidante, dificultando ao indivíduo encontrar seu verdadeiro lugar e compreender os limites de sua atuação objetiva (RODRIGUES; OLIVEIRA e FREITAS, 2001).

As cidades, de maneira geral, têm manifestado dificuldades para obter a sustentabilidade social¹ e enfrentado uma diversidade de problemáticas emergentes, sem oferecer tempo para os cidadãos traçarem estratégias de enfrentamento por meios que os mantenham conectados com condições mínimas que contribuam para o seu bem-estar nesses contextos urbanos. (WOODCRAFT; HACKLETT e CAISTOR-

¹ Segundo o Oxford Institute for Sustainable Development – OISD, a definição de sustentabilidade social pode ser descrita como “A interação de indivíduos, comunidades e sociedades, como vivem uns com os outros e se propõem alcançar os objetivos e modelos de desenvolvimento que escolheram para si próprios, levando em consideração os limites físicos de seus lugares de origem e do planeta terra como um todo”.

ARENDAR, 2011). Entre os muitos exemplos, ressalta-se os distúrbios urbanos relacionados às migrações massivas forçadas, que superaram patamares históricos em 2016, com cerca de 65 milhões de pessoas desalojadas e desenraizadas ao redor do mundo. A idealizada imagem de tolerância que absorveria e diluiria as diferenças de etnia, classe social e cultura caíram por terra dando lugar ao racismo e à xenofobia (MÁRQUEZ; GODOY, 2016).

Nesse contexto, a América Latina é exemplo emblemático desse panorama, apresentando concentração da maioria populacional em grandes metrópoles, além de cidades dispersas e desintegradas, espalhadas por vastos territórios. Seu processo de urbanização foi intenso e, atualmente, 81% da população vive nas cidades (KOTKIN *et al.*, 2014). “A América Latina é a região mais urbanizada do mundo, mas também uma das menos povoadas em relação ao seu território. Quase 80% de sua população vive em cidades, uma proporção superior à do grupo de países desenvolvidos”, afirma um relatório da ONU-Habitat, o programa da ONU para Assentamentos Humanos. Essa concentração populacional somada às questões geopolíticas e socioeconômicas tem contribuído para que a desigualdade social aumente, com consequentes impactos na qualidade de vida dos cidadãos. Quanto ao Brasil, como apontam Martine e McGranahan (2010), experimentou na segunda metade do século 20 uma das mais aceleradas transições urbanas da história mundial, que o transformou rapidamente de país rural e agrícola em país urbano e metropolitano com maioria populacional vivendo em cidades grandes. Atualmente, quase dois quintos da população total residem em cidades de pelo menos um milhão de habitantes².

Questões como a desindustrialização e o enfraquecimento dos vínculos com o mercado de trabalho vêm provocando a decomposição da sociedade assalariada e gerando novas experiências sociais. Esses elementos mudam a relação entre a condição urbana e a cidadania, na medida em que a sociabilidade nas grandes cidades passa a não ter mais como substrato (objetivo e subjetivo) os mecanismos e os valores que promovem a solidariedade, a integração e a igualdade social (KATZMAN e RIBEIRO, 2008). Adicionalmente, as acumulações financeiras giram em torno dos grandes empreendimentos e investimentos e prioritariamente para aí se direcionam as atenções do poder público e político, movidos por interesses diversos. Isso faz com que as áreas menos desenvolvidas careçam da atuação efetiva do Estado, com vistas

² Informação divulgada pelo último censo publicado no Brasil pelo IBGE no ano de 2010.

a superar uma urbanização incompleta e excludente (KLICKSBERG, 2002). Outro agravante é a tendência de aumento da pobreza no Brasil. Segundo o World Bank (2016), devido à prolongada crise econômica, até o final de 2017, o país testemunharia um aumento de 2,5 milhões até 3,6 milhões no número de pessoas vivendo na miséria. Situação que, com a pandemia que ora se instaura com a Covid-19, aponta para patamares inimagináveis sobre a capacidade de alocação no mercado de trabalho.

Nos casos das sociedades ou dos seus segmentos de populações menos favorecidas, do ponto de vista social, observa-se que as transformações massivas pelas quais passam as cidades têm intensificado a desigualdade de renda, a precarização do trabalho, o aumento do desemprego e a perda de direitos sociais. Nem mesmo as políticas sociais pontuais estão sendo suficientes para reverter o aumento desses reflexos ou custos sociais decorrentes principalmente da reestruturação econômica imposta pela globalização. Nesse sentido, as políticas neoliberais não se mostraram suficientes para obter os efeitos positivos tão propagados. O resultado tem sido a manutenção da secular e estrutural desigualdade encontrada em todo o planeta (MENDONÇA, 2009). Essa configuração impôs desestabilidade, gerando fragilidades políticas, sociais e econômicas e criando condições favoráveis para o estabelecimento de um modelo econômico pautado pelo consumo e pelo lucro que vem provocando a geração de pobreza, desperdício e destruição ambiental, além de contribuir para a formação de sociedades mais individualistas, alienadas, desumanizadas. Sua base de operação é o mercado que exerce influência sobre os processos socioeconômicos existentes, atuando como uma força invisível, homogeneizando e padronizando a vida em sociedade.

Proporcionalmente ao aumento das aglomerações humanas e à complexificação dos seus problemas, a vida urbana tem gerado problemáticas abrangentes condensadas de um amplo conjunto de fatores que derivam no aumento de problemas ambientais e elevação do consumismo como forma de compensação pela falta de sentido na lógica convivencial nos centros urbanos. Isso, por um lado, tem desencadeado, por exemplo, problemas quanto à produção de resíduos orgânicos e inorgânicos e revelado a questão do lixo e seu alto impacto sobre o meio ambiente (GEWEHR, 2010). Por outro, surgem possibilidades de renovação de valores éticos e morais que podem pautar um desenvolvimento mais sustentável trazendo à prática, por exemplo, a utilização de recursos não tangíveis, como os originários da cultura, da geração de utilidades ou mesmo a partir da retomada de mecanismos de permuta a partir de

meios tradicionais de trocas de produtos de natureza tangível. Há, portanto, desafios importantes para buscar a elevação da qualidade de vida das pessoas a partir da valorização da cultura e da busca de fontes de lazer enquanto se procura resolver aquelas condições macroestruturais de organização dos meios e da lógica para alocação de recursos na sociedade.

Esse contexto de revalorização de dimensões éticas e morais vem gerando movimentos proativos de diversas naturezas, motivados pela necessidade de uma sociedade mais igualitária e menos impactante ao meio ambiente. Entre eles, mais notadamente a partir da década de 1970, emerge a ecossocioeconomia, na esteira de um amplo movimento mundial em prol da busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental, que teve como marco a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo.

Derivada da tentativa de reaproximação dos espaços da economia e da ética pela via de uma nova “perspectiva ecológica” e acrescida pela percepção das limitações congênitas dos indicadores usuais de eficiência econômica e de criação de riqueza social, a ecossocioeconomia, como abordagem de desenvolvimento, traz a tentativa de uma nova economia de sistemas socioecológicos complexos. Embora sendo a ecossocioeconomia uma área do conhecimento ainda em construção, seu estudo consiste em considerável desafio aos seus pesquisadores, exigindo a abertura da economia a novas abordagens. Neste caso, sob a abordagem dos sistemas auto organizadores, abarca novas dimensões, como a energética e a informacional e a dos novos instrumentos de avaliação (não monetários), como suscetíveis de apreender aqueles certos aspectos do real que escapam aos instrumentos tradicionais de análise (VIEIRA, 2013).

Como tema de interesse central deste trabalho, a ecossocioeconomia urbana se expressa em iniciativas locais de desenvolvimento contextualizadas com problemas sistêmicos de origem global e conectadas com o engajamento socioambiental e socioeconômico de organizações e movimentos vinculados ao poder público, à iniciativa privada e ao terceiro setor, bem como de suas inter-relações, com formulações únicas e características endógenas, consistindo em construção de experiências inovadoras e propícias de serem mais bem compreendidas a partir de investigações, como a que se propôs a presente tese.

Para um estudo aprofundado dessas manifestações da ecossocioeconomia, há que se considerar que, por um lado, trazem novas perspectivas articuladas de forma

abrangente e complexa para expressar o que ocorre em contextos de desenvolvimento pautados em questões mais próximas às necessidades humanas e com impactos significativos e positivos no *modus vivendi* de diferentes comunidades e que, por outro lado, se estabelece o desafio de delimitar o escopo teórico, bem como de definir quais seriam as dimensões que permitem a compreensão e interpretação da realidade sob os seus pressupostos.

De certa forma, a ecossocioeconomia tem o potencial de se estabelecer como uma alternativa ao capitalismo transnacional, ainda que opere em pequena escala e territorialmente por arranjos institucionais e socioprodutivos, uma vez que “a dinâmica capitalista vem sendo apontada como a principal causadora das patologias socioambientais, socioespaciais e socioeconômicas, que privilegia o cálculo de consequências econômicas individuais de curto prazo sobre coletivas de médio e de longo prazo” (SAMPAIO e DALLABRIDA, 2009; SAMPAIO; ALVES, 2019). Sampaio e Alves (2019) ainda afirmam que a ecossocioeconomia analisa as complexidades do cotidiano, repensando a economia através do ecodesenvolvimento e quebra paradigmas ao contrapor-se ao utilitarismo economicista. Porém, não há a intenção de transformá-la em outro modelo hegemônico e sim criar metodologias de gestão que enfatizem ações participativas, descentralizadas e responsáveis social e ambientalmente.

A ecossocioeconomia emerge, portanto, como uma alternativa para perceber o mundo capitalista, de uma forma mais sustentável a partir de experiências coletivas nas quais os membros comungam a expectativa de melhoria na qualidade de vida, autonomia, reconhecimento como ser humano, quer dizer, como ser social, bem como satisfazer as necessidades sem que para isso tenham que se submeter à lógica utilitarista vigente (SAMPAIO; ALVES e FALK, 2008).

Algumas de suas proposições são mais ambiciosas em termos de mitigação, lidando com questões estruturais, institucionais, ao passo que outras são menos ambiciosas, no que se refere à adaptação a uma lógica vigente, no sentido de regulá-la. Entretanto, a maioria das experimentações se situa entre estes dois polos, eliminando a existência de um modelo ideal. As experiências que a manifestam, em grande parte, se organizam sob o ideal comunitário, no bem-comum, em espaços híbridos entre rural e urbano. Porém, observa-se que, em maior ou menor grau, tornam-se experiências fragilizadas quando não se inserem em um ambiente institucional proativo, como um processo de aprendizagem, pois não se sabe bem ao certo qual é o contorno dessa ordem ou desordem sustentabilista, mesmo porque quando surgem nuances

da emergência de um novo paradigma, ainda há resquícios do antigo, que se deseja superar (SAMPAIO *et al.*, 2014).

Embora ainda em estágio embrionário, esse tema vem ganhando a atenção do meio acadêmico, por mais que nem sempre seja abordado sob o título “Ecosocioeconomia”. Dentro dos estudos sobre o desenvolvimento sustentável, grupos consistentes de investigação vêm, por exemplo, explorando sistematicamente as dimensões “ecológica” e “social sem dissociá-las das relações cotidianas da vida em microsociedades com lógicas próprias de convivencialidade, que formam territórios que privilegiam uma ética de convívio socioambiental. Esse, por exemplo, é o caso do Núcleo de Estudos do Futuro da PUCSP, que vem investigando o “ecosociodesenvolvimento” e gerando, além de publicações acadêmicas, também a criação de projetos e programas de políticas públicas como o Programa Cidades Sustentáveis e o Guia de Gestão Pública Sustentável – GPS. Ainda associado a essas iniciativas, é importante ressaltar o reconhecimento alcançado através da criação da cátedra Ignacy Sachs de Ecosociodesenvolvimento, também pela PUCSP, no ano de 2014.

Outro exemplo, neste caso internacional, é a *Red de Socio-Ecosistemas y Sustentabilidad*, com sede no México. Sendo uma “metarede” de estudos acadêmicos, conta com a participação dos mais renomados pesquisadores da área no país e abrange diversas outras redes dedicadas a estudos específicos dentro da temática cujo próprio nome explicita. A visão estabelecida para a sua atuação pressupõe que o bem-estar das sociedades e a manutenção dos ecossistemas em conjunto com sua biodiversidade estão estreitamente vinculados e que a solução de problemas ambientais na busca da sustentabilidade ecológica, social e econômica descansa no entendimento das interações complexas entre a sociedade e os ecossistemas.

Em Curitiba, vem sendo realizado sistematicamente desde 2011, através do Núcleo de Ecosocioeconomia – Necos, o trabalho de identificação de experiências de ecosocioeconomia brasileiras e internacionais, através do projeto atualmente denominado Cidades e Soluções, que foi financiado pela Fundação Araucária, e do projeto “Ecosocioeconomia Urbana: arranjos socioprodutivos e autogestão comunitárias visando o desenvolvimento territorial sustentável”, ainda contando com o financiamento da CAPES, de cuja equipe esta pesquisadora fez parte ao longo de sua trajetória de formação doutoral. Essas experiências vêm se ampliando e consolidando, sendo crescente também o surgimento de novas modalidades. Os estudos realizados,

têm mostrado que a ecossocioeconomia, com suas amplas dimensões, de forma pedagógica, vem demonstrando a expressão de uma forma heterodoxa de desenvolvimento, mais incluyente, solidária e sustentável, preservando uma dinâmica própria, mas interagindo com a lógica capitalista de mercado, no sentido de concebê-la sob outra essência.

Outra constatação proveniente dessas pesquisas, sugere que as experiências apontadas como de boas práticas, quando não concebidas em redes (interorganizacionais), como sugere a ecossocioeconomia, estão suscetíveis às constantes influências de suas subjetividades próprias. A partir disso, é possível pensar que, ao longo do tempo, correm o risco de impregnar-se de valores materialistas e individualistas e vir a se diferenciarem pouco de empreendimentos da velha ordem, quando não há um padrão de intersubjetividade (SAMPAIO *et al.*, 2014; SAMPAIO; ALVES, 2019). No caso do ambiente urbano, devido à exposição direta das iniciativas à lógica hegemônica de mercado e à complexidade dos processos que influem na composição do território, envolvendo uma relação de indissociabilidade entre sistemas sociais e sistemas ecológicos, as dificuldades encontradas pelas experiências de ecossocioeconomia são maiores, aspecto que o torna um ambiente propício a experimentações. Assim, para estudar a ecossocioeconomia em contexto urbano, dentro da multiplicidade de experiências existentes, devido à área de formação desta pesquisadora, optou-se pela análise daquelas ligadas ao Turismo de Base Comunitária (TBC). Ao observar os princípios norteadores do desenvolvimento em experiências de TBC, percebe-se, pois, que essas sugerem um modo de vida sustentável e resiliente, do ponto de vista daqueles que usufruem do espaço para fins turísticos em relação ao meio em que tal prática se manifesta. Sua discussão possibilita ainda abordar o desenvolvimento comunitário, no sentido pedagógico, para os indivíduos que residem no espaço urbano.

Com base no estado de maturação atingido pela ecossocioeconomia urbana no Brasil, observado nas catalogações do NEcos, foi selecionada a experiência: TBC no Cabula e Entorno, localizada em Salvador, Bahia. Justifica-se a escolha por ser esta a iniciativa mais significativa do Brasil em termos de Turismo de Base Comunitária em ambiente urbano. Quanto à amplitude da pesquisa, a experiência foi estudada em contexto local, considerando que a economia de mercado se configura de diferentes modos, mesmo dentro de um determinado país, tornando difícil avaliar como variáveis com incidências nacionais ou mesmo internacionais, podem ser captadas em microcontextos locais.

Em termos das contribuições suscitadas por este trabalho, vale considerar que a relação entre o meio ambiente e o homem através da economia em ambientes urbanos é demarcada por um limite de exploração representado por um lastro de recursos naturais que, se extrapolado, pode gerar desequilíbrios socioambientais amplos e difíceis de prever. Neste sentido, pode-se dizer que estudos como o aqui proposto são de considerável relevância.

A cidade, como centro das aglomerações humanas, demanda investigações urgentes sobre práticas conscientes e sustentáveis, que possam trazer respostas à essas questões e serem replicadas ou servir como modelo para novas iniciativas nesse sentido. Com preocupações nessa direção, por exemplo, Max-Neff (2012) afirma que o período atual é de transição e será preciso ter a capacidade de enfrentar problemas diversos, complexos e de imensa magnitude, que exigirão mudanças de paradigmas.

Para os gestores urbanos, alcançar atender, por um lado, às constantes demandas derivadas de interesses socioeconômicos conflituosos e, por outro, a necessidade de cuidados atentos com as questões ambientais, mostra-se um desafio complexo quando não se conta com a existência de um laboratório de experiências em curso e, neste sentido, este estudo traz contribuições significativas.

Em sua estrutura, esta pesquisa tem por base a intenção de buscar soluções para as patologias de um desenvolvimento urbano orientado pela racionalidade do sistema econômico vigente. Sob essa lógica, abismos sociais se estabeleceram, transformando cidades e regiões em palco de conflitos e constantes disputas, por vezes, pela sobrevivência. Porém, ainda assim, há comunidades urbanas e situadas no entorno urbano que conseguem organizar-se e empreender de forma exitosa, sem impregnar-se pelos valores impostos pelo mercado que invariavelmente tenta assimilar suas iniciativas. Esse é o caso da experiência TBC Cabula, cujos resultados alcançados até o término desta investigação e estudados por especialistas e aqui analisados, demonstram como se expressa a ecossocioeconomia através do turismo de base comunitária, ampliando as possibilidades de reflexão sobre ambas as temáticas e apresentando exemplos de uma práxis diferenciada na economia local.

Enquanto o enfoque da ecossocioeconomia urbana, aqui proposto, vem mostrando a capacidade de transcender a visão meramente mercantilista da economia, trazendo em sua essência a ideia de promover a elevação da qualidade de vida e da consciência ambiental nas cidades, o que vai ao encontro do que se denomina por

Bem Viver, segundo as concepções de Alcântara e Sampaio (2019), o turismo, na maior parte do tempo compreendido apenas como alternativa econômica, geradora de trabalho e renda pelos gestores públicos, tem a capacidade de ir além disso, podendo inclusive atuar como elemento aglutinador na sociedade que o promove. Quando desenvolvido de forma inclusiva, com a participação ativa das comunidades locais, o turismo promove, pois, a elevação da sua autoestima, valorização da cultura local, noção de pertencimento.

A organização comunitária proativa, contrapondo e compensando os aspectos negativos do modelo hegemônico de economia e exercendo a prática de um modelo mais equitativo e ambientalmente consciente, vem obtendo resultados positivos em iniciativas de TBC em áreas urbanas em diversos países da América Latina. Porém, são escassos os estudos a respeito do tema e, neste sentido, este estudo realizou uma profunda análise científica de uma experiência brasileira importante, que pôde ser mais bem compreendida. Os conhecimentos gerados podem ser aplicados à área de Gestão Urbana, através de políticas públicas de desenvolvimento.

A disseminação do conhecimento sobre o tema na comunidade científica através de participação em eventos, publicação de artigos, e da tese também são retornos importantes deste trabalho. No âmbito teórico, a realização deste estudo ajuda a promover a discussão sobre o tema da ecossocioeconomia urbana, insuficientemente explorado e com limitada sistematização das dimensões que o fundamentam do ponto de vista científico.

Em termos de originalidade, a problemática apresentada nesta tese está inserida em uma crise sócio ambiental de proporções planetárias. Embora sejam muitos os indícios e as constatações sobre os fatores causadores da situação, suas configurações são complexas e alguns dos seus efeitos parecem ser irreversíveis, como o desaparecimento de espécies e o esgotamento de recursos naturais. Em termos sociais, pode-se mencionar a segregação gerada pela apropriação diferenciada do conhecimento; ignorância quanto aos variados aspectos da natureza devido ao processo científico e educativo; concentração do poder tecnológico; apropriação privada dos saberes populares e a alienação por não se ter acesso ao conhecimento (LEFF, 2003).

Possivelmente, o epicentro do fenômeno esteja por conta do sistema econômico e paradigmático vigente, que por estar baseado em uma economia criminosa de amplitude internacional, afeta em profundidade as economias e políticas dos diversos

países. Trata-se de um sistema (capitalista) que não mais responde aos problemas da maioria das pessoas, conforme se aponta abaixo, o que põe em risco e destrói comunidades locais e exercita uma biotecnologia mal pensada, capaz de violar o caráter sagrado da vida, transformando a diversidade em monocultura, a ecologia em engenharia e a própria vida numa mercadoria (CAPRA, 2002).

Cabe destacar disparidades como a concentração de renda, sendo que 19% da população do planeta aglutina 62% da renda bruta, enquanto 49% desse público concentra 15% da renda. Os mesmos 19% mencionados, pertencem à países com IDH muito alto e são responsáveis pela emissão de 57% do dióxido de carbono (CO₂) do globo terrestre. Em contraposição, os 49% que possuem menos renda, representam países com médio e baixo IDH e respondem pelo lançamento de 11% de CO₂, apontando disparidade em relação à poluição. Com base na tendência desse cenário, é possível conjecturar que, caso um país como a Índia, por exemplo, que representa 18% da população mundial, viesse a sobrepujar sua classificação de país de médio IDH, ocorreria um aumento significativo em sua emissão de CO₂. Outra disparidade abrange os efeitos da desigualdade social. Hong Kong e Serra Leoa são os países com maior e menor expectativa de vida, sendo 84,1 e 52,2 anos respectivamente e sua renda, PIB e IDH são inversamente proporcionais (UN, 2018).

Apesar da força e predominância desse sistema, surgem e se consolidam de forma insurgente modos de vida e práticas econômicas alternativas que há pouco eram considerados idealistas ou utópicas. De certa maneira o cenário da Pandemia do Covid-19 contribui para evidenciá-las, como por exemplo as redes de cidadania alimentar no formato de células de consumo responsável, onde se aproximam pequenos agricultores, na maioria agroecológicos, com consumidores responsáveis (MIRANDA, 2020). Estas vêm demonstrando resiliência e resultados capazes de demonstrar a real possibilidade de enfrentamento das consequências geradas pelas práticas humanas dos últimos séculos. É nessa constatação, onde se ancora esta pesquisa, que se propôs a enfrentar o desafio de encontrar uma escala de estudo que permitisse compreender cientificamente esses fenômenos locais, aparentemente frágeis diante de forças predominantes, mas que, contrariando o que apontaria a lógica, alcançam graus importantes de consolidação e demonstram melhor qualidade de vida para os seus integrantes, resguardando o meio em que vivem e com o qual interagem, sendo em ambientes urbanos ou rurais.

O olhar aqui parte das ciências sociais aplicadas, adentrando na discussão teórica sobre a relação entre a cidade e o urbano. São observadas também as teorias da ecologia humana (tem como premissa a inseparabilidade dos sistemas sociais e ecológicos) e da economia ecológica (pondera os custos ambientais na ação econômica). A intenção é constituir um arcabouço de conhecimentos que venha a dar sustentação teórica à ecossocioeconomia urbana, sendo esta derivada do ecodesenvolvimento, entendido como antecedente do desenvolvimento sustentável e apontado como um paradigma sistêmico.

É possível afirmar que o ecodesenvolvimento está voltado ao enfoque epistemológico-teórico e a ecossocioeconomia enfatiza o enfoque metodológico-empírico, sendo que se manifesta no mundo da vida e pode ser teorizada a partir das experimentações e das complexidades do cotidiano (SACHS, 1986; SAMPAIO, 2009). É possível que, ao ser mais bem compreendida e sistematizada, a ecossocioeconomia possa trazer amplas contribuições para a mitigação da problemática socioambiental que se apresenta com considerável grau de severidade em aglomerações urbanas e aponta para o agravamento conforme ocorra o aumento populacional.

A estrutura teórica apresentada para a leitura da realidade estudada constitui fator de ineditismo, uma vez que através de pesquisa exploratória não foi encontrada nenhuma proposta semelhante. Outro fator, não menos importante, compreende o objeto de estudo desta tese, sendo o “turismo de base comunitária em ambiente urbano”. O mesmo conjunto teórico foi aplicado para compreender esse fenômeno sociopolítico, gerando novos conhecimentos sobre suas questões estruturais e operacionais. Praticamente não há publicações de estudos sobre esse tema específico.

No contexto apresentado até aqui, observa-se a existência de um modelo econômico que gera insatisfações sociais e impactações ambientais cujos efeitos são de difícil mensuração, expressando-se em meio urbano. No mesmo ambiente, consolidam-se empreendimentos locais interagindo com esse modelo, porém, operando em bases em valores que denotam consciência ambiental e organização comunitária. Inscreve-se um interessante paradoxo e dele emergiram dúvidas sobre o que leva tais iniciativas a essa configuração e ao êxito, sendo que seria aparentemente mais fácil adaptar-se às práticas estabelecidas no mercado. O fato de que esses empreendimentos estejam inseridos na economia de mercado, submetidos à permanente influência de uma lógica materialista e individualista, alicerces que mantêm sua racionalidade econômica predominante, porém sem perder suas dinâmicas próprias, foi

outro elemento que suscitou o interesse em desenvolver estudos para a sua compreensão.

Assim, entendendo que não existem experiências de ecossocioeconomia que possam ser consideradas iguais, apresentando sempre formas peculiares de se autogerir e de encontrar soluções criativas para a resolução de problemas, e também levando em conta a escassez de estudos do seu comportamento em ambiente urbano e de publicações que discutam os aspectos teóricos da própria ecossocioeconomia, surgiu o interesse em encontrar elementos que contribuíssem para a sua compreensão teórica e para a identificação dos fatores que proporcionam sua consolidação na cidade de Salvador, Bahia, através da experiência TBC Cabula.

Para estudar o fenômeno, foram propostas as seguintes questões de pesquisa: (a) quais são as dimensões teóricas e empíricas que contribuem para a caracterização das experiências práticas da ecossocioeconomia urbana? (b) como se configura a ecossocioeconomia urbana mediada pelo Turismo de Base Comunitária no contexto da experiência do Cabula e Entorno, em Salvador, Bahia?

Com base nesses questionamentos, estabeleceu-se como objetivo geral da tese, **analisar a configuração da ecossocioeconomia urbana mediada pelo Turismo de Base Comunitária no contexto da experiência TBC Cabula, em Salvador, Bahia**. Como objetivos específicos, determinou-se:

- a) identificar categorias analíticas que, em conjunto, permitam observar a expressão da ecossocioeconomia urbana;
- b) formar um corpus de análise composto por relatos de publicações acadêmicas sobre o Projeto TBC Cabula;
- c) caracterizar o Projeto TBC Cabula quanto às dimensões ecológicas, sociais e econômicas, considerando as tensões entre a cidade e o urbano na contemporaneidade;
- d) analisar como se expressam princípios de ecossocioeconomia urbana a partir da experiência do turismo de base comunitária.

O estudo foi desenvolvido na Linha de Pesquisa “Políticas Públicas”, que tem entre seus objetivos analisar a transformação das práticas de atuação da sociedade civil, enfatizando o uso de instrumentos de planejamento e gestão em diferentes escalas, incluindo a comunitária (PPGTU, 2019), sendo esse o foco da pesquisa.

Também esteve inserido no âmbito de dois projetos de pesquisa, sendo os seguintes:

Projeto Cidades e Soluções: mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Foi financiado pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cujo objetivo geral foi de avançar na construção do conhecimento sobre a teoria e prática da ecossocioeconomia, a partir de experiências urbanas bem-sucedidas com componente de dimensão tácita do conhecimento. Em seus objetivos específicos, visava possibilitar novos campos de conhecimento, contribuindo para a formação acadêmica de graduandos, mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos; ampliar a base de dados sobre experiências em ecossocioeconomia urbana; propor indicador de ecossocioeconomia; adequar a metodologia de gestão organizacional estratégica ao desenvolvimento territorial sustentável, por meio do aprendizado alcançado nas experiências estudadas, a fim de buscar formas alternativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e selecionar indicadores capazes de mensurar a vulnerabilidade e adaptação das experiências estudadas, no cenário das mudanças climáticas.

Projeto Ecossocioeconomia Urbana: arranjos socioprodutivos e auto-gestão comunitárias visando o desenvolvimento territorial sustentável. Financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, busca respostas sobre como promover economias comunitárias, a partir de arranjos socioprodutivos de base territorial, inseridas na economia de mercado, e ainda conservar suas dinâmicas próprias num contexto de desenvolvimento territorial sustentável. Para tratar a questão, o projeto tem como objetivos complexificar o conceito de ecossocioeconomia, avançando a proposta anterior, segundo Sampaio (2010), e refinar a proposição conceitual-metodológica de arranjos socioprodutivos de base territorial sustentável. Na dimensão empírica esse projeto visa descrever e analisar experiências de ecossocioeconomia urbana significativas e analisar comparativamente experiências de ecossocioeconomia urbana significativas a partir de uma estrutura de arranjo socioprodutivo de base territorial. Com enfoque interdisciplinar e operacionalização interinstitucional, a pesquisa se desenvolve em parceria entre três Instituições de Ensino Superior, sendo: Pontifícia universidade Católica do Paraná (PUCPR), Universidade Federal do Pará (UFPA) a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), estabelecidas em diferentes regiões geográficas do Brasil e todas com ampla experiência de atuação e pesquisa em desenvolvimento sócio econômico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Neste capítulo serão tratados teoricamente alguns temas adjacentes à temática da ecossocioeconomia urbana para conferir-lhe sustentação, assim como parâmetros para a delimitação do campo de análise, uma vez que se trata de uma área do conhecimento que apresenta características de considerável nível de complexidade e ainda pouco estudada.

Como traço inerente às ciências sociais, o campo das problemáticas excessivamente vasto não permite ser englobado ou reduzido a uma só disciplina, caracterizando-se como pluridisciplinar. “Cada disciplina - sociologia, psicologia, etnologia, economia, etc. – não deve visar o conjunto do espaço epistêmico das ciências do homem, mas delimitar estritamente – metodologicamente – um campo de análise, um aspecto particular desse aspecto” (BRUYNE *et al.*, 1982).

Desta forma, por razões relacionadas às áreas de formação e atuação da autora, em conjunto com seus orientadores e por critérios de aderência fundamental à proposta da ecossocioeconomia até agora identificados, foram eleitos os seguintes temas de estudo: A Cidade e o Urbano; Economia Ecológica; Ecologia Humana; Ecossocioeconomia Urbana e Turismo de Base Comunitária, sendo esta uma das possíveis expressões da ecossocioeconomia.

2.1 AS TENSÕES CONTEMPORÂNEAS ENTRE A CIDADE E O URBANO

As cidades contemporâneas surgem a partir do rompimento do modo de vida praticado nas cidades-estados ou cidades gregas. No Século XVIII, durante a Revolução industrial e tendo como marco o advento do comércio, as cidades passam a experimentar a ausência do primeiro setor, e por conseguinte depender da produção da zona rural, o que passa a ser sua principal característica e também a defini-las (SILVA; MACEDO, 2009).

O conceito de cidade oferece distintos olhares ou entendimentos de acordo com as diferentes áreas da ciência. É difícil se afastar da perspectiva geográfica de cidade como objeto tangível, como veem os geógrafos clássicos. Entretanto, é possível identificar na compilação das principais publicações do filósofo francês Henri Lefebvre, feita por Araújo (2012), que o conceito de cidade aparece como um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação ou a projeção da sociedade sobre um

local, em cosmovisão de ordenação situacional ou contextual, isto é, definido de acordo com as especificidades socioeconômicas do *locus*.

Neste sentido, a cidade se dá como a estrutura que comporta o urbano, este traduzido nas complexas relações sociais e entendido como a dimensão da interação dos diferentes grupos que compõem determinada sociedade. As práticas destes grupos sociais influenciam na concepção da cidade e o inverso também é verdadeiro, uma vez que a cidade e o urbano são mutáveis e influenciáveis, ou seja, interagem entre si. A cidade é a base que sustenta o urbano como o campo das interações sociais (ARAÚJO, 2012) em um binômio simbiótico estrutura/movimento, ligados através do sentimento de urbanidade.

Contudo, estas originalidades que dão identidade às cidades resistem ao processo pós-moderno de homogeneização dos espaços e lhes conferem diferenciais, nos quais residem as características de sociedade urbana (ARAÚJO, 2012). Este caráter plural com que as dinâmicas sociais se moldam é chamada Urbanidade, entendida “como resultado e como condição da integração social, simultaneamente; como sua construção, expressão e experiência” (NETTO, 2013, p.251). No limiar entre a convivência dos grupos sociais urbanos encontram-se tensões advindas de diferenças identitárias, segundo Netto (2013) “tensões da diferenciação social que emanam do processo de formação das identidades e definem grupos sociais distintos e distantes, ainda que atuando simultaneamente na cidade”. Tais tensões são fruto da interação social, da urbanidade ou ainda da experiência com o outro.

O convívio urbano e de seus atores provocam tensões de ordem social, que por sua vez geram problemas de ordem ambiental e econômica. A primeira destas tensões é percebida pelas classes sociais (NETTO, 2013), e diz respeito às diferenças de ordem socioeconômica que impõem barreiras para o convívio entre as classes na configuração hegemônica capitalista de relação de trabalho. Desta desarmonia surgem patologias urbanas como a violência.

A formulação e reformulação da cidade vêm ocorrendo de forma favorável à reprodução do capital, ocasionando uma grave desordem urbana baseada na desigualdade social onde a violência urbana é apenas uma das consequências. Para mitigá-la, é necessário tratar em profundidade as suas causas, sendo impossível dissociar a inter-relação entre economia, política e sociedade (COLOMBO *et al.*, 2018).

Maricato (2013), traz a perspectiva da ocupação ilegal do solo urbano no Brasil como geradora de uma exclusão urbanística que, por sua vez, é ignorada na representação da “cidade oficial”. Essa ilegalidade pode ser funcional para o mercado imobiliário restrito e especulativo e para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor ou, dependendo do ponto de vista, é muito disfuncional para a sustentabilidade ambiental, as relações democráticas e mais igualitárias, para a qualidade de vida urbana e para a ampliação da cidadania. “A segregação territorial e todos os corolários que a acompanham – falta de saneamento ambiental, riscos de desmoronamentos, risco de enchentes, violência – estão a ela vinculados” (p.123).

Para a autora, entre as principais consequências da exclusão territorial estão a predação ambiental que deriva da dinâmica de exclusão habitacional e assentamentos espontâneos e a escalada da violência. Esse processo, segundo sua visão, é cada vez mais insustentável devido ao nível de comprometimento ambiental urbano (MARICATO, 2013).

Existe uma tensão entre a cidade formal e a cidade ilegal que é dissimulada e a legislação urbanística se aplica somente à cidade “oficial”. A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade. A representação da “cidade” se constrói de forma ideológica, tornando a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal, sendo que somente a parte elitizada da cidade toma o lugar do todo, encobrendo a cidade real (MARICATO, 2013).

De forma crítica, Maricato (2013) ainda alerta que o espaço urbano está muito além de ser um mero cenário para as relações sociais. Antes, é instância ativa para a dominação econômica ou ideológica e as políticas urbanas que são ignoradas por praticamente todas as instituições brasileiras, têm papel fundamental na ampliação da democracia e da cidadania.

A segregação das cidades é resultante das tensões entre as camadas sociais, que se distinguem entre circuito superior e circuito inferior (SANTOS, 1979, 2004), separando por quesitos de renda as comunidades urbanas, de um lado os menos favorecidos muitas vezes acometidos por gentrificação, e remanejados para parcelas proibidas do território urbano; e de outro a classe média alta que se autosegrega e cria espaços privilegiados de vida (PEREIRA, 2018).

A afirmação da segregação espacial no meio urbano define a formação de diferentes identidades, que, por meio de redes sociais, se distanciam suprimindo con-

sideravelmente possibilidades de interações. Este contexto social tem formação endógena que trilha para a diferenciação das comunidades sociais, em lógica que se explica ao passo que uma dinâmica psicossocial injeta vetores de aproximação interna e distanciação externa, sob forma de diferentes graus de interação. Via de regra, há ainda a tensão do convívio de comunidades e grupos que residem nas urbes. A interação entre eles pode culminar em atritos oriundos das diferenças que os fazem se agrupar (NETTO, 2013).

Vale ainda citar duas construções políticas e opostas: os modelos de cidade-mercadoria e cidade-direito. Estas, como tensões contemporâneas da relação entre a cidade e o urbano, ainda que não exclusivas da contemporaneidade. O pensamento do modelo de cidade-mercadoria decorre do fato de apenas a administração pública decidir sobre os usos e configurações da tessitura urbana, numa tentativa retrógrada de embelezamento, sem construção participativa. Uma tentativa de “higienização social”, causando um efeito onipresente nas sociedades pós-industriais, a gentrificação, gerando assim “outros bens comuns” aos quais tem acesso a parcela da população com maior poder aquisitivo. Este contexto se dá também como principal empecilho para a gestão urbana participativa (PILATI; GRASSI, 2018).

O modelo de cidade-direito atribui ao poder público o papel de indutor do bem-estar social e de proponente de políticas públicas no sentido de mitigação dos conflitos sociais e embate contra seus mecanismos de produção (PEREIRA, 2018). O autor trata ainda da perspectiva lefebvrea de direito à cidade de maneira dual: de um lado os direitos fundamentais básicos, do outro, novas formas de organização urbana. Em sua visão, o direito à cidade está ligado à criação de uma vida alternativa urbana menos alienada, que promova a emancipação humana. Seria o direito de reconstruir a cidade na perspectiva da justiça social e da felicidade, reduzindo as distorções capitalistas presentes no cotidiano das sociedades contemporâneas (PEREIRA, 2018).

Para Maricato (2013), não é possível reverter o rumo do crescimento das cidades sem reverter os rumos das relações sociais, porém, a construção de um novo paradigma urbano faz parte da luta por uma nova sociedade.

Em processo dinâmico de tensões e interdependência, a cidade e o urbano interagem no tempo e no espaço, desenhando contextos sociais, oportunizando a alguns, segregando a outros, delineando e protagonizando a história humana.

2.2 ECONOMIA ECOLÓGICA E ECOLOGIA HUMANA

A ideia de uma Economia Ecológica começou a tomar corpo nas décadas de 60 e 70 do século XX. Com a emergência do movimento ambientalista, a questão do petróleo, dos recursos naturais, da energia e do ambiente em geral se tornou um tema de importância econômica, social e política que veio a ser chamado de Questão Ambiental. Esse pensamento fomentou uma crítica ao modelo de desenvolvimento econômico vigente até então, resultando num conflito entre a ideia de crescimento econômico e a preservação dos recursos ambientais. Este conflito teria que trazer limites à continuidade do próprio crescimento econômico. Em conclusão, a questão ambientalista começava a ocupar progressivamente um espaço cada vez maior de discussão em contraponto ao funcionamento do sistema econômico vigente até então (AMAZONAS, 2001).

A Ecologia Humana, segundo a definição de Pires (2014), “[...] é uma área de formação e de investigação que adota uma perspectiva pluridisciplinar para analisar as interações entre os sistemas sociais e os sistemas ecológicos estimulando a emergência de competências transversais e especializadas para a leitura das mudanças sociais e ambientais que resultam dessa interação”. Entende-se, assim, que essa disciplina engloba um estudo muito mais aprofundado do ser humano em seu meio ambiente, envolvendo uma miríade de disciplinas, diversas, desde a antropologia, a geografia, a psicologia, a sociologia e o planejamento urbano em conjunção com as complexas interações ecológicas da segunda metade do século XX (ALVIM; BADIRU; MARQUES, 2014).

2.2.1 Economia Ecológica: perspectivas e fundamentos

Os fundamentos da Economia Ecológica remetem aos primórdios do pensamento econômico, que teve sua origem nos pensadores franceses denominados fisiocratas. Para eles, a riqueza vem da terra, o processo de fabricação só pode mudar a forma do valor derivado da natureza e o comércio pode apenas mudar sua localização e propriedade (FUSFELD, 1978; ALMEIDA e NEGOCIO, 2010).

Se para os fisiocratas a riqueza vinha somente da terra, para os economistas clássicos o valor derivava somente do trabalho. A cada etapa do processo produtivo, um valor é agregado ao produto e esse valor vem do trabalho. Sob esse prisma, a

economia ganhou uma visão ortodoxa onde as prioridades econômicas estão à frente das necessidades ecológicas. Surge, então, o problema da precificação dos recursos naturais que invariavelmente subestima seus reais valores. Os recursos da natureza são tratados como “bens livres”, só sendo cobrado o custo de oportunidade da extração. O termo Economia Ecológica considera que o funcionamento do sistema econômico deve ser compreendido na inclusão das condições do mundo dos recursos naturais sobre o qual se realiza, pois é dele que se extraem a energia e as matérias-primas que regem o bom andamento econômico. Entendendo-se que o processo físico é profundamente interligado com o processo econômico, as relações físicas não podem deixar de ser consideradas na análise do sistema econômico, porque esta se tornaria incompleta (ROSA; ALMEIDA e NEGOCIO, 2010).

No contexto atual das relações econômicas, pode-se dizer que a inclusão do meio ambiente ainda não é percebida ou considerada com a devida importância. Embora o tema seja amplamente discutido no âmbito acadêmico e se expresse em políticas públicas de variadas áreas, não encontra o devido respaldo do mundo econômico. A economia ecológica aborda as relações entre ecossistemas e sistemas econômicos no sentido mais amplo e abrangente. Desta forma, essas relações são o ponto focal de muitos dos nossos problemas atuais mais prementes, (por exemplo a sustentabilidade, a chuva ácida, aquecimento global, extinção de espécies, distribuição de riqueza), mas eles não estão bem abordados por nenhuma disciplina existente. A economia ambiental e de recursos, como atualmente é praticada, abrange apenas a aplicação da economia neoclássica a problemas ambientais e de recursos.

A ecologia, como é praticada atualmente, às vezes trata dos impactos humanos nos ecossistemas, mas a tendência mais comum é somente focar nos sistemas “naturais”. Economia ecológica visa ampliar essas áreas modestas de sobreposição. Inclui a economia ambiental neoclássica e os estudos de impacto ecológico como subtemas, mas também incentiva novas formas de pensar sobre os vínculos entre os sistemas ecológicos e econômicos. A Economia Ecológica pode ser entendida ainda como uma nova abordagem transdisciplinar que contempla toda a gama de inter-relacionamentos entre os sistemas econômico e ecológico. De certa forma, trata-se de uma abordagem muito diferente da relação entre a economia e o meio ambiente. Com o advento da economia ecológica há a associação à ideia mais veemente de sustentabilidade, onde o capital natural não pode ser substituído por outro tipo de capital (CONSTANZA, 1989).

Destacam-se, nesse contexto, os estudos pioneiros de Ayres e Kneese (1969), de Kneese, Ayres e d'Arge (1970), de Noll e Trijonis (1971), de Tietenberg (1973) e de Mäler (1974). Esses autores passaram a tratar a economia como um sistema que obtém do meio ambiente materiais para transformação pelo processo produtivo bem como a energia para propulsionar essas transformações, e que devolve esses materiais e essa energia ao ecossistema, na forma de resíduos e rejeitos. Conforme Ayres e Kneese (1969, p. 284),

“os insumos para o sistema (econômico) são os combustíveis, os alimentos e as matérias-primas que, em parte, são convertidos em bens finais e, em parte, tornam-se resíduos e rejeitos. Exceto no caso de aumentos nos estoques, os bens finais também terminam ingressando na corrente de rejeitos. Assim, em essência, os bens que são “consumidos” apenas fornecem certos serviços. Sua substância material continua existindo e, ou os mesmos são reaproveitados, ou são descartados no meio ambiente.”

Em uma economia fechada para exportações ou importações, onde não haja acumulação líquida de estoques como construções e equipamentos, bens de consumo duráveis ou construções residenciais, a quantidade de resíduos depositada no meio ambiente é quase igual ao peso dos combustíveis primários, dos alimentos e das matérias-primas que entram no sistema produtivo com a adição do oxigênio da atmosfera (MUELLER, 1996).

Existe aí, uma modificação no entendimento da “economia convencional” e da “ecologia convencional”. A Economia Ecológica transcende a fragmentação desses conceitos, entendendo-os de forma transdisciplinar e integrada, unindo as questões econômicas e ecológicas às demais disciplinas correlacionadas e propondo uma análise de forma conjunta e inter-relacionada dos dois sistemas. Neste sentido, a Economia Ecológica não pretende rejeitar os instrumentos e o *modus operandi* da “economia convencional” e da “ecologia convencional”, mas pretende utilizá-los de uma forma em que ambos estejam em equidade de consideração e de necessidade, apontando para a necessidade de criação e desenvolvimento de novos conceitos e instrumentos para complementar tal empreitada (AMAZONAS, 2001).

A economia ecológica busca construir um novo paradigma teórico que considera a economia dentro da ecologia, por ser esta última uma teoria mais abrangente, a ciência das inter-relações por excelência. Ou seja, o sistema econômico deve passar a respeitar critérios, condições e normas ecológicas. Também tece uma crítica à degradação ecológica e energética que resulta dos processos hegemônicos de produção

e consumo, reconhecendo que, no mundo contemporâneo, a produção segue guiada e dominada pela lógica de mercado e a proteção ao ambiente é considerada um custo. Questiona ainda os fundamentos daquela economia a partir da percepção de seus limites ecológicos e entrópicos dado que a condição de escassez, base da ciência econômica, passou do processo de substituição contínua de recursos esgotados para uma escassez global induzida pela expansão econômica (LEFF, 2001; MOLINA; LUI e SILVA, 2007).

Segundo Berkes e Folke (1992), muitos avanços aconteceram nesses últimos anos no campo da economia ecológica, exatamente para tentar um novo olhar sobre as inter-relações do ser humano com a natureza. Três diferentes fatores de análise são preponderantes para essa questão, abraçando os conceitos de capital natural, capital “feito pelo homem” ou manufaturado e capital cultural. De acordo com os pesquisadores, o capital natural refere-se ao que se extrai da natureza. São os recursos que serão modificados pelo capital cultural para culminar no capital manufaturado. Esses conceitos permitem caracterizar as maneiras pelas quais uma sociedade interage com o ambiente e as formas através das quais fará uso do capital natural. Quanto ao capital cultural, é considerado como parte do arcabouço de questões ligadas ao ser humano e é o que define a forma como será usado o capital natural em seu direcionamento para o capital manufaturado.

Ao analisar essas relações através de um prisma sistêmico, observa-se que são inter-relacionadas, uma vez que fazem parte de vários sistemas complexos interligados, envolvendo desde o sistema de tecnologias para extrair recursos naturais, somado aos sistemas humanos de análise, cooperação e manutenção e finalmente ao complexo sistema de manufatura e transformação do capital natural. Se analisado historicamente, o planeta pode ser observado como um mosaico de sistemas sociais e ecológicos em desenvolvimento, onde o subsistema humano foi selecionando espécies que atendiam às suas necessidades e precisou evoluir sob a pressão seletiva de ter que usar o capital natural de forma sustentável, gerando uma coevolução. Essa coevolução caracteriza-se como um processo local, específico ao conhecimento cultural, tecnologia e organização social locais. Dessa forma, os subsistemas humanos locais podem ser considerados como um ponto de partida significativo para a discussão da evolução na economia ecológica (BERKES e FOLKE, 1992).

Essas colocações também permitem notar que todo esse sistema complexo de inter-relações esbarra em fator preponderante que parece contradizê-lo em sua

própria lógica: o capital natural é finito, e se não for usado de forma sustentável, não se sustentará a médio e longo prazo.

O desenvolvimento do sistema capitalista vigente se dá às custas de limitações ambientais como o esgotamento crescente de recursos não-renováveis e o excesso de impactos negativos no que tange à degradação do ambiente, reforçando a ideia de que o próprio sistema engendra, de forma estrutural e recorrente suas limitações no âmbito da própria sobrevivência do ser humano no planeta (OLIVEIRA e ANDRADE, 2012). Nas últimas décadas, pois, os níveis de renda e hábitos culturais vêm passando por modificações constantes, levando a uma grande alteração e elevação dos padrões de consumo e os efeitos gerados pela manutenção desse padrão tornam cada vez mais evidente sua insustentabilidade. Isso gera uma demanda crescente por recursos naturais e resulta numa produção de resíduos de produção industrial que aumentam na mesma proporção, fazendo com que as questões referentes aos limites quanto à sua utilização sejam cada vez mais discutidas (PAZ DE SOUZA, 2008).

A relação entre economia e ecologia ainda está para ser totalmente construída, porém alguns elementos podem ser evidenciados como: (a) ecologia indica à economia que existem custos econômicos distantes no espaço – em escala planetária – e no tempo – gerações futuras; e (b) a ecologia evidencia a não-redutibilidade de muitos custos ambientais e humanos a unidades econômicas.

Para Menuzzi e Silva (2015), se a produção obedecer apenas às leis econômicas clássicas, o que se produzir não será necessariamente favorável ao homem. Não ocorrem “milagres” na natureza e a economia deve necessariamente submeter-se às leis da natureza. Sob uma ótica voltada à América Latina, Furtado (1974) complementa essa visão alertando quanto aos padrões de consumo dos países ricos e sobre a tentativa inviável de reprodução destes hábitos pelos países emergentes, tanto devido à consideravelmente maior expansão demográfica destes últimos, como devido ao aumento do desperdício da cadeia produtiva, promovendo assim, mais pobreza e degradação ambiental.

De forma abrangente, a elevação da produtividade e a conseqüente acumulação mais intensa do capital resultaram num sistema econômico excludente que contribuiu direta e efetivamente para o agravamento das disparidades sociais. Houve uma falsa ideia de desenvolvimento, sobretudo durante a fase de forte expansão econômica mundial, a partir dos anos de 1950, se estendendo até o final dos anos 70. Tal

ascensão ampliou e tornou mais visível a intensidade dos impactos ambientais gerados pela atividade produtiva, despertando a atenção inicialmente dos movimentos ambientalistas, que por meio de conferências, encontros, declarações, cartas e outros meios mobilizaram a sociedade (MONTIBELLER *et al.*, 2012).

Segundo Cavalcanti,

um ajuste então se faz na forma de inclusão do meio ambiente como apêndice da economia-atividade, a qual continua sendo vista como o todo dominante; nesse caso, o ecossistema possui a essência de um almoxarifado ou dispensa, podendo até ser pensado como um penduricalho. É esse o campo de estudo conhecido como economia ambiental; no meu entender, poder-se-ia denominá-lo de visão econômica da ecologia. A economia do meio ambiente é considerada normalmente como um ramo da microeconomia. (2010, p.56)

Cavalcanti (2010) ainda conclui que a economia convencional exclui a natureza como externalidade do processo econômico; a economia ambiental se preocupa em dar preço à natureza, com a tendência de vê-la como amenidade (uma ideia implícita na noção vulgar do “verde”); e a economia ecológica atribui à natureza a condição de suporte insubstituível de tudo o que a sociedade pode fazer.

Nas valorações monetárias, a relevância de um serviço da natureza para o mercado é o fator que conta. Entretanto, serviços da natureza possuem múltiplos significados. Um mangue, por exemplo, além de seu papel econômico, importa do ponto de vista da paisagem, da sobrevivência de populações vizinhas, da cultura, do sagrado. Daí resultam diferentes valores que demandam uma visão integrada das dimensões física, social, cultural e espiritual do ecossistema (CAVALCANTI, 2010 p. 63-64).

Transformar em valor os recursos naturais esgotados como meio de verificar se o desenvolvimento tem sido sustentável representa uma iniciativa para, pelo menos, se ter uma ideia econômica dos passivos gerados. Assim se apresenta a Economia Ecológica com um elemento preponderante que agregará valor econômico ambiental aos interessados: clientes, consumidores, fornecedores, acionistas, público interno, governos e outros. Há que se reconhecer que aceitar que a aplicação desse modelo não é nada fácil para a economia tradicional, porque isso representa acrescentar custos em conceitos pouco difundidos, além de apresentar dificuldades em demonstrar resultados tangíveis quanto aos impactos locais e mundiais. Quanto aos problemas ambientais em escala global, a preocupação é um pouco mais complexa do que a questão atual da relação oferecida entre a economia e o meio ambiente. Para

tratar esse tema, há uma necessidade premente de desenvolver bons indicadores ecológico-econômicos que envolvam melhores estimativas de degradação ambiental e humana na dilapidação dos recursos. São necessários mais indicadores de desenvolvimento sustentável, em que os valores sejam obtidos por dedução da soma das riquezas de um país, de seu Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao valor estimado dos recursos esgotados e degradados, como por exemplo, pela erosão do solo, desmatamento para a pastagem do gado etc. (SANTOS; SANTOS, 2015).

Apesar dos estudos mais aprofundados de Economia Ecológica ainda serem recentes e não alcançarem consenso perante as teorias econômicas convencionais, é possível notar a existência de certo menosprezo às questões que envolvem a sensibilidade dos ecossistemas e a necessidade de proteção ambiental. Na visão preponderante, a Economia Ecológica é um simples apêndice da economia-atividade, que tem como foco encontrar preços corretos para a alocação ótima de recursos em situações de máximo benefício e mínimo custo. É assim que ela é ensinada e praticada, sendo que sua necessidade se manifesta com uma motivação central: internalizar custos ambientais a fim de se obter preços que reflitam custos de oportunidade sociais marginais completos. Na verdade, o processo econômico – que opera dentro de um subsistema aberto envolvido pelo ecossistema global – tem que respeitar limites (quer os do fornecimento de recursos, quer os da absorção de dejetos, além dos da própria tecnologia). Daí a noção de desenvolvimento sustentável: trata-se de promover a economia (e o bem-estar dos humanos) sem causar estresses que o sistema ecológico não possa absorver (CAVALCANTI, 2010).

Provavelmente, a tarefa mais desafiante que a humanidade enfrenta atualmente é a criação de uma visão compartilhada de uma sociedade sustentável e desejável que possa proporcionar prosperidade permanente dentro das restrições biofísicas do mundo real, de forma justa e equitativa para todos os seres humanos e para as outras espécies, incluindo as gerações futuras.

Isso ainda está longe da realidade, embora muitas sementes estejam sendo plantadas. Para alcançar esse ideal será necessário superar os medos e o ceticismo, compartilhando e construindo novos pensamentos, até que se chegue a uma visão do mundo que se quer. Fazer essa transição da caminhada insustentável baseada no “saque” à terra para um curso sustentável é o principal desafio proposto à humanidade

nos dias atuais, mas pode ser alcançado por meio do aprendizado proporcionado pelos equívocos do passado. Acima de tudo, e principalmente, todos devem enfrentar o fracasso pessoal de suas escolhas individuais sobre consumo, estilos de vida, habitação e estilos de trabalho, e reconhecer que estas são as decisões que, em última instância, determinam a qualidade ambiental. Além disso, quanto maior o acesso à educação, maiores serão as oportunidades e responsabilidades morais para fazer escolhas pessoais consistentes com uma civilização sustentável para o planeta (CONSTANZA *et al.*, 1997).

2.2.2 Ecologia Humana: trajetória e reflexões

A palavra ecologia deriva das antigas palavras gregas *oikos* e *logos* e significa ciência do habitat. Em geral, concorda-se que a palavra ecologia foi usada, em 1866, por Ernst Haeckel (1834-1919), zoologista alemão. Ele se referiu a uma ciência por vezes chamada ecologia geral, que estuda as inter-relações entre organismos e seus arredores. Os assuntos da ecologia geral buscam entender as interações existentes nos ecossistemas, seus fatores bióticos e abióticos. Segundo Lencastre (2006), a teoria da ecologia remonta em discurso um passado mítico e nostálgico de um ambiente intocado pela ação humana, em visão preservacionista superada pela urbanização e industrialização. Este modelo se desdobra, influenciando a outras categorias biológicas e fenomenológicas, como a Ecologia Humana.

Em sua gênese a ecologia humana surge com caráter pluridisciplinar, buscando compreender as relações humanas e influenciada pelo modelo da ecologia geral, porém lançando olhares pragmáticos da biologia em consonância com outras ciências. A partir do momento em que despertou interesse de outras áreas do conhecimento, seu arcabouço teórico começou a se desenvolver no sentido de ter uma amplitude do entendimento das relações do indivíduo humano, suas coletividades e interações com seu meio físico-natural. Hoje, tem caráter transdisciplinar, necessário para compreender as complexidades humanas (ALVIN, 2014).

Porém, a ecologia humana enfrenta a barreira das visões cartesianas. Estas observam as interações humanas e seus constructos culturais como alheios aos fatores naturais, em visão antropocêntrica e teológica conservadora que nos afasta de nossa animalidade. Em contraponto a este posicionamento Lencastre (2006, p.43) diz que:

A natureza não obedece a um equilíbrio ideal e tenaz a que só o ser humano escaparia. Do mesmo modo, o ser humano não é dotado de uma margem de variação infinita, reservando para a natureza a inércia homeostática, independente dos projetos da cultura ou independente da própria “natureza da natureza” (*natura naturans*).

O autor afirma ainda que a ecologia humana contemporânea traz o indivíduo humano como fator biótico ativo na natureza.

A ecologia humana pode ser considerada como o estudo das relações de pessoas com o meio ambiente abrangendo diversas disciplinas e profissões científicas, incluindo antropologia, arqueologia, arquitetura, biologia, demografia, epidemiologia, ecologia geral, geografia, direito, medicina, ciência política, psicologia, sociologia e teoria dos sistemas. Essa definição demonstra que a maioria das análises do ser humano em relação ao seu ambiente raramente adota uma visão mais holística que englobe as contribuições tanto das ciências sociais quanto das ciências naturais (LAWRENCE, 2014).

Desta forma, entende-se que a Ecologia humana é uma das cadeiras acadêmicas mais dinâmicas devido à necessidade de se inserir nas diversas áreas do conhecimento, abrindo espaços a novos conceitos e valores que intersectam com as demais áreas do conhecimento como mencionado, mas, principalmente, todas estas regidas por um forte teor político e social (BATES; IEES, 1996; PIRES, 2014).

Nazareth (1993), salienta que numa primeira aproximação, a problemática da ecologia humana parece ser simples de resolver e questiona o fato de que se existe uma ecologia dos peixes ou das aves, por que não existir uma ecologia humana? Nesta, intervêm todos os fatores bióticos e abióticos que interferem na ecologia das plantas e dos animais. A questão é que, desse ponto de vista, o homem pertence a uma espécie biológica peculiar, sendo pouco dotada, heterotrófica, capaz de comunicar de forma eficaz e de criar transcendendo os parâmetros etológicos, além de modificar o ambiente natural, criando um ambiente construído. Esse ambiente é complexo, sendo que nele interagem elementos diversos como habitação, transportes, comunicações, organização social, religião e valores.

Segundo Begossi (1993), apesar de estar baseada em alguns conceitos oriundos da ecologia, uma das subáreas da biologia, a Ecologia Humana, não é necessariamente vista como uma das ramificações da ecologia. Para muitos, estudar a “relação do homem com o ambiente” inclui tantos outros fatores (como econômicos, so-

ciais, psicológicos) que o termo “Ecologia Humana” transcenderia o conceito de ecologia. Para outros, a Ecologia Humana tem objetivos e metodologias mais específicos e que incluem entender o comportamento humano sob variáveis ambientais. Para estes, generalizar acerca da Ecologia Humana não implica em perda de precisão (BEGOSSI, 1993).

Begossi (1993) ainda oferece um olhar sobre a complexidade com que alguns autores abordam essa questão, propondo um panorama do tema à luz da visão de diversos pesquisadores que o tem abordado, segundo as mais diversas e distintas óticas. Para ela, a interação de populações humanas com o ambiente precisa ser analisada não somente sob o ponto de vista da ecologia e de disciplinas afins, como a antropologia, mas de muitos outros aspectos. Iniciando-se com a mesma ecologia de sistemas e ecologia evolutiva, precisam ser combinadas com outras disciplinas para formar a base da ecologia cultural, etnobiologia e sociobiologia.

Sobre a ecologia cultural, é importante destacar os trabalhos de alguns precursores, com relação aos conceitos e métodos de ecologia cultural e evolução multi-linear (J. Steward) e em relação à associação entre energia gasta e complexidade cultural (L. White). A linha de antropologia processual, considerada como parte da ecologia cultural, também tem certa importância na aproximação do tema. A área de etnobiologia inclui a análise dos sistemas de classificação popular, ou seja, de como as diferentes culturas percebem, conhecem e classificam a natureza. Sobre a sociobiologia, alguns trabalhos de W. Hamilton, E. O. Wilson e P. Trivers, se destacam, incluindo os conceitos de aptidão inclusiva e de altruísmo recíproco. Modelos oriundos da mesma ecologia clássica, analisam o comportamento humano, dentro de uma abordagem mais completa do tema. Estes analisam a questão da subsistência, para entender procura e obtenção de alimento e os modelos de transmissão cultural. A questão da subsistência inclui análise das tomadas de decisão, o *goal model*, e a teoria de jogos, dentre outros. Os modelos de transmissão cultural encontram base nos estudos de coeficiente de similaridade cultural e as forças de evolução cultural de R. Boyd e P. Richerson. Finalmente, chega-se à alguns aspectos amplos de ecologia aplicada, com ênfase em crescimento populacional e disponibilidade de recursos. Cada uma dessas facetas pode contribuir e ajudar na montagem do quebra-cabeças humano, essencial para o entendimento de uma pequena faceta da relação homem-ambiente (BEGOSSI, 1993).

Dentro desse pensamento se observa a importância da contribuição que a

Ecologia Humana pode trazer à luz. Alvim *et al.* (2014) afirmam que a Ecologia Humana insere gente nos ecossistemas e estuda suas relações e consequências, sendo apontada como uma tecnologia para a sobrevivência, um modelo epistemológico adequado à realidade atual ou um manual de procedimentos para a sobrevivência no planeta. Chama a atenção para o fato de que por mais que a presença humana seja dominante, isso não lhe outorga o direito de exercício do poder e sim o obriga a levar a sério os possíveis cenários resultantes de sua própria dominância (LENCASTRE, 2006).

Neste sentido, o reconhecimento da Ecologia Humana foi condicionado pelos paradigmas do determinismo ambiental e apenas recentemente o homem passou a tomar consciência de que precisa reduzir a derrubada de árvores, separar e reciclar o lixo e reduzir o consumo. Essas atitudes, quando interiorizadas e multiplicadas influem nas condições ecológicas do Planeta. Foi a partir da década de 1970 que [...] “os pontos de vista dos cientistas naturais e sociais começaram a fundir-se num consenso quanto ao papel da Ecologia Humana no diálogo Homem-Homem e Homem-Natureza. A Ecologia deixou de implicar apenas as Ciências Naturais, passando a interessar às Ciências Sociais, daí emergindo a Ecologia Humana” (CARVALHO, 2007 p.127-135).

Não devendo ser entendida apenas como uma especialização da ecologia, a ecologia humana representa uma nova ciência que se desenvolveu nas lacunas de conhecimento das interdependências entre os sistemas sociais e naturais, revelando potencial para ultrapassar as barreiras epistemológicas impostas pelas ciências sociais e naturais e legitimando o estudo das comunidades humanas numa perspectiva pluridisciplinar. Promove também a compreensão dos laços culturais e instrumentais que vinculam a espécie humana, na sua variabilidade civilizacional, a condições ambientais específicas. Assim, a ecologia humana em seu relacionamento com a sociedade-ambiente, cruza-se com as questões da sustentabilidade e da ética das orientações científicas na possibilidade de influenciar políticas ambientais e processos de decisão. Diante dos laços de proximidade entre a ciência e o poder quando das intervenções nos territórios e das estratégias de adaptação e de mitigação perante riscos ambientais, desenvolvem-se componentes metodológicos de avaliação ambiental que integrem a intersubjetividade social e a participação pública como elementos chave da sustentabilidade ambiental (PIRES e CRAVEIRO, 2011).

Em uma definição mais abrangente, pode-se dizer que a ecologia humana

pode ser concebida sob diversos pontos de vista. Atualmente, ou é considerada claramente como uma nova disciplina, ou como uma reflexão sobre a sociedade inserida em determinado contexto ambiental. Independentemente do ponto de vista, o objetivo é conciliar os comportamentos da biosfera com os comportamentos da biosfera, ou seja, tendo em consideração a dinâmica das interações bioculturais, a ecologia humana estuda cada vez mais numa perspectiva global os diferentes “climas” que atuam no homem — físico, químico, biológico, sociológico, econômico, técnico, cultural, espiritual. A população, na perspectiva da ecologia humana, é um conjunto de indivíduos num sistema interdependente de atividades (NAZARETH, 1993).

O pesquisador canadense, Dansereau (1999), trouxe um olhar diferente para a escalada do impacto humano sobre o meio ambiente, caracterizando elementos como a compaixão, a diversidade e a “austeridade feliz” como princípios éticos norteadores de novos projetos de sociedade e novos estilos de vida. Utilizou o termo “intervenção” e não “impacto”, pois este último foi estabelecido por ecologistas significando que o homem traz destruição ao equilíbrio da natureza e, em sua visão, o homem, enquanto elemento da natureza, não a destrói, porém encontra meios para subjugar-la. Seus estudos levam em consideração a análise ecológica humana e, embora não a ignore, a degradação do meio não é seu foco principal, como ressalta o discurso ambientalista. Sua escala pode auxiliar na compreensão da atual crise ambiental e civilizatória, sendo que o aumento da interferência humana no planeta tende a acentuar a degradação em ampla proporção.

Novos problemas exigem novas soluções e neste sentido a novidade pode estar na forma como um método é aplicado e não no próprio método, como, por exemplo, redescobrir o conhecimento tradicional. Ao redor do planeta, seguem existindo pequenos grupos de pessoas vivendo à margem da industrialização globalizada, mantendo suas vidas com recursos naturais, por vezes, de forma sustentável. “Não se sabe se suas práticas podem levar a soluções globais, mas certamente contribuem para melhorar outras iniciativas locais com maiores consequências sobre a conservação dos recursos naturais e sobre a resiliência de sistemas sócio ecológicos.” (LOPES; BEGOSSI, 2007 p. 269, 270, 272). Ainda segundo as autoras, a ecologia humana atual tem o desafio de entender a relação entre humanos e natureza e os padrões comportamentais humanos em várias escalas de mudanças simultâneas, uma vez que na teoria da ecologia humana a pessoa e o meio ambiente têm uma relação indissociável e de influência mútua.

Sob o guarda-chuva da ecologia humana, preocupações globais como o desmatamento em larga escala e as mudanças climáticas podem ser abordadas sob múltiplas perspectivas, onde os ecologistas, antropólogos, economistas e cientistas sociais, entre outros, trabalham juntos para encontrar soluções que possam mitigar as rápidas mudanças observadas nesses tempos e impactos imprevistos na Terra e seus biomas (LOPES e BEGOSSI, 2007).

2.3 ECOSSOCIOECONOMIA URBANA

Notavelmente a partir da década de 1970, configura-se um amplo movimento de transformação global, promovido pelo desenvolvimento das sociedades humanas. Ainda que também se reconheça evoluções positivas, o compasso desse caminhar passou a ser marcado por intervenções cada vez mais agressivas de exploração dos recursos naturais e pela desigualdade social, trazendo efeitos perversos. Max-Neff (2012) destaca a existência de uma crise composta pela confluência das complexas e interativas forças econômica, social, cultural, ambiental e política, à semelhança de um momento de transição de paradigmas, onde os que eram válidos até aqui estão mudando. Segundo Cheida (2014), o tema convida à reflexão sobre a possibilidade de um padrão de comportamento humano solidário e incluyente, que promova o desenvolvimento individual e coletivo, não descarte quem não se enquadra, valorize os que apontam caminhos diferentes e poupe os recursos naturais. Talvez seja possível estabelecer-se uma economia mais equitativa e consciente.

Desde a conferência de Estocolmo firmou-se no mundo o interesse pela questão ambiental, transcrito em objetivos e metas na Rio 92, através da Agenda 21. Em uma infeliz controvérsia, este período culmina com a eclosão da contrarreforma neoliberal. Desde então as nações têm se distanciando cada vez mais destes compromissos da era do despertar da consciência ecológica, deixando-os no plano do discurso. Assim, apesar de indispensáveis, os substantivos pensados na década de 70 estão ultrapassados no contexto atual, tornando-se necessário pensar novas possibilidades, ainda que pautadas nesses ensinamentos históricos (SACHS, 2007).

Nesse sentido, ao lançar um olhar acurado ao cotidiano das sociedades planetárias, observa-se iniciativas independentes e bem-sucedidas que seguem na contramão da lógica vigente e apontam caminhos alternativos. Pode-se dizer que essas

ações possuem contornos de um modelo de desenvolvimento socioeconômico mais consciente e que ocorre no mundo da vida. Para tratar do aprofundamento dos aprendizados trazidos por essas iniciativas e sua aplicabilidade, surge a “ecossocioeconomia” como uma teoria ainda em construção e pensada a partir das experimentações e da complexidade do cotidiano.

Sachs (1993, 2004) discute a ecossocioeconomia como um filtro de observação, destacando que existe a necessidade de se constituir uma enciclopédia do cotidiano a partir da sistematização de experimentações que muitas vezes ficam relegadas ao mundo da vida, nos territórios, comunidades, povoados, organizações, onde os problemas e suas soluções ocorrem e raramente são devidamente qualificados. Seu escopo prevê ampla participação interorganizacional girando em torno do espaço mediado entre o interesse público e o privado, sendo uma ação coletiva operando sobre as bases da intersubjetividade e do entendimento genérico pela linguagem trivial do cotidiano. Também incorpora demandas socioambientais oriundas do território e fatores extrarracionais, baseados em uma dimensão tácita (SAMPAIO e DALLABRIDA, 2009).

O termo ecossocioeconomia revela, por si só, sua natureza híbrida abarcando três morfemas de três áreas distintas: eco (*oikos*), de “casa”/ecológico + sócio (*socio*), de social/sociedade + economia [eco (*oikos*) + nomia (*nomos*), de gerir/ administrar]. A união desses elementos remete, por sua vez, a um fenômeno de pesquisa que transcende o domínio disciplinar e requer a colaboração de distintas disciplinas na construção de uma perspectiva interdisciplinar (SACHS, 1986, 2005, 2007, 2008). Este vislumbre etimológico aponta para as dimensões imbricadas no cerne das discussões do tema, que prima por uma delimitação conceitual, bem como metodologia para aplicação prática.

Atualmente tratadas no plural, as “ecossocioeconomias”, de forma didática, têm origem no enfoque do ecodesenvolvimento, sendo este uma proposta teórica de desenvolvimento com ênfase em modos de vida mais resilientes. Isso proporciona o avanço conceitual da concepção mais conservadora de desenvolvimento sustentável que vem respondendo por um modelo que não mais corresponde à maior parte dos problemas da sociedade (SACHS, 2004).

Incluem também, a visão de desenvolvimento territorial sustentável, onde o território é espaço de experimentações criativas para soluções de problemas (SACHS,

2007; SAMPAIO, 2010). No caso das experiências urbanas, estratégias de ecodesenvolvimento intensivas são recomendadas por Sachs (2007), a fim de que as configurações das cidades possam ser mais equilibradas, buscando mitigar as dificuldades sociais e ambientais existentes.

Existe a derivação do termo para “Ecosocioeconomias das Organizações”, com abordagem mais empírica. Estas se evidenciaram bem-sucedidas ao possibilitar a conciliação da dinâmica socioecológica com a socioeconômica através de três condicionantes: interorganizacional, extraorganizacional e extrarracionalidade (Sampaio, 2010). Pode-se dizer que as ecosocioeconomias se estabelecem a partir de redes coordenadas por governança de arranjos sociopolíticos e socioeconômicos, onde é possível incluir uma combinação de organizações, sendo: institucionalidades de governo ou de estado; empresas com responsabilidade social corporativa; grupos sociais, constituídos por ONGs ou universidades, produtivos ou, até mesmo, reprodutivos, podendo a vir a se configurar como associações ou cooperativas. As ecosocioeconomias, tendem a proporcionar resultados positivos aos atores que participam dessas redes e impactam também no território, *lócus* dos problemas e das soluções. (SAMPAIO e ALVES, 2019).

As ecosocioeconomias não devem ser entendidas como alternativa imediata para as crises atuais, ao passo que dissonâncias não as capacitem para tal, devendo ainda se delinear, bem como criar arcabouço teórico. Assim, elas surgem como um conjunto de esforços na busca de elucidar os antecedentes da crise ambiental que deriva do caráter antropocêntrico das relações humanas, culminando em disparidades e/ou “castas” sociais. Têm como premissa que a solução para este cenário perpassa pela problematização da “racionalidade econômica”, visando ao bem viver e ao bem comum das próximas gerações. (SAMPAIO *et al.* 2017)

Importante ressaltar que o bem viver, associado ao urbano, considera cada sistema econômico, social e político com seus diferentes métodos para a satisfação das necessidades humanas e que isso tem relação direta com o tipo de desenvolvimento adotado localmente, o que influencia na criação e formulação de políticas públicas para a satisfação das diversas necessidades da população. (ALCANTARA E GRIMM, 2017)

Para as autoras a ecosocioeconomia surge como um modelo de desenvolvimento antagônico ao de lógicas hegemônicas antropocêntricas e aponta alternativas para o bem viver criando tecnologias que consideram o *lócus*, o comunitário em vez

das individualidades e, dessa forma, tenta mitigar impactos ambientais.

As ecossossioeconomias ocorrem em nível territorial para comportar as dinâmicas locais e prover, a partir desse pressuposto, tecnologias que desenvolvam meios de mitigar as vulnerabilidades, baseando-se em saberes e fazeres locais (ALCANTARA e GRIMM, 2017).

Pode-se afirmar que se reconhecem enquanto experimentações do cotidiano que promovem o Bem Viver e podem estar relacionadas a várias modalidades diferentes com a possibilidade de que sejam complementares, como a economia circular/cadeia produtiva sustentável, tecnologias sociais/economia solidária e *fair trade*, responsabilidade social corporativa/*benefit Corporation*, *degrow/transition Towns* e fontes de energia renováveis, consumo crítico/células de consumo responsável, *slow movement*/mobilidade urbana sustentável, permacultura/agroecologia e ecovilas, entre outras (SAMPAIO e ALVES, 2009).

Sampaio e Dallabrida (2009) analisam as práxis das ecossossioeconomias no que tange às dimensões corporativas e geram alguns desdobramentos notórios. A agenda 21 seria o primeiro deles, fornecendo objetivos e metas norteadoras para as nações signatárias se desenvolverem rumo à sustentabilidade. Do mesmo modo, traz a todos os indivíduos, clareza sobre seus papéis no âmbito ambiental, social, econômico, cultural e político, com vistas à manutenção do planeta para as próximas gerações. O Turismo de Base Comunitária – TBC seria o segundo desdobramento. Por seu caráter de desenvolvimento territorial e sistêmico, traz à luz o protagonismo social dos atores comunitários como forma de atingir à sustentabilidade, pelo nível de comprometimento e relação simbiótica com o meio ambiente local, também pelos arranjos produtivos geridos pela comunidade de forma positiva. O terceiro desdobramento é percebido pela Responsabilidade Socioambiental Corporativa, que significa uma mudança de postura do empresariado inserindo nos processos de gerência e decisório visando a melhoria das inter-relações internas e externas às empresas, bem como o desenvolvimento de tecnologias capazes de subsidiar as atividades corporativas respeitando o meio ambiente e a dignidade humana. Outro desdobramento é o projeto de Economia de Comunhão que tem como pressuposto fazer da empresa um lugar de encontro e comunhão entre quem tem oportunidades de trabalho e quem não tem. Por fim, a Economia Solidária que prega princípios de autogestão, igualdade de direitos entre as partes que se associam e a solidariedade. Esse modelo associativista caminha paralelamente ao modelo de mercado hegemônico, e quando se insere corre

o risco de se afastar das premissas de associação.

Importante ressaltar que o tema da Responsabilidade Socioambiental Corporativa suscita certa polêmica quando está no limiar entre a esfera pública e a privada, uma vez que empresas privadas que atuam no setor público, por vezes consideram seus clientes como demandantes por bens e serviços de interesse societário e não como consumidores restritos à esfera econômica. Neste caso, as pessoas passam a ser consideradas sujeitos de direitos ou cidadãos, o que enquadra essas organizações na dimensão extraorganizacional. Se essa constatação for associada à Responsabilidade Socioambiental Corporativa, a experiência passa a ser vista como sendo de Ecosocioeconomia (SAMPAIO *et al.*, Prelo).

Dessa forma, a cidade demanda, por parte de seus planejadores e gestores, alternativas e soluções aos problemas do cotidiano, sobretudo, no espaço urbano. A complexidade dos problemas urbanos apresenta impactos ambientais, sociais e econômicos que necessitam ser avaliados sob o risco de se incorrer em reducionismo quanto ao objeto do planejamento, bem como a implantação de planos de ação. Nesse sentido, a ecosocioeconomia urbana traz uma abordagem que considera a complexidade dos subsistemas vinculados ao território urbano e busca atender às demandas do ecodesenvolvimento na sua acepção urbana (GARCIA *et al.*, 2014).

Cabe afirmar que a cidade é constituída de pessoas que se associam por meio de organizações formais ou informais, para atingir objetivos afins (LACOMBE; MAXIMIANO, 2006; HEILBORN, 2008; SANTOS, 2012). As cidades são, portanto, o resultado de um processo social em que o espaço produzido somente pode ser compreendido à luz das sociedades que o habitam, nunca o contrário. São construídas por meio das exigências de cada um de seus habitantes e definidas a partir da participação de todos os que nela habitam (KON, 2008; SANTOS, 2012). São o reflexo e, ao mesmo tempo, consequência do homem urbano. Tudo o que trazem em si reflete o homem que lhe ocupa o espaço, suas ações, reações e seu comportamento (KON, 2008).

Odum (1985) classifica as cidades como ecossistemas que contém uma fonte potencial de recursos, muitas vezes mal utilizados. Nesse enfoque, o ecodesenvolvimento propõe que a exploração e utilização dos recursos do ecossistema (cidade) ocorra de forma consciente e bem empregada, promovendo um desenvolvimento com melhorias ambientais, onde se considere a diversidade e a especificidade de cada lugar, incluindo fatores sociopolíticos, culturais, naturais, história e tradição (ODUM, 1985; SACHS, 2007).

Na América Latina e em particular no Brasil, o “urbano” é marcado por disparidades sociais, pois nele são produzidas e reproduzidas redes de políticas capazes de conduzir a “pobreza e a não afirmação de direitos como pilares políticos para a manutenção de certo poder” (ROCHA, 2014, p.103). As políticas espaciais na forma de políticas públicas não são utilizadas para a afirmação de direitos, mas para manutenção do *status quo* político e econômico, portanto, pode-se entender que as políticas públicas estão relacionadas a fragmentação, privatização, clientelismo e individualismo (ROCHA, 2014). Ao pensar nessa perspectiva do urbano, a seletividade espacial das políticas públicas atribuiu a ele uma diferenciação, onde sua produção está imbricada com jogos de poder entre continuidade de interesses particulares e a afirmação plena de direitos no urbano (ROCHA, 2014).

Nesse contexto, dá-se o nome de organizações a toda as associações humanas (grupo de pessoas) constituídas, que, formal ou informalmente, têm um objetivo comum como a razão de sua existência. As organizações, por sua vez, podem ser consideradas sistemas abertos, inseridos em um ambiente do qual recebem influência e realizam trocas de fluxos continuamente, afetando seus elementos internos e externos (LACOMBE; HEILBORN, 2008)

Assim, é possível afirmar que as organizações de forma geral e, de forma mais específica, as de ecossocioeconomia que estão inseridas no espaço urbano, realizam trocas constantes de entrada e saída com o mesmo, operando como subsistemas de um sistema maior, a cidade.

2.4 DO TURISMO CONVENCIONAL AO TURISMO URBANO DE BASE COMUNITÁRIA

Como fonte destacada de geração de negócios para o mercado é notável a existência de um consenso generalizado sobre a importância do turismo no mundo todo, principalmente pelos aportes econômicos que gera. Países inteiros apostam seu futuro nessa atividade, desencadeando o desejo de incorporação de um número cada vez maior de nações e suas comunidades à dinâmica do turismo e aos seus benefícios.

No entanto, o fenômeno turístico é dotado de grande complexidade. Muito mais que apenas uma atividade econômica, pode ser visto como um campo de práticas histórico sociais que envolvem deslocamentos de pessoas e possibilitam distanciamentos simbólicos do cotidiano, cheio de subjetividades que explicitam uma nova

estética na busca do prazer (MOESCH, 2000). Também atua como sujeito provocador de significativas mudanças sócio espaciais, redefinindo as singularidades espaciais, além de reorientar seus usos (CORIOLANO, 2008). Essa característica lhe impõe considerável potencial impactante e, por isso, sua implementação e práticas exigem um planejamento criterioso e monitoramento, destacando como fundamental a participação das comunidades receptoras em todo o processo.

Neste contexto, emergindo como um movimento contemporâneo alternativo ao modelo hegemônico de turismo, que vem ganhando força mundialmente, o Turismo de Base Comunitária – TBC, se apresenta com premissas de autogestão, protagonismo social, reafirmação cultural e minimização de impactos ambientais (CASTRO; PINTO, 2013, *passim*), e se manifesta não como oposição, mas, como uma opção diferente do turismo convencional, seguindo tendências de valorização do local, uma vez que são levados em consideração a cultura, o ambiente natural e as relações existentes nas localidades, presando sempre pela autenticidade da experiência com um grau elevado de proximidade com a comunidade receptora.

O Turismo convencional se mostra predatório como modelo de desenvolvimento e, frente a esse contexto, o TBC surge como uma alternativa que preza pelo fortalecimento comunitário, concedendo aos atores locais o papel de centralidade no processo de planejamento e organização turística. Assim, o Turismo de Base Comunitária compreende um campo de práticas inversamente proporcionais às lógicas mercadológicas globalizadas e ao pensamento economicista. Desse modo, além dos benefícios de distribuição endógena de renda, tem-se também a proteção ambiental, uma vez que a comunidade local está historicamente ligada às paisagens e recursos faunísticos e florísticos, que representam memórias afetivas e usos de lazer, medicinais e de alimentação.

O Turismo passa atualmente por um processo pós-moderno e/ou pós-colonial de valorização do que é local e autêntico, contrapondo-se à lógica do turismo massivo. Deste modo, Zoual (2009) observa que há um declínio do Turismo de massa, e a ascensão de novos “motores simbólicos” que motivam os turistas, no que ele chama de crise do turismo fordista, ao passo que os turistas se mostram mais exigentes.

Na atividade turística, esses caminhos alternativos podem ser observados em experiências de Turismo de Base Comunitária (TBC), onde o sentido de comunitário é entendido como transcendente à perspectiva clássica das comunidades de “baixa

renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de “comum”, de “coletivo”. O TBC tende a ser um tipo de turismo que pode favorecer a coesão e o laço social, além do sentido coletivo de vida em sociedade, promovendo a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento (IRVING, 2002). Pode ser considerado uma nova forma de se praticar o turismo, sendo esta atividade um modelo de desenvolvimento local, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local e principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (BRASIL, 2008).

Também pode ser entendido como uma forma de planejamento, organização, autogestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística por parte das comunidades, exigindo articulação entre elas e diálogo constante com os setores público e privado, do terceiro setor e outros elos da cadeia produtiva do turismo. O TBC humaniza o turismo e “como dizem as comunidades que já o protagonizam, trata-se de um turismo que primeiro é bom para a comunidade e depois para o visitante” (CAMPOS FILHO *et al.*, 2012). Em contextos de países que apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), com localidades habitadas por indivíduos socialmente marginalizados, incluindo comunidades rurais, indígenas e de origem africana, surgem iniciativas de turismo de base comunitária em ambientes urbanos e rurais.

Desponta como uma alternativa às pressões sociais, econômicas, culturais e ambientais impostas pelo mercado turístico e à alienação da comunidade local aos potenciais benefícios advindos da atividade turística. Seu conceito visa a integrar todos os atores da comunidade local a partir da participação efetiva dos seus membros envolvidos na atividade turística, caracterizando a gestão participativa no processo de planejamento e implementação de projetos turísticos comunitários para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais (HALL, 2001; MOWFORTH e MUNT, 2003).

Quanto ao termo “turismo de base comunitária”, ressalta-se a existência de um outro similar: o “turismo comunitário”. Neste sentido, vale destacar que algumas correntes teóricas consideram a existência de diferenças conceituais entre ambos e outras os tratam como sinônimos, conforme se observa na discussão a seguir. Para a WWF (2001), não há diferença entre os termos, afirmando que o turismo de base

comunitária ou turismo comunitário pode ser definido como “[...] aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais (WWF, 2001, p. 2). Sampaio não os distinguiu à época, pois o turismo comunitário não era ainda coisificado, como produto da oferta turistificada, como veio a ocorrer a posteriori. Sendo assim, a definição de turismo de base comunitária apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioproductivo e político de base comunitária, que se valem da perspectiva do consumo responsável de bens e serviços. (SAMPAIO, 2007).

A articulação em formato de arranjos dos atores envolvidos no TBC apresenta-se como uma estratégia para fomentar diversas ações em conjunto no intuito de resolver problemas. Tal modelo de tomada de decisão coletiva busca a integração dos membros em contextos relacionais, potencializando a chance de sucesso das iniciativas em curso (BARTHOLO *et al.*, 2009).

Silva (2014) amplia a diferenciação entre os termos. Segundo a autora, o turismo comunitário pode ser diferenciado pelos seguintes elementos: considerado como segmento, tipologia, ou modalidade; vivenciado pelo turista e ou visitante em diálogo com sujeitos das comunidades; imersão no cotidiano das comunidades, apreciação, compreensão e valorização da cultura e do modo de ser e viver; participação, voluntariado, intercâmbio cultural; usufrui de coisas novas, diferentes do conhecido como a comida caseira, por exemplo; interesse no popular, original, singular e plural. O turismo de base comunitária é interpretado por ela como: modo de organização e gestão; organizado pela comunidade em rede interdependente, por meio de relações solidárias baseadas na confiança; valorização da cultura, respeito e conservação do meio ambiente; abertura para troca de saberes e práticas, hospitalidade, acolhimento; oferta de serviços e produtos disponíveis na localidade; valorização e fortalecimento das feiras livres, mercados populares, grupos culturais, associações e outras expressões.

O TBC vai além de uma localidade com grupo social desfavorecido que recebe visitantes “curiosos e ávidos pelo exotismo em seu convívio cotidiano” a fim de obtenção de renda. Sobretudo o termo significa encontro e oportunidade de experiência compartilhada que favorece a coesão, o laço social e o sentido de coletividade da vida

social e, dessa forma, promove a qualidade de vida, a inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertença (IRVING, 2009).

O conceito de TBC se disseminou pelo mundo. Diversos países vêm trabalhando com esse modelo de desenvolvimento de comunidades locais. São exemplos de países emissores de turistas para os destinos turísticos: Estados Unidos e Canadá, na América do Norte; na Europa, países como Alemanha, Espanha, Holanda e Reino Unido por exemplo (BARTHOLLO *et al.*, 2009). Em termos de América Latina, as práticas de TBC vêm se destacando em diversos países como Brasil, Chile, Bolívia e Equador na América do Sul; Honduras, Guatemala e Nicarágua na América Central; México na América do Norte e em países como Índia e China, assim como no continente africano.

Para Silva *et al.* (2016), este modelo de turismo encontra terreno fértil em comunidades marginalizadas ou colocadas em situação de desigualdade social. A elas pode ser apresentada a alternativa de mudança de *status quo*, incorporando sua história, legado cultural e meio ambiente, por meio de associações cooperativas, redes, organizações socioprodutivas e demais atores sociais inseridos no contexto, viabilizando assim o turismo de base comunitária. Este processo acontece ao passo da identificação pela(as) comunidade(s) de seus potenciais sociais, culturais, tecnológicos e ambientais e valorização de seu saber-fazer.

A sustentabilidade das experiências de turismo de base comunitária, no sentido de longevidade, é uma das questões mais inquietantes para os estudiosos da área. Para Mielke e Pegas (2013), as insustentabilidades dos projetos de TBC se devem a falta de gestão turística orientadas para essa sustentabilidade, considerando que a maioria dessas experiências necessita ser incubada por agentes externos, devido à falta de capacitação das comunidades.

Desse modo, segundo o MTUR (2010), no Brasil as primeiras experiências de TBC remontam à década de 1990 e se desenvolveram sem apoio governamental. Esse suporte começa a ser fornecido após a criação do Ministério do Turismo em 2003. Essas experiências iniciais podem ser consideradas como resultado do esforço da WWF-Brasil em produzir e publicar o Manual de Ecoturismo de Base Comunitária, que traça caminhos metodológicos para a criação e manutenção de projetos.

Este estudo não tem a pretensão de realizar uma contextualização pertinente à evolução do TBC ou quanto às suas diversas aplicações no mundo. Tampouco pretende esgotar o assunto. O foco aqui está voltado ao projeto denominado TBC Cabula

que pode ser considerado uma experiência demonstrativa significativa de TBC no ambiente urbano e de ecossocioeconomia urbana.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia está dividida em dois momentos. O primeiro é o relato sintético de experiência preliminar que buscou aguçar a sensibilidade da pesquisadora para compreender ambientes complexos de construção social de realidades a partir de vivências e práticas do cotidiano. O segundo trata do delineamento detalhado de todo o processo de pesquisa de campo e pesquisa documental a partir da construção de categorias analíticas, variáveis constitutivas e variáveis operacionais.

3.1 IMERSÃO PRELIMINAR PARA VIVÊNCIA EM CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE EM AMBIENTE DE COMPLEXIDADE RELACIONAL

Como parte importante do amadurecimento da investigação, na fase exploratória, foi realizado um estágio internacional de seis meses no grupo de pesquisa *Análisis Regional y Turismo – ART*, do *Centro Universitario de la Costa – CUC, Universidad de Guadalajara – UDG*, México, sob a tutela da Profa. Dra. Rosa Maria Chávez Dagostino. Esse estágio foi viabilizado através de uma bolsa concedida pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. O período de permanência se deu entre agosto de 2015 e fevereiro de 2016.

Com o intuito de ser uma entidade acadêmica que realize um trabalho em equipe onde os valores de inclusão, tolerância, colaboração e pluralidade orientem o fazer científico sempre em estrita relação às demandas regionais sobre desenvolvimento e turismo, o Grupo de Pesquisa ART foi constituído em 2004 e desde 2007 possui o status de Consolidado³. (ART, 2017). Entre suas linhas pesquisa estão: (a) Prognóstico, desenvolvimento, patrimônio e turismo; (b) Qualidade de vida e bem estar social; (c) Turismo alternativo; e (d) Formação e geração de conhecimento em turismo.

³ Programa de Desenvolvimento Profissional Docente do tipo superior – PRODEP, da Subsecretaria de Educação Superior do Governo do Mexico. Tem o propósito de Profissionalizar os Professores com dedicação de tempo integral para que alcancem a capacidade de investigação, docência, desenvolvimento tecnológico e inovação com responsabilidade social, além de se articularem e consolidarem em grupos de pesquisa. Com isso, espera-se que gerem uma nova comunidade acadêmica capaz de transformar seu entorno. Segundo uma série de critérios, os grupos podem alcançar o status de “Consolidados” ou “Em Consolidação”. (Gob.mex, 2018)

Seu campus sede, denominado CUC, está localizado na costa do Pacífico, mais especificamente na Bahía de Banderas, município de Puerto Vallarta, província de Jalisco, região com intensa atividade turística e baixa sazonalidade devido à ampla diversificação de sua oferta turística. Puerto Vallarta sedia o terceiro maior porto marítimo do país, sendo um terminal turístico com capacidade para aportar cinco navios de cruzeiro simultaneamente. Para que se tenha noção de volume da movimentação do turismo local, a cidade contava com 275.640 habitantes em 2015⁴ (período do estágio) e recebeu 1.960.633 turistas⁵ no mesmo ano. Segundo a mesma fonte, no mesmo ano de 2015, considerando a região em que está inserida, Bahía de Banderas, o número alcançou 4.203.517 turistas.

A forte vocação para o turismo, acabou gerando grandes expectativas de desenvolvimento na população anfitriã, porém, as políticas turísticas postas em prática foram incompatíveis com as que seriam necessárias para a realidade social local, privilegiando apenas à alguns investidores que, com o tempo, tomaram o controle da tomada de decisões políticas, tornando-se os atores principais que conforme foram expandindo a atividade, se converteram em privatizadores dos espaços públicos e coproprietários do território turístico (PARTIDA *et al.*, 2016).

Como um fenômeno que começou a se intensificar a partir dos anos 1960, aos poucos os lugares deixaram de ser acessíveis a todos e passaram a ser destinados a um seletivo público externo, com *resorts* de luxo encravados nas praias sendo controlados por capital estrangeiro ou por elites nacionais, tornando-se privilégio de turistas, mas fora do alcance da comunidade local que entrou em diversos graus de marginalização (CHÁVEZ-DAGOSTINO *et al.*, 2018).

De maneira paradoxal, salienta-se que 53,4% do território mexicano é de propriedade social, com terras divididas entre *ejidos*⁶ e *comunidades agrarias* que são geridas de forma comunitária (MORETT-SÁNCHEZ *et al.*, 2017).

⁴ INEGI, Encuesta Intercensal 2015.

⁵ INEGI, Anuario Estadístico y Geográfico de Jalisco 2016. Número levantado segundo a chegada de turistas a estabelecimentos de hospedagem.

⁶ Ejido é uma unidade de produção agrícola, pecuária e/ou agroindustrial, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, composto por terras provenientes de dotação legal e através de outros patrimônios obtidos por qualquer via desde que tenham sido incorporados ao regime *ejidal*. Os *ejidatarios* tem o direito de participação e de voto na assembleia, assim como o acesso às terras de uso comum e a explorar o usufruto de sua parcela individual, sendo que podem cultivar a terra, porém não podem vendê-la. (TARANGO, R. L. *et al.*, 2017)

Não sendo objetivo do trabalho realizar um amplo descritivo do estágio, são apresentadas a seguir linhas gerais da principal experiência estudada, pois foram aprendizados para aguçar a percepção da pesquisadora sobre a lógica da construção social que ocorre diuturnamente em ambiente comunitário de elevada complexidade relacional, que, posteriormente, foi fundamental para levar a cabo a investigação no contexto do Cabula e entorno, em Salvador.

A maior parte das atividades dessa investigação preliminar foi realizada junto a *comunidades ejidales*. Estas, ainda que tenham a posse de ampla parte do território do país, devido ao contexto econômico dominante e às políticas públicas nacionais, tiveram as atividades tradicionais de sua economia expostas a dificuldades nas últimas décadas e tem sido difícil manter suas terras, sua cultura, estruturas e comunidades. Foram mudanças que afetaram em grande parte o setor agropecuário, prejudicando os pequenos e médios produtores que sentiram a necessidade de encontrar estratégias que lhes permitissem o desenvolvimento de novas alternativas baseadas na diversificação (CHÁVEZ-DAGOSTINO, R. M. *et al.*, 2017).

Assim, para proteger seus recursos naturais, seu povo, preservar sua cultura e manter suas terras, os *ejidatarios* (camponeses), precisaram inovar em suas atividades econômicas. No caso de Puerto Vallarta, embora várias experiências tenham sido estudadas, conforme descrito no Quadro 1, foi escolhido o *Ejido El Jorullo* para o aprofundamento do aprendizado. Esse contexto está situado nas montanhas de Sierra Madre, à sudeste de Puerto Vallarta, a 20 km de distância e a uma altitude de 940 metros acima do nível do mar (NAVARRO, K. L. F.; VELÁZQUEZ, I. V. S., 2017).

Encontrando seus próprios caminhos para contornar as dificuldades, transcendendo as visões tradicionais de exploração do ambiente rural, os *ejidatarios* de *El Jorullo*, com pouco ou nenhum nível de educação formal, demonstraram acurada percepção empreendedora vislumbrando a oportunidade de redistribuir os fluxos turísticos concentrados nas mãos de grandes operadoras ao perceber que havia uma demanda potencial para atividades alternativas de natureza que poderiam ser desenvolvidas em suas terras, porém, desde outro paradigma: o comunitário e sustentável. Ao seu modo e sem nenhum conhecimento sobre organização de atividades turísticas ou práticas de esportes radicais, desenharam sua proposta e buscaram informações assim como recursos para realizá-la (CHÁVEZ-DAGOSTINO *et al.*, 2017).

Assim surgiu o empreendimento turístico Canopy River que, de maneira resumida, pode ser descrito como:

[...] *una empresa ecoturística mexicana y socialmente responsable, que se distingue por el cuidado del planeta y la preservación de las tradiciones mexicanas. Como una empresa verde, seguimos las reglas básicas de protección del medio ambiente, [...] En Canopy River estamos conscientes de que los árboles no tienen que desaparecer con el fin de experimentar emoción y adrenalina* (CANOPY RIVER, 2017).

Entre as atividades oferecidas pela empresa como alternativas ao turismo de sol e praia de Puerto Vallarta e região estão: tirolesas, rapel, *river expedition*, quadrimotos, veículos RZR, passeios de mula, degustação de tequila, caminhadas, *buffet* tradicional e outras.

Reconhecida internacionalmente como uma empresa modelo na modalidade ecoturismo e turismo de aventura, recebe comissões de outros *ejidos* mexicanos, além de grupos de diversos países que a procuram para aprender com sua experiência. É administrada de forma comunitária entre os sócios *ejidatarios*, que atribuem seu grande sucesso à confiança entre todos.

Foi uma vivência bastante enriquecedora, que proporcionou o aprofundamento nas temáticas aqui propostas, principalmente no que tange à questão comunitária, ressaltando que o ART é um grupo de pesquisa bastante atuante no país, com notoriedade na área de turismo de base comunitária, estando sob a liderança da Profa. Dra. Rosa Maria Chávez Dagostino que orientou as atividades desenvolvidas por esta pesquisadora durante o estágio. O Quadro 1 apresenta um descritivo das mesmas.

Quadro 1 - Atividades do estágio internacional na Universidad de Guadalajara

Atividades	Mês
Pesquisa	
Colaboração no desenvolvimento dos projetos: <i>Desarrollo local y Turismo Comunitario</i> . Produto: Marco teórico.	Agosto-Setembro 2015
Visita de campo à <i>Sierra de Manantlán</i> , Jalisco, para observar o projeto comunitário de mulheres “Color de la Tierra”	12-16 de Julio 2015
Trabalho de campo nos projetos comunitários: · <i>Ejido el Jorullo</i> ; · <i>Cooperativa de Servicios Turísticos en Punta de Mita</i> · <i>Techos de México en Chacala, Nayarit</i> Produto: Coautora do livro DAGOSTINO, Rosa María Chávez; GONZÁLEZ, Yesica Sánchez; FORTES, Simone Calistro (Ed.). De campesinos a empresarios: experiencia turística del ejido El Jorullo . Universidad de Guadalajara, 2017.	Agosto 2015-Fevereiro 2016
Trabalho de campo em praias urbanas e entrevistas com responsáveis pelo manejo de praias na <i>Bahía de Banderas</i> Produto: artigo de difusão “ <i>Las Playas de la Bahía</i> ” (não publicado)	Agosto 2015-Janeiro 2016

(continua)

Participou como coautora no congresso da AMIT 2015. Tema: "Diseño de un Producto turístico en la Sierra Occidental de Jalisco", em <i>La Paz Baja, California Sur</i> .	Novembro 2015
Coautora de capítulo de livro: DAGOSTINO, Rosa María Chávez; IBARRA, Óscar Alberto Maldonado; FORTES, Simone Calistro. Limitantes para el desarrollo local a través del turismo en Latinoamérica. In: VILLAREAL, Lilia Zizumbo; SALVATIERRA, Neptalí Monterroso. Repensando el Turismo Sustentable . Toluca: UAEM; Ciudad de México: Eón. 2017. P. 317-350.	Dezembro 2015 a Febrero 2016
Assessoria de pesquisadores da área de arquitetura e urbanismo do Departamento de Engenharias.	Novembro -Dezembro 2015
Difusão	
Colaboração no Programa Radiofónico Bitácora Regional Radio Universidad de Guadalajara FM 103 orientado ao Turismo http://udgtv.com/podcast/puerto-vallarta-xhugp-1043-fm/bit%C3%A1cora-regional	Dezembro 2015
Docência	
Curso de um Seminário Optativo: <i>Turismo Comunitario: relaciones urbanas y rurales</i> , en el Programa de Doctorado en Biosistemática, Ecología y Manejo de Recursos Naturales, Orientación en Investigaciones Costeras Profa. Dra. Rosa Maria Chávez Dagostino	Agosto-Outubro (50hrs)
Colaboração na docência do Curso de Turismo ministrando três cursos sobre Ecoturismo e Patrimônio Natural do Brasil nas disciplinas de Ecoturismo e Patrimônio Turístico Natural com os professores Rosa María Chávez Dagostino e José Luis Cornejo Ortega.	Agosto-Novembro 2015
Curso da disciplina <i>Desarrollo do Doctorado en Ciencias para el Desarrollo, la Sustentabilidad y el Turismo</i> con el Prof. Dr. Carlos Gauna.	Agosto-Dezembro 2015

Fonte: a autora, 2019

3.2 DELINEAMENTO DA INVESTIGAÇÃO NO CONTEXTO DO CABULA E EM TORNO, EM SALVADOR

A apresentação do processo metodológico da pesquisa foi subdividido por método de pesquisa, técnicas de pesquisa, coleta de dados, abrangência da pesquisa, unidade de observação e, por fim, o protocolo ou critérios de análise da pesquisa, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Etapas da pesquisa

ETAPA	FASE
Pesquisa exploratória	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Identificação de experiências. ➤ Estágio Doutoral no México.
Identificação de Categorias de Análise	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Análise da teoria discutida.
Descrição do Objeto de Estudo	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Pesquisa bibliográfica

(continua)

Validação da proposta metodológica	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Identificação de algumas variáveis expressivas para o entendimento da ecossocioeconomia a partir da literatura trabalhada; ➤ Pesquisa de campo. ➤ Análise do descritivo da experiência observando a manifestação das variáveis.
Construção dos instrumentos de coleta de dados – Matriz analítica.	➤ Definição das categorias analíticas e operativas para análise das produções acadêmicas de forma narrativa.
Pesquisa bibliográfica	➤ Levantamento de produções acadêmicas.
Análise Comparativa e Sistematização dos Resultados	➤ Análise de conteúdo e elaboração de narrativa sociológica.

Fonte: a autora, 2020.

De acordo com a apresentação do Quadro 2, as etapas e fases da pesquisa podem ser descritas conforme segue.

A **primeira etapa** compreendeu uma pesquisa exploratória, como fase preliminar do objetivo principal de pesquisa, proporcionando a familiarização com o fenômeno a ser investigado e permitindo que a continuidade do estudo seja concebida com maior compreensão e precisão (BABBIE, 1999). Parte dessa pesquisa foi realizada durante os dois primeiros anos cursados do programa de doutorado quando se buscou experiências demonstrativas de TBC no espaço urbano, que apresentassem elevado grau importância e solidez, e que fossem reconhecidas através da quantidade de publicações acadêmicas e resultados obtidos.

Para a identificação das experiências, foi analisada a base de dados catalogados pelo Núcleo de Ecossocioeconomia – Necos, que é constantemente alimentada por dados levantados através da aplicação de um formulário qualitativo de coleta de dados (Vide Anexo A) desenvolvido pelo pesquisador Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio, à época Professor do PPGTU – PUCPR e coorientador desta pesquisadora. Este recurso, vem sendo sistematicamente atualizado ao longo de vários anos de pesquisa e foi utilizado por ele no âmbito de seu projeto de produtividade intitulado “Cidades e Soluções - Ecossocioeconomia urbana: mitigação e adaptação às mudanças climáticas”, finalizado em 2019, no qual esta pesquisadora atuou. Também foi aplicado em seu projeto Fulbright Visiting Scholar.

Nessa investigação, como critério fundamental, foi considerado o conceito de Turismo de Base Comunitária com a aceção de que a comunidade deve protagonizar todo o processo de organização e gerenciamento do turismo na sua localidade, significando que a gestão do turismo é a base comunitária onde os sujeitos sociais, a partir do seu legado cultural, habilidades e saberes criam a oferta turística e também

são os negociadores e anfitriões, sem intermediários (SILVA, 2016).

Ao final desse processo de investigação, foi escolhida uma experiência para a realização da parte empírica da pesquisa, sendo o Projeto TBC Cabula, localizado em Salvador, Bahia. Vale salientar que esse projeto pode ser considerado o mais representativo do Brasil em termos de experiência urbana, não havendo outra nacional que pudesse oferecer o nível de conhecimento prático esperado e, por essa razão, optou-se pela busca de aprofundamento em outro país. Embora essa experiência apresentasse as características requisitadas para o que se pretendia estudar, ainda era considerada um projeto em implantação.

Desta forma, com o intuito de ampliar o aprendizado prático sobre essa modalidade de turismo, assim como buscar parâmetros para possíveis comparações e contribuições com e para a mesma, decidiu-se pela realização de um estágio internacional. Subsequentemente, após analisar diversas opções, optou-se por estudar a experiência Canopy River, em Jalisco, México. A escolha se deve ao sucesso internacional e amplo reconhecimento desse empreendimento de TBC e ao interesse em colaboração acadêmica já manifestado pelos pesquisadores do *Cuerpo Académico Análisis Regional y Turismo – ART*, da Universidad de Guadalajara - UDG.

Assim, ainda na fase exploratória, realizou-se um estágio doutoral de seis meses junto ao ART/UDG, vinculado ao Programa de Doctorado en Ciencias para el Desarrollo, la Sustentabilidad y el Turismo, no Campus Universitario de la Costa/UDG, em Puerto Vallarta, Jalisco, México. Este foi viabilizado através de uma Bolsa do Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior – PDSE, da Capes. O relatório de atividades realizadas pode ser observado no Anexo B.

A **segunda etapa** incluiu a identificação das categorias de análise a partir da construção da fundamentação teórica para analisar a teoria discutida.

A **terceira etapa**, abrangeu uma ampla pesquisa bibliográfica compreendendo todas as publicações científicas relacionadas ao objeto de estudo, com o intuito de entrar em contato direto com tudo o que já foi escrito sobre o mesmo, dentro da temática proposta (MARCONI; LAKATOS 2002).

Na **quarta etapa**, a validação da proposta metodológica se deu baseada na análise do descritivo da experiência, observando a manifestação e aderência das variáveis às realidades empíricas vividas nas experiências investigadas. Além da identificação de algumas variáveis expressivas para formarem os constructos de dimensões da ecossocioeconomia a partir da literatura discutida.

A **quinta etapa** compreendeu a construção da Matriz analítica, que define as categorias analíticas e operativas para análise das produções acadêmicas de forma narrativa. A Matriz analítica pode ser observada no Quadro 4.

Com as categorias analíticas definidas, foi realizada a **sexta etapa**. Esta compreendeu uma pesquisa bibliográfica com o intuito de levantar as produções acadêmicas associadas ao Projeto TBC Cabula. Na seleção dessas publicações, foram excluídos os trabalhos publicados em eventos e congressos, além de textos publicados em livros, devido à dificuldade de acesso. Foram considerados os artigos da área de turismo publicados em periódicos e as dissertações e teses que abordavam o tema.

Na **sétima etapa**, com os trabalhos associados ao projeto TBC Cabula disponibilizados, foram sistematizadas as obras em formato de narrativa, com observação sob a perspectiva sociológica a partir das categorias analíticas e operativas apresentadas no Quadro 4.

A partir da estruturação e do alcance do conjunto dessas sete etapas descritas, foi possível construir uma matriz que, por meio das categorias analíticas e operativas, configurou a ecossocioeconomia em ambiente urbano mediada pelo Turismo de Base Comunitária no contexto da experiência TBC Cabula.

Em síntese, esse foi o percurso metodológico da tese, fundamentado e detalhado nas seções que seguem, com a caracterização da pesquisa e a definição do contexto e de estratégias de investigação.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa faz uso do raciocínio indutivo pois a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993). Neste sentido, considerando as possibilidades de estruturas interpretativas trazidas por Creswell (2014) o desenvolvimento do estudo fundamenta-se no **construtivismo social**, pois parte-se do ponto de vista de que há múltiplas realidades construídas por meio de experiências vividas e de interações mútuas entre os participantes.

Em investigações pautadas no construtivismo social, normalmente são “usad[os] mais de um estilo literário. O uso indutivo das ideias emergentes (por meio do consenso) obtidas por meio de métodos como entrevistas, observação e análise de textos” (CRESWELL, 2014, p. 44). Sob essas bases, o estudo envolveu coleta de

dados sobre processos sociais construídos interativamente em um contexto sociopolítico específico.

Esta pesquisa adota apenas a **abordagem qualitativa**, buscando analisar elementos que possam ser interpretados sob óticas diversas, conforme as condições em que se encontram dispostos no meio. Vale ressaltar, ainda sobre a abordagem qualitativa, que permite analisar as ocorrências da vida real a partir do entendimento da realidade. A pesquisa qualitativa pode ser vista como uma construção social da qual o investigador participa e, assim, os fenômenos são compreendidos somente a partir de uma perspectiva holística, considerando “os componentes de uma dada situação em suas interações e influências recíprocas, o que exclui a possibilidade de se identificar relações lineares de causa e efeito e de se fazer generalizações do tipo estatístico” (ALVES, 1991, p. 55). O processo de pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas e estanques, logo, pode-se considerar a pesquisa como dinâmica, que se retroalimenta e se reformula constantemente (TRIVIÑOS, 1987).

Como estratégia de apresentação e análise dos resultados, optou-se pela construção de uma **narrativa**, que reúne eventos e acontecimentos e produz uma história explicativa. Em síntese, a pesquisa narrativa usa as narrativas tanto como método quanto como fenômeno do estudo (POLKINGHORNE, 1995; PINNEGAR; DAYNES, 2007). A pesquisa narrativa pode ser descrita como uma metodologia que consiste na coleta de histórias sobre determinado tema onde o investigador encontrará informações para entender determinado fenômeno. As histórias podem ser obtidas por meio de vários métodos: entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas e notas de campo.

Para a apresentação dos resultados da investigação, adotou-se a **narrativa histórica** para entender e descrever a experiência estudada em perspectiva de desenvolvimento no tempo. Essa foi uma forma, como definem Clandinin & Connelly (2000, p. 20), “de entender a experiência” em um processo de colaboração entre pesquisador e pesquisado. Associada à narrativa histórica, a **narrativa sociológica** foi utilizada para analisar a configuração da ecossocioeconomia em ambiente urbano através do Turismo de Base Comunitária em perspectiva construtivista. Portanto, a pesquisa se caracterizou também como narrativa sociológica, sendo aquela que fornece *insights* aprofundados sobre a experiência humana de estar no mundo (BAUMAN, 2003). Essa análise apontou pressupostos sociológicos e, neste sentido, a nar-

rativa sociológica propiciou as bases centrais para caracterizar o processo de construção social no contexto e de formação do Turismo de Base Comunitária a partir da perspectiva da ecossocioeconomia.

Em termos de delimitação geográfica, temática e de um fenômeno social específico, utiliza-se o **estudo de caso** por permitir o estudo profundo e exaustivo de uma determinada realidade, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 1991). No estudo de caso, a unidade de observação “pode ser constituída por um ou vários indivíduos, podendo ser também um evento ou entidade, ou ainda um sistema ou uma mudança organizacional” (YIN, 2005, p. 43). Na presente investigação, a unidade de observação delimitada para este estudo engloba o Projeto TBC Cabula, localizado em Salvador, Bahia.

Entendendo que uma pesquisa pode ser classificada quanto à sua natureza, abordagem do problema, objetivos e procedimentos técnicos (SILVA; MENEZES, 2005), esta se enquadra como um estudo de **natureza aplicada**, podendo ser considerado como exploratório, por ser realizado em áreas nas quais há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA 1998; HOPPEN *et al.*, 1996). A pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser exploratória, descritiva e explicativa (GIL, 1991). A **pesquisa exploratória** possui o objetivo de propiciar familiaridade com o problema de pesquisa a fim de torná-lo explícito e/ou para contribuir na elaboração das hipóteses, o que envolve o levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de dados — são trabalhadas normalmente por meio de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. A investigação exploratória foi adequada para este trabalho porque, no Brasil, os estudos sobre os temas da ecossocioeconomia urbana e do TBC em espaços urbanos são incipientes, carecendo de pesquisa. A **pesquisa descritiva** tem por objetivo descrever as características de determinada população/fenômeno ou as relações entre variáveis de estudo (GIL, 1991) por meio de técnicas padronizadas de coleta de dados a exemplo do uso do questionário e observação sistemática — geralmente assume a forma de levantamento. A **pesquisa explicativa**, busca identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Qualifica-se ainda como uma pesquisa descritiva porque delineou uma realidade, abordando

quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente (MARCONI; LAKATOS, 2003).

3.4 CONTEXTO E ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO

Para estudar o tema da ecossocioeconomia urbana, foi estabelecido como elemento investigativo o Projeto TBC Cabula, com base em pesquisa exploratória, conforme explanado no início deste capítulo. Sendo composto por 17 bairros localizados no município de Salvador, Bahia, pode ser considerado como uma experiência demonstrativa significativa de TBC no ambiente urbano e de ecossocioeconomia.

A proposta buscou a sistematização e análise de produções acadêmicas sobre o Projeto TBC Cabula que tratassem de manifestações genuínas de organizações que partiram da iniciativa local, com ampla participação da comunidade. Essas organizações, em seus microcontextos, representam o movimento e as transformações territoriais (locais, regionais ou internacionais), como também podem corresponder a interesses institucionalizados e conflituosos, de ordem social, econômica ou política. Dentro dessa perspectiva, é considerada a visão de que há necessidade de constituir uma enciclopédia do cotidiano, por intermédio da sistematização de experimentações, que, muitas vezes, ficam relegadas ao mundo da vida, nos territórios, nas comunidades, nos povoados, nas organizações, onde os problemas e suas soluções ocorrem e raramente são devidamente qualificados (SACHS, 1986; SAMPAIO, 2010).

3.4.1 Matrizes analíticas e categorias de análise da investigação

Em consonância com o objetivo específico de identificar as categorias analíticas que, em conjunto, permitam observar a expressão da ecossocioeconomia no ambiente urbano, primeiramente foram definidas as variáveis analíticas das três dimensões ecossocioeconômicas. Para tanto, foram realizadas as seguintes ações metodológicas: (I) identificação das cinco variáveis mais expressivas de cada uma das três principais dimensões que compõem a ecossocioeconomia (Quadro 3); (II) realização do descritivo da experiência através de pesquisa documental e bibliográfica; e (III) observação da manifestação das variáveis.

Quadro 3 - Dimensões ecossocioeconômicas

ECOSSOCIOECONOMIA Experiência - TBC no Cabula e Entorno			
DIMENSÃO	Variáveis	Fundamentos Teóricos	Manifestação das Variáveis
Econômica	Opera fora da lógica econômica	Econ. Ecol. Amazonas (2001)	Sim
	Abordagem transdisciplinar entre os sistemas econômico e ecológico	Econ. Ecol. Constanza (1989)	Sim
	Decisões de consumo conscientes	Econ. Ecol. Leff, 2001; Lui e Silva, (2007); Furtado (1974)	Sim
	Redescoberta do conhecimento tradicional.	Lopes e Begossi (2007)	Sim
	Ênfase nas iniciativas locais visando à conservação dos recursos naturais	Lopes e Begossi (2007)	Sim
Social	Perspectiva multidisciplinar para compreensão da complexidade das interações	Ecol. Humana Alvim, Badiru, Marques (2014)	Sim
	Igualdade de interesses para ecologia e economia	Econ. Ecol. Amazonas (2001)	Indefinido
	Tecnologia para a sobrevivência	Ecol. Humana Alvim, Badiru e Marques (2014)	Sim
	Intersubjetividade Social	Ecol. Humana Pires e Craveiro, (2011)	Sim
	Participação	Pires e Craveiro, (2011)	Sim
	Consideração das condições do mundo dos recursos naturais	Econ. Ecol Rosa; Almeida; Negocio (2010)	Sim
Ecológica	Ética das orientações científicas	Ecol. Humana Pires e Craveiro, (2011)	Sim
	Sustentabilidade	Ecol. Humana Pires e Craveiro, (2011)	Sim
	Dinâmica das interações bioculturais	Ecol. Humana Nazareth (1993)	Sim
	Resiliência de sistemas sócio ecológicos	Ecol. Humana Lopes e Begossi (2007)	Sim

Fonte: a autora, 2020.

O Quadro 3 apresenta as três dimensões ecossocioeconômicas que foram associadas, cada uma delas, a cinco variáveis de análise. Na **dimensão econômica**, observou-se as categoria analíticas na literatura, a partir da abordagem **da economia ecológica**, onde se destacaram as seguintes **variáveis operativas**: (1) opera fora da lógica econômica (AMAZONAS, 2001); (2) abordagem transdisciplinar entre os sistemas econômico e ecológico (CONSTANZA, 1989); (3) decisões de consumo consciente (LEFF, 2001; LIU & SILVA, 2007; FURTADO, 1974); (4) redescoberta do conhecimento tradicional (LOPES & BEGOSSI, 2007); e (5) ênfase nas iniciativas locais visando à conservação dos recursos naturais (LOPES & BEGOSSI, 2007).

Na **dimensão social**, as categorias analíticas utilizadas incluem as visões **da Ecologia humana (EH)** e da **Economia ecológica (EE)**. As **variáveis operativas** são: (1) EH perspectiva multidisciplinar para compreensão da complexidade das interações (ALVIM, BADIRU & MARQUES, 2014); (2) EE - igualdade de interesses para a ecologia e economia (AMAZONAS, 2001); (3) EH - tecnologia para a sobrevivência (ALVIM, BADIRU & MARQUES, 2014); (4) EH – intersubjetividade social (PIRES & CRAVEIRO, 2011); e (5) EH - participação (PIRES & CRAVEIRO, 2011).

A **dimensão ecológica**, foi pensada a partir das lentes da **ecologia humana** e da **economia ecológica**. As **variáveis operativas** são: (1) consideração das condições do mundo dos recursos naturais (ROSA, ALMEIDA, NEGOCIO, 2010); (2) ética das orientações científicas (PIRES & CRAVEIRO, 2011); (3) sustentabilidade (PIRES & CRAVEIRO, 2011); (4) dinâmica das interações bioculturais (NAZARETH, 1993); e (5) resiliência de sistemas sócio ecológicos (LOPES & BEGOSSI, 2007).

As categorias analíticas e operativas apresentadas a partir das dimensões ecossocioeconômicas foram utilizadas também na matriz analítica, Quadro 4, que contempla as demais categorias de análise.

Quadro 4 – Matriz Analítica – Definição das categorias de análise

MATRIZ ANALÍTICA			
CA	CO	CONCEITO	AUTORES
TBC CA1	TBC CO1	Forma de planejamento, organização, autogestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística por parte das comunidades, que deverão estar articuladas e em diálogo com os setores público e privado, do terceiro setor e outros elos da cadeia produtiva do turismo, primando pelo benefício social, cultural, ambiental, econômico e político das próprias comunidades.	(SILVA; SÁ, 2012)
	Princípios do TBC à luz da Ecos CO2	As experiências ecossocioeconômicas surgem, normalmente a partir da ausência do Estado e se constituem por grupos participativos bem organizados que conseguem dar respostas sistêmicas a problemas por eles próprios apontados, conservando padrões de economia territorial.	(FRAZÃO, SANTOS; FORTES, 2018)
	Troca de saberes e práticas CO3	Na construção dos saberes, o lugar evoca relações afetivas e subjetivas que podem romper uma visão fragmentada do espaço. No lugar se observam as tessituras territoriais entrelaçadas por diferentes práticas sócio culturais e apropriações concretas e simbólicas do espaço e sua compreensão é um dos caminhos para entender a complexidade do mundo vivido. As práticas e saberes, muitas vezes construídas e condicionadas pela realidade local, se reconstituem na diversidade das apropriações espaciais e nas articulações entre o local e o global na sociedade contemporânea.	(AIGNER, 2006)
	Convivialidade CO4	A convivialidade seria o inverso da produtividade industrial, sendo que esta é baseada na repetição da carência e aquela na espontaneidade do dom. A mudança da produtividade para a convivialidade substitui um valor técnico por um valor ético e cada pessoa passa a se definir na relação com os outros e com o ambiente. A relação convivial envolve a ação de pessoas que participam da vida social, com liberdade individual. Entre os valores essenciais estão a sobrevivência, a equidade e a autonomia criadora.	(ILLICH, 1976)

(Continua)

TBC CA1	Aspectos pedagógicos C05	A reflexão crítica deve fazer parte de todos os atos dos indivíduos para que se tornem cidadãos ativos e capazes de mudar sua realidade, constituindo assim, a construção do saber na sociedade e não apenas recebendo desta conceitos e informações. O homem deve se desenvolver na busca de seu próprio conhecimento. Os aspectos pedagógicos devem prever a participação de todos os atores em uma ampla discussão priorizando a formação contínua das qualidades humanas em vista do homem social e integrado. É preciso que os setores sociais envolvidos no turismo assimilem o conceito de sustentabilidade em todas as suas dimensões. Sensibilização para a consciência da territorialidade, noção de pertencimento e responsabilidade; busca da valorização da vida em sua plenitude; empresas e empreendimentos competindo e cooperando para resultados coletivos; busca da satisfação tanto da comunidade receptora como do visitante.	(DUTRA, 2012)
	Aspectos motivacionais C06	O TBC humaniza o turismo. Trata-se de um turismo que primeiro é bom para a comunidade e depois para o visitante. O termo significa encontro e oportunidade de experiência compartilhada que favorece a coesão e o laço social e o sentido de coletividade da vida em sociedade e, dessa forma, promove a qualidade de vida, a inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertença.	(CAMPOS FILHO <i>et al.</i> , 2012; IRVING, 2009)
Ecosocioeconomia - ECOS CA2	Modalidades de Agir (três modalidades) CO1	O primeiro é o agir extraorganizacional . Revela na ação organizacional o impacto da decisão sobre o entorno territorial. O segundo é o agir interorganizacional , que espacializa e temporaliza a organização dentro de um arranjo sociopolítico e socioeconômico. O último é o agir extrarracional , que valoriza a dimensão tácita do conhecimento dos atores envolvidos no dado território.	(SAMPAIO, 2009; SANTOS, 2016)
	Apoderamento CO2	Posse do concreto: o contexto materializado na realidade social do coletivo e nas tecnologias sociais existentes e do abstrato (ancestralidade e sentimento de pertencimento ao local).	
	Grupos Coletivos com Princípios de Autogestão CO3	Participação nos diálogos, nas decisões e responsabilidades , visando realizar práticas democráticas que atendam aos objetivos do coletivo e contribuam para mitigar as questões que os afetem.	(FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018)
	Autonomia CO4	Equilíbrio entre a identidade e a liberdade individual e coletiva , fomentando a consciência crítica e a criatividade, a potencialização dos espaços de diálogo e de construção de conhecimento de modo a oportunizar aos sujeitos posicionar-se frente à diversidade de situações que se apresentam na esfera pessoal e social.	
CA	Autonomia CO	MATRIZ ANALÍTICA CONCEITO	AUTORES

(Continua)

MATRIZ ANALÍTICA			
CA	CO	CONCEITO	AUTORES
Ecosocioeconomia - ECOS CA2	Colaboração CO5	Atuação comunitária pelas práticas coletivas de trabalho e produção associada embasadas nas potencialidades enraizadas nas comunidades e inerentes à suas tradições históricas e culturais contribuindo para compartilhar, reforçar, experimentar e apreender esses conhecimentos identitários.	(FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018)
	Solidariedade CO6	Mobilização para estar e fazer juntos, gerar sinergia social e compartilhar ações coletivas , independentemente das diferenças identitárias, respeito, confiança, dignidade, liberdade e participação.	
	Sustentabilidade CO7	Tendo como preceitos a equidade social, o diálogo entre saberes, a conservação e manutenção da vida nos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais , estimular o aprendizado, criação e exercício de concepções e práticas de vida, de educação e de convivência individual e social, na perspectiva proativa e propositiva com vistas ao desenvolvimento equilibrado das próprias comunidades e seu bem-estar, respeitando peculiaridades sociais e a vocações.	
CA	CO	CONCEITO	AUTORES
Dimensões Ecosocioeconômicas CA3	Econômica CO1	Opera fora da lógica econômica: “economia convencional” e “ecologia convencional”, devem ser entendidas de forma diferente, transcendendo a fragmentação desses conceitos e os compreendendo de forma transdisciplinar e integrada, unindo as questões econômicas e ecológicas às demais disciplinas correlacionadas. Propõe uma análise de forma conjunta e inter-relacionada dos dois sistemas. Neste sentido, não se rejeita os instrumentos e o modus operandi da “economia convencional” e da “ecologia convencional”, mas se pretende utilizá-los de uma forma em que ambos estejam em equidade de consideração e de necessidade.	(AMAZONAS, 2001)
		Abordagem transdisciplinar entre os sistemas econômico e ecológico: A Economia Ecológica pode ser entendida como uma nova abordagem transdisciplinar que contempla toda a gama de inter-relacionamentos entre os sistemas econômico e ecológico. De certa forma, se trata de uma abordagem muito diferente da relação entre a economia e o meio ambiente. Com o advento da economia ecológica se associa à ideia mais veemente de sustentabilidade, onde o capital natural não pode ser substituído por outro tipo de capital.	(CONSTANZA, 1989)
		Decisões de consumo conscientes: No mundo contemporâneo, a produção segue guiada e dominada pela lógica de mercado e a proteção ao meio ambiente é considerada um custo. Isso gera degradação ecológica e energética derivados dos processos hegemônicos de produção e consumo. Se a produção obedecer apenas às leis econômicas clássicas, o que se produzir não será necessariamente favorável ao homem. A economia deve necessariamente submeter-se às leis da natureza e o sistema econômico deve passar a respeitar critérios, condições e normas ecológicas.	(LEFF, 2001; LUI E SILVA, 2007; FURTADO, 1974)

(Continua)

MATRIZ ANALÍTICA			
CA	CO	CONCEITO	AUTORES
Dimensões Ecosocioeconômicas CA3	Social CO2	Redescoberta do conhecimento tradicional: Novas soluções para problemas na forma como um método é aplicado e não no método em si. Uma possibilidade é redescobrir o conhecimento tradicional, à exemplo de grupos humanos cujas práticas podem contribuir para melhorar outras iniciativas locais com consequências positivas sobre a conservação dos recursos naturais e sobre a resiliência de sistemas sócio ecológicos.	(LOPES; BEGOSSI, 2007)
		Ênfase nas iniciativas locais visando à conservação dos recursos naturais: Ecologistas, antropólogos, economistas e cientistas sociais, entre outros, trabalham juntos para encontrar soluções locais que possam mitigar as rápidas mudanças observadas na atualidade e impactos imprevistos na Terra e seus biomas.	(LOPES; BEGOSSI, 2007)
		Perspectiva multidisciplinar para a compreensão da complexidade das interações: Entende-se que engloba um estudo aprofundado do ser humano em seu meio ambiente, envolvendo uma miríade de disciplinas, diversas, desde a antropologia, a geografia, a psicologia, a sociologia e o planejamento urbano em conjunção com as complexas interações ecológicas da segunda metade do século XX.	(ALVIM; BARDIRU; MARQUES, 2014)
		Igualdade de interesses para a ecologia e a economia: a Economia Ecológica não pretende rejeitar os instrumentos e o <i>modus operandi</i> da “economia convencional” e da “ecologia convencional”, mas pretende utilizá-los de uma forma em que ambos estejam em equidade de consideração e de necessidade, apontando para a necessidade de criação e desenvolvimento de novos conceitos e instrumentos para complementar tal empreitada.	(AMAZONAS, 2001)
		Tecnologia para a sobrevivência: a Ecologia Humana insere gente nos ecossistemas e estuda suas relações e consequências, sendo apontada como uma tecnologia para a sobrevivência, um modelo epistemológico adequado à realidade atual ou um manual de procedimentos para a sobrevivência no planeta.	(ALVIM <i>et al.</i> , 2014)
		Intersubjetividade social: Na visão complexa de mundo são reconhecidas as limitações das abordagens “objetivas” e se considera que por trás de uma ação objetiva há sempre um significado subjetivo construído em um mundo coletivo, “intersubjetivo”. Apesar de invisíveis, tais dimensões são também partes componentes da realidade e são fundamentais para a compreensão dessa mesma realidade.	(DE ANDRADE; SORRENTINO, 2013; MINAYO, 2008)
		Consideração das condições do mundo dos recursos naturais: O termo Economia Ecológica considera que o funcionamento do sistema econômico deve ser compreendido na inclusão das condições do mundo dos recursos naturais sobre o qual se realiza, pois é dele que se extraem a energia e as matérias-primas que regem o bom andamento econômico. Entendendo-se que o processo físico é profundamente interligado com o processo econômico, as relações físicas não podem deixar de ser consideradas na análise do sistema econômico, porque esta se tornaria incompleta.	(ROSA; ALMEIDA; NEGÓCIO, 2010)

(Continua)

MATRIZ ANALÍTICA			
CA	CO	CONCEITO	AUTORES
Dimensões Ecosocioeconômicas CA3	Social CO2	Participação: Como parte das necessidades humanas universais, implica em ação coletiva com certo grau de organização, dentro de um processo social transformador que integra múltiplas escalas e dimensões. Permite compreender os princípios que regem a integração entre os indivíduos de uma determinada sociedade. Como processo coletivo transformador, a participação visa a incorporação de setores marginalizados à vida social, por direito próprio e não apenas como convidados, conquistando a presença ativa e decisória nos processos de interesse da sociedade. Pode ser interpretada como um contraponto à marginalização.	(BURGOS; MERTENS, 2015)
	Ecológica CO3	Ética das orientações científicas: A ecologia humana em seu relacionamento com a sociedade-ambiente, cruza-se com as questões da sustentabilidade e da ética das orientações científicas na possibilidade de influenciar políticas ambientais e processos de decisão. Diante dos laços de proximidade entre a ciência e o poder quando das intervenções nos territórios e das estratégias de adaptação e de mitigação perante riscos ambientais, desenvolvem-se componentes metodológicos de avaliação ambiental que integrem a intersubjetividade social e a participação pública como elementos chave da sustentabilidade ambiental.	(PIRES; CRAVEIRO, 2011)
		Sustentabilidade: Desenvolvimento sustentável como um modo de conciliar a economia e o ambiente, profundamente entretecidos, que deveria ao mesmo tempo proporcionar qualidade de vida e bem-estar não só às gerações atuais, mas também às gerações futuras. Além do crescimento econômico sobre o ambiente, devemos nos preocupar com os impactos das tensões ecológicas – a degradação do solo, o regime aquícola, a atmosfera e as florestas – sobre as nossas perspectivas econômicas. Decorre de um bom conhecimento do modo como funcionam os sistemas socioecológicos, das interações que se estabelecem entre os seus componentes, da maneira como o sistema ecológico reage aos impactos das ações do homem, da forma como as alterações se repercutem entre as diferentes escalas desses sistemas, de como um ambiente severamente degradado pode afetar o bem-estar e mesmo a sobrevivência do homem e da reflexividade do sistema social, entre outros aspectos. As metodologias de participação pública e de avaliação ambiental evoluíram no sentido de uma análise mais integrada das condições sociais e ambientais, potencializando a integração da eficácia comportamental e atitudinal das populações, sem a qual a sustentabilidade não pode ser perseguida.	(PIRES; CRAVEIRO, 2011)
		Dinâmica das interações bioculturais: A ecologia humana pode ser concebida sob diversos pontos de vista com o objetivo de conciliar os comportamentos da biosfera com os comportamentos da biosfera, ou seja, tendo em consideração a dinâmica das interações bioculturais, a ecologia humana estuda cada vez mais numa perspectiva global os diferentes «climas» que atuam no homem — físico, químico, biológico, sociológico, econômico, técnico, cultural, espiritual. A população, na perspectiva da ecologia humana, é um conjunto de indivíduos num sistema interdependente de atividades.	(NAZARETH, 1993)

(Continua)

MATRIZ ANALÍTICA			
CA	CO	CONCEITO	AUTORES
CA3	Ecológica CO3	Resiliência de sistemas sócio ecológicos: Ao redor do planeta, seguem existindo pequenos grupos de pessoas vivendo à margem da industrialização globalizada, mantendo suas vidas com recursos naturais, por vezes, de forma sustentável. “Não se sabe se suas práticas podem levar a soluções globais, mas certamente contribuem para melhorar outras iniciativas locais com maiores consequências sobre a conservação dos recursos naturais e sobre a resiliência de sistemas sócio ecológicos.”	(LOPES; BEGOSSI, 2007, p. 269-270)
A cidade e o Urbano CA4	A cidade como dimensão qualitativa do urbano CO1	Particularidades locais, resistências ao processo de homogeneização, originalidades irreduzíveis. A cidade e o urbano são formas sociais, onde a cidade é um objeto concreto que contém os sentidos da prática social de diferentes grupos. A cidade corresponde aos conteúdos sociais ao longo do tempo histórico. A cidade e o urbano são formas de interação dialética pois o urbano é a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, enquanto que a cidade é a forma material que viabiliza ou não o urbano.	(ARAUJO, 2012)
	Gestão comunitária do TBC CO2	Caracteriza-se por grupos coletivos com princípios de autogestão; associativismo e cooperativismo; democratização de oportunidades e benefícios; centralidade da colaboração, parceria e participação; valorização da cultura local e, principalmente, pelo protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística. A gestão do TBC privilegia os espaços democráticos de participação de todos, mesmo os que não possuem capital ou conhecimento técnico. A equidade que relaciona a prática, como a divulgação e comercialização do destino ao invés de um atrativo individual.	(BRASIL, 2010; (SAM-PAIO, 2010; GÓMEZ <i>et al.</i> , 2015)
	Cultura em comunidades urbanas CO3	Simboliza tudo o que é aprendido e partilhado pelos indivíduos de um determinado grupo e que lhe confere uma identidade dentro do grupo a que pertence. É um conjunto complexo dos códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva. Não existem culturas superiores, nem inferiores pois a cultura é relativa, designando-se em sociologia por relativismo cultural, ou seja, apesar de existirem entre muitas sociedades traços culturais comuns, há valores e normas diferentes que lhes conferem padrões culturais distintos.	(MÚLTIPLOS OLHARES EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2014)

Nota: CA = Categoria Analítica e CO = Categoria Operativa.
Fonte: a autora, 2020.

O Quadro 4 sintetizou as categorias analíticas e operacionais utilizadas para analisar e interpretar o corpus deste trabalho. Essas categorias analíticas, e principalmente a sua base conceitual, deram sustentação à identificação das informações empíricas do caso em estudo e permearam a narrativa sociológica que foi desenvolvida na apresentação dos resultados. O detalhamento da construção do corpus de análise e interpretativo de investigação é apresentado na próxima seção.

3.4.2 Formação do *corpus* de análise e interpretativo da investigação

Com base nas definições e delimitações concebidas na matriz analítica apresentada na subseção anterior, buscou-se construir uma base informacional inicial, chamada aqui de *corpus* de análise, e, em seguida, a realização de uma pesquisa de campo no contexto investigado. Essas bases informacionais e de apoio interpretativo serviram de base para a construção da narrativa sociológica.

A construção do ***corpus de análise*** da investigação partiu de pesquisa bibliográfica, abrangendo, de acordo com Marconi e Lakatos (2002), a bibliografia tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses e material cartográfico, até meios de comunicação orais e audiovisuais. Com essa estratégia de construção de uma base material de análise, o pesquisador busca contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Para este estudo foram consultadas publicações científicas, livros, dissertações e teses relacionadas aos temas de interesse definidos anteriormente.

O *corpus* abrange artigos, teses e dissertações de mestrado associados ao projeto TBC Cabula. Essa base documental foi levantada considerando o recorte temporal que parte do seu surgimento, em 2010, até 2019. Os documentos foram posteriormente inseridos no programa *Timeline Maker Professional*, o que possibilitou a criação de gráficos de linha do tempo, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Corpus do Trabalho – Publicações TBC Cabula 2010-2019



Fonte: a autora, 2020.

A Figura 1 sintetiza o *corpus* da análise documental, representando a fonte das informações que compõem a base deste estudo.

O levantamento foi realizado entre os meses de agosto de 2019 e janeiro de

2020, abrangendo um período temporal de 10 anos, entre 2010 e 2020. Foram encontrados 71 documentos dos quais foram descartados os trabalhos de conclusão de curso (TCC), as publicações em anais de eventos, livros e capítulos de livro. No total foram selecionados e analisados 06 dissertações, 04 teses e 16 artigos publicados em periódicos associados ao tema TBC Cabula, totalizando 26 documentos. Importante destacar que algumas produções científicas do ano de 2019 foram desconsideradas porque até o encerramento deste trabalho ainda não haviam sido disponibilizadas ao público.

A interpretação do corpus de análise foi complementada por uma pesquisa de campo, realizada no local onde ocorreu o fenômeno e que dispõe de elementos para auxiliar a explicá-lo (VERGARA, 1998). Essa investigação consistiu na “observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los” (MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 83). A mesma foi realizada através de visita ao Projeto TBC Cabula que ocorreu durante o período de 25/02/2018 a 04/03/2018, com observação orientada por parâmetros pré-definidos pelas categorias de análise identificadas. Esta foi a etapa (Vide Quadro 3, quarta etapa), com foco interpretativo e de validação metodológica a partir da manifestação das variáveis expressivas para o entendimento da ecossocioeconomia por meio da literatura discutida.

Para analisar o corpus da pesquisa, foram determinadas categorias analíticas e operativas. Com o intuito de sintetizar para melhor observação do corpus de análise, estabeleceu-se uma sigla e um número para cada categoria analítica e operativa. Por exemplo: o TBC foi determinado como categoria analítica (CA1) e as categorias operativas (CO) ficaram assim: TBC (CO1), Troca de saberes e práticas (CO2), Convivialidade (CO3), Aspectos pedagógicos (CO4), e Aspectos motivacionais (CO5). O mesmo critério foi estabelecido para denominar as demais categorias, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Matriz Analítica – Síntese das categorias de análise

CATEGORIA	CATEGORIA OPERATIVA	Referência
TBC (CA1)	TBC	CO1
	Princípios do TBC à luz da Ecos	CO2
	Troca de saberes e práticas	CO3
	Convivencialidade	CO4
	Aspectos pedagógicos	CO5
	Aspectos motivacionais	CO6
Ecosocioeconomia: ECOS (CA2)	Modalidades de Agir	CO1
	Apoderamento	CO2
	Grupos Coletivos com Princípios de Autogestão	CO3
	Autonomia	CO4
	Colaboração	CO5
	Solidariedade	CO6
	Sustentabilidade	CO7
Dimensões ECOS (CA3)	Econômica	CO1
	Social	CO2
	Ecológica	CO3
A Cidade e o Urbano (CA4)	A cidade como dimensão qualitativa do urbano	CO1
	Gestão comunitária do TBC	CO2
	Cultura em comunidades urbanas	CO3

Nota: CA = Categoria Analítica e CO = Categoria Operativa.

Fonte: a autora, 2020.

As referências estabelecidas pelo Quadro 4 serviram de base para a elaboração do Quadro 5, que compõe uma síntese do corpus de análise desta tese, conforme o modelo apresentado no Quadro 56 e um exemplo de preenchimento pode ser observado no Quadro 7.

Quadro 6 - Síntese das categorias analíticas e operacionais do corpus de análise

Ano	Tipo	Autor	Área	CATEGORIAS				
				CA1	CA2	CA3	CA4	CA5
Categoria Operacional				1,2,3,4,5	1,2,3	1,2,3	1,2,3,4,5,6	1,2,3

Nota: A: Artigo; D: Dissertação; T: Tese; CA: Categoria Analítica; CO: Categoria Operacional.

Fonte: a autora, 2020.

Quadro 7 - Exemplo de preenchimento

Ano	Tipo	Autor	Área	CATEGÓRIAS				
				CA1	CA2	CA3	CA4	CA5
Categoria Operacional				1,2,3,4,5	1,2,3	1,2,3	1,2,3,4,5,6	1,2,3
2016	D	Santos	Gestão Urbana	5	1,2,3	1,2,3	2	2,3

Nota: A: Artigo; D: Dissertação; T: Tese; CA: Categoria Analítica; CO: Categoria Operacional.
 Fonte: a autora, 2020.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, é realizada a apresentação do *corpus* de análise do estudo em forma de narrativa e, na segunda a caracterização geral do Projeto TBC Cabula, seguida da caracterização da experiência quanto às dimensões ecológicas, sociais e econômicas, considerando as tensões entre a cidade e o urbano na contemporaneidade;

4.1 ANÁLISE DO PROJETO TBC CABULA A PARTIR DE MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

Para iniciar a apresentação da análise, vale observar o Quadro 8, que traz as produções científicas identificadas segundo seu tipo, sendo Tese (T), Dissertação (D) ou Artigo (A) e onde são demonstradas as categorias encontradas individualmente.

Quadro 8 - Síntese do Corpus de Análise com obras e respectivas categorias analíticas e operacionais

Ano	Tipo	Autor	CATEGORIAS				
			CA1	CA2	CA3	CA4	CA5
Categoria Operacional			1,2,3,4,5	1,2,3	1,2,3	1,2,3,4,5,6	1,2,3
2016	D	Santos	1,2,4	1,2,3	1,2	1,3,4	2,3
2019	A	Santiago <i>et al.</i>	1,2,3,4,5	2	1,2,	1,5	
2019	A	Santos <i>et al.</i>	1,2,3,4			3,4,6	
2018	A	Del Gobbo; Nunes & Morais	1,2,3,4	1,2,3	1,2	1,2,6	
2014	A	Matta; Silva; Boaventura	1,2,4	1		2,5	
2017	A	Martins <i>et.al.</i>	1,2,3,4,5			1,3,4	3
2018	A	Frazão, Santos e Fortes	1,2,3,4,5	1,2,3	1,2	1,2,3,4,5,6	
2018	A	Silva	1,2,4			1,2,4	3
2015	A	Souza e Santana	2				
2016	A	Queiroz e Santos	1,5		2,3		
2013	A	Martins, Déjardin e Silva	1,2,4	2	2,3	5	
2012	A	Silva e Martins	1,2,3,4			1	
2017	A	Martins e Silva	2,3,4,5				
2015	A	Gómez	-	-	-	-	-
2016	A	Silva, Mata e Sá	1,2,3,4,5	1,2,3	1,2,3	1,2,3,4	1,2,3

(Continua)

2018	A	Silva e Spínola	1,4,5		2	1	3
2018	A	Martins, Silva, Matta	2,4	3		1,4	
2016	D	Souza	4			4	
2017	D	Queiroz	1,2,4,5		1,2,3	3,5	
2016	D	Chaves	2,4		1,2,3	1	
2016	D	Rocha	1,2,3,4	2		1,3	
2018	T	Souza	1,2,3,4,5		2	1,3,4,5,6	
2018	T	Costa	1,2			5,6	
2015	T	Déjardin	4				
2016	T	Lima	1,2,3				
2018	A	Sampaio, <i>et al.</i>	1,4		3		2
2010	D	Gouveia	-	-	-	-	-

Fonte: a autora, 2020.

Com o *corpus* do trabalho identificado, conforme o Quadro 8 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, foi realizada uma análise considerando as categorias analíticas (CA) e as categorias operacionais (CO). Essa análise é apresentada a seguir em formato de narrativa.

4.1.1 Categoria Analítica – (CA1) Turismo de Base Comunitária

Do ponto de vista conceitual, segundo os trabalhos analisados, o TBC é uma prática turística que emerge no Brasil a partir da década de 1980, incluindo a proteção ao meio ambiente, valorizando tradições e identidades culturais de bairros periféricos e com foco na cultura de paz e da solidariedade. Tem no associativismo, no formato de grupo coletivo e no cooperativismo, sua força como empreendimento. Busca a convivência harmônica no interior das comunidades, mas também constrói parcerias extra comunidade, prima pela valorização e respeito aos valores culturais locais e possibilita a ascensão das modalidades de turismo étnico-social, sustentável e solidário (MARTINS; DÉJARDIN; SILVA, 2013).

No TBC, é necessário observar como se dão as práticas e ações cotidianas sobre a conscientização política dos integrantes da comunidade (SILVA; MATTA; SÁ, 2016). É uma modalidade de empreendimento social ou socioempreendimento que representa um novo paradigma em relação ao turismo, com base em nova alternativa visando a atender às premissas do turismo pós-moderno (SILVA; SPINOLA, 2018).

Compreende a articulação e organização da comunidade visando promover o turismo em áreas populares, distanciando-se do modelo convencional de turismo (LIMA, 2016). Pode ser definido como a atividade turística que pratica gestão coletiva emergente de relações de convivencialidade, com o exercício da transparência tanto no uso como na destinação dos recursos, e tem como atração turística em destaque as formas de vida da população e os saberes locais. A comunidade é parte imprescindível dos empreendimentos turísticos e tem como foco minimizar o impacto ambiental fortalecendo ações de proteção à natureza, de forma a praticar a ecossocioeconomia. Conforme Santos (2016),

[...] o fruto do TBC compreende uma força de governança em rede, que pretende dar visibilidade à experiência demonstrativa, oriunda do cotidiano, com a preocupação em buscar aprendizados socioeconômicos e ambientais em contexto sistêmico, interinstitucional, co-evolutivo e interdisciplinar por meio de uma dinâmica posta em dado território e no qual deseja promover a sustentabilidade de seu desenvolvimento. (p. 81)

Nesta categoria de análise, o TBC aparece como o contraponto nas comunidades locais que sofrem impactos sociais, culturais e ambientais negativos advindos do turismo convencional. O turismo de massa, na maioria das vezes, provoca, pois, desequilíbrios ambientais, podendo envolver práticas com animais ou comercialização de manifestações culturais que acabam sendo avaliadas como folclore (SANTOS, 2016). As comunidades locais não conseguem, assim, desenvolver ações preventivas de proteção ao patrimônio cultural e ainda sofrem com altos preços de aluguéis e serviços, com o trabalho e a exploração sexual infantil entre outros tantos problemas de ordem social, cultural e econômica. A principal característica do TBC é o respeito à cultura e à identidade das comunidades locais (SANTOS, 2016).

Como um dos princípios para a implementação de projetos de Turismo de Base Comunitária, destaca-se a necessidade de que as comunidades locais sejam as protagonistas, inclusive na produção de bens e serviços. Desta forma, a atividade turística é promovida através de redes de autogestão sob a perspectiva sustentável e solidária, incluindo a diversidade cultural e preservando os recursos naturais. A comunidade assume o papel central na articulação e na construção da cadeia produtiva (SANTOS, 2016).

É importante destacar que no TBC a presença do coletivo deve se fazer constante em todas as etapas, desde o planejamento para se receber os turistas, até nos investimentos em educação, produtos culturais e outros. Essa modalidade de turismo

tem a cidade como o elo entre as atividades desenvolvidas, as comunidades envolvidas e os serviços prestados, de forma a promover a atividade turística de forma justa, colocando a população local no protagonismo em todas as etapas, quais sejam: planejamento, implementação e monitoramento, considerando a sustentabilidade social e ambiental das atividades. Ainda, como destaca Santos (2016), promovendo a ecossocioeconomia e a gestão do desenvolvimento local.

Entre suas prioridades estão: a conservação da biodiversidade, a valorização da história e da cultura local, o despertar da compreensão sobre a importância do protagonismo comunitário, a equidade social, e partilhar a cultura local de forma a complementar outras atividades econômicas. Essa modalidade não é uma alternativa ao turismo de massa no que se refere à geração de lucro, pois um de seus princípios fundantes é o desenvolvimento à escala humana, segundo a concepção de Manfred Max-Neef (2012), respeitando os recursos locais. Estão entre os seus recursos: a comunidade, os saberes e práticas e o meio ambiente, entre outros.

Como exemplo de TBC, pode-se mencionar o surgimento do CULTARTE no Cabula, em 2011, a partir de ações de diversos artistas que realizavam anualmente uma ação coletiva que reunia manifestações culturais e formas de expressão. Esse coletivo, conforme aponta Santos (2016), recebia apoio institucional da Incubadora ITCP/UNEB, que, em aspectos pedagógicos e de instrumentalização de práticas ecossocioeconômicas, os orientava a desenvolver ações de “geração de renda, por meio da produção coletiva e comercialização dos seus produtos, seguindo os princípios a economia solidária, a saber: cooperação, autogestão, comércio justo, preço justo”, de forma que estejam tanto conceitualmente como na prática executando o TBC.

O Turismo de Base Comunitária como uma modalidade de turismo, ultrapassa as definições do turismo clássico (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018). Segundo as autoras, está presente, na maioria dos casos, em comunidades com baixo poder aquisitivo e/ou que conformem comunidades tradicionais, que buscam, por meio da atividade turística, o desenvolvimento do coletivo. O TBC contribui para o desenvolvimento e/ou fortalecimento de laços sociais, atribuindo sentido coletivo para uma vida em sociedade, de forma a promover a qualidade de vida, a inclusão social, a valorização da cultura local e o pertencimento (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018). O TBC é definido, portanto, como uma concepção solidária, participativa, colaborativa e criativa que respeita as vocações e as práticas das localidades nas quais atua, com objetivo

de auxiliar no bem comum das comunidades receptoras buscando motivá-las na interação das ações turísticas (SILVA, 2018). Também pode ser entendido como o empreendimento que tem no modo de vida da comunidade, na tradição local e nas suas formas de organização social a principal atração, para o empreendimento (SOUZA; SANTANA, 2015).

Atualmente, apresenta-se o Turismo de Base Comunitária como uma modalidade turística que se destaca no final do século XX com a criação de empreendimentos solidários, infraestrutura, serviços e produtos e que atingiu importância significativa em meados do século XXI como importante condutor econômico presente majoritariamente em áreas urbanas. São características de sustentação do TBC iniciativas que valorizam os aspectos ambientais, sociais, históricos e culturais das localidades. Entretanto, o destaque é o modo de vida da população na qual o empreendimento é desenvolvido. Sendo assim, o TBC é uma alternativa de geração de trabalho e renda, bem como um potencializador no processo de construção social coletiva (SILVA; MARTINS, 2012). Evidência disso é que, na comunidade do Cabula e Entorno, a experiência de TBC demonstrou seu rico potencial para a construção coletiva, onde a participação popular, por meio de colegiados, abriu espaço para as pessoas participarem das discussões sobre as necessidades das comunidades, sobre a atividade turística e as necessidades de infraestrutura, serviços, legislação etc. (GÓMEZ *et al.*, 2015). O objetivo principal do projeto foi sensibilizar e mobilizar as comunidades do antigo Quilombo Cabula para se organizarem de forma colaborativa e cooperativamente para que conseguissem estabelecer o modelo autogestão do TBC como empreendimento social e econômico (MARTINS; DÉJARDIN; SILVA, 2013).

O TBC deve ser visto como um empreendimento coletivo com princípios de autogestão da comunidade na organização turística, permeado pela reciprocidade, construção coletiva do conhecimento, ações de economias solidárias e produções que valorizam o bem comum e a história local visando a mobilização de atividades de conscientização e que tenham o propósito com a transformação social. Na proposta do TBC, a apropriação da história local pela comunidade é a prioridade (MARTINS; SILVA; MATTA, 2018). No caso do Turismo de Base Comunitária no Cabula - como um projeto elaborado e executado por uma equipe multidisciplinar da UNEB, que envolve pesquisa, ensino e extensão, e tem como objetivo construir com as comunidades do Antigo Quilombo Cabula - as ações dos moradores locais, em contexto intra-organizacional, se vinculam com objetivos de pesquisar e elaborar alternativas para o

desenvolvimento local sustentável, por meio do Turismo de Base Comunitária e da ecossocioeconomia, utilizando uma metodologia participativa amparada na pesquisa-ação, na praxiologia e em pesquisa de desenvolvimento (DBR) (SOUZA, 2016). Na perspectiva extraorganizacional, o TBC, como um projeto de extensão universitária visando a integração entre a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) à comunidade do Cabula e Entorno, é, portanto, um modelo alternativo de turismo, diferente do turismo convencional considerando seu objetivo principal de valorizar a memória cultural, social e histórica da localidade, reconhecendo a importância do conhecimento popular e da cultura local (ROCHA, 2016).

Como contexto de criação, organização e potencialização de práticas sociais, o TBC Cabula pode ser definido como um projeto vinculado à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), que tem como objetivo mobilizar as comunidades visando a criação de roteiros turísticos alternativos. Esses devem desenvolver o senso de responsabilidade, sustentabilidade e solidariedade nos bairros onde são realizadas as atividades, de forma que estas favoreçam a mescla de conhecimentos de todos os participantes, sejam eles acadêmicos, técnicos ou populares, desde que estejam dispostos a dialogar e contribuir com projeto (CHAVES, 2016). Em termos de atuação prática organizacional, o TBC Cabula é um projeto de pesquisa e extensão desenvolvido pelo grupo de pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo (SSEETU), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O projeto é apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SUPROT/SEC-BA) (SOUZA, 2018).

O TBC Cabula, como ambiente de intercâmbio de práticas e saberes é constituído por equipe multidisciplinar que articula, desde 2010, pesquisa e ensino, visando construir juntamente com as comunidades do Antigo Quilombo Cabula. Na dimensão social, o projeto traz propostas alternativas para o desenvolvimento local de forma sustentável, estimulando as trocas de saberes, de experiências e de demandas com atividades educacionais culturais e sociais por meio de palestras, oficinas, cursos, seminários, feiras e outras formas que o coletivo avaliar pertinentes (COSTA, 2018). O projeto articula pesquisa, ensino e extensão, potencializando o desenvolvimento local

e sustentável das comunidades, buscando alternativas para arranjos ecosocioeconômicos, a partir da prática do Turismo de Base Comunitária (SAMPAIO *et al.*, 2018).

4.1.1.1 CA1 - CO1 – Turismo de Base Comunitária - TBC

Associadas à CO1 (TBC) são apresentadas as ações educativas, segundo as perspectivas no território do antigo Quilombo do Cabula.

O território do Cabula é carente de infraestrutura e de políticas públicas que atendam às necessidades dos moradores, que vão desde o saneamento básico, atendimento médico deficitário, ausência de ações de segurança pública e até defesa social (SANTIAGO *et al.*, 2019). Nesse contexto, o TBC Cabula emerge como uma ação desenvolvida por acadêmicos da Universidade do Estado da Bahia em parceria com os moradores dos bairros do entorno. O projeto promove ações de orientação técnica às organizações populares de dezessete bairros contíguos à UNEB (SANTIAGO *et al.*, 2019).

No Cabula, o Turismo de Base Comunitária pode ser entendido como empreendimento local que acolhe os visitantes resguardando sua própria cultura e tem uma gestão participativa e sustentável, interagindo com outras culturas e outros modos de vida numa constante troca de conhecimentos (SANTOS *et al.* 2019). Com raízes na convivencialidade do cotidiano da comunidade, o projeto de Turismo de Base Comunitário (TBC) Cabula, surgiu a partir das angústias provocadas pela constante ausência de diálogo entre universidade, comunidade e professores de variadas áreas do conhecimento de diversas instituições, aliados aos questionamentos sobre o modelo do turismo tradicional (SANTOS *et al.* 2019). Esse projeto se ajusta ao conceito de TBC no cenário brasileiro como uma ação coletiva que surge a partir de demandas sociais que reconhecem nas experiências de turismo uma oportunidade de protagonizar suas próprias histórias e de desenvolver ações em seus territórios por meio de organizações comunitárias (DEL GOBBO, NUNES; MORAIS, 2018), emergindo como um contexto de convivencialidade.

Um aspecto distintivo do TBC Cabula é que, na dimensão organizacional, se caracteriza como um projeto elaborado em parceria com a assessoria técnica da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares por meio do Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária da Universidade do Estado da Bahia (ITCP/COAPPES/UNEB), numa ação que aponta importância do papel social

das universidades como agentes fomentadores de diálogos com agentes ativos e participativos de diferentes setores da sociedade, objetivando contribuir para o fortalecimento das comunidades locais e regionais em seus próprios territórios (DEL GOBBO; NUNES & MORAIS, 2018). Na perspectiva de ambiente de ensino-aprendizagem associado à compreensão e mobilização de práticas sociais, o TBC assume características de projeto desenvolvido a partir de experiências entrelaçadas entre ensino, pesquisa e extensão, como forma de enfrentar a ausência de articulação entre ações realizadas em comunidades de bairros periféricos no entorno da Universidade do Estado da Bahia (MATTA; SILVA; BOAVENTURA, 2014).

A dinamicidade sociopolítica intracomunitária do Cabula se evidencia pelo modo como o território é apropriado para o desenvolvimento de trajetos alternativos que visam o desenvolvimento local sustentável; pelos fundamentados no Turismo de Base Comunitária e na economia solidária; pela formação de redes sociais cooperadas, organizando arranjos produtivos locais; pela promoção do empoderamento social, cultural, ambiental, político, econômico; e pela valorização do legado de grupos de etnias indígenas e de origens africanas (MATTA; SILVA; BOAVENTURA, 2014, p. 34).

Em termos de mobilização social mais ampla, ou seja, com efeitos extracomunitários, o projeto adota a metodologia participativa com os moradores das comunidades do Cabula e Entorno, com objetivo de torná-los parte de todo o processo desde os diálogos iniciais, passando por reflexões de conteúdo e metodologias, visando a construir apoderamento social, cultural, ambiental e empoderamento político e econômico dos moradores, bem como a valorização da cultura comunitária; a sabedoria dos moradores mais antigos; a dinâmica comunitária na qual há um destaque para os saberes, sabores e fazeres da população local, bem como o mapeamento e a valorização dos talentos artísticos que possam agregar valor inclusive financeiro às atividades turísticas, como complemento de renda dos participantes (MARTINS *et al.*, 2017). O TBC Cabula está fundamentado na organização de espaços interativos nos quais o diálogo é princípio básico e assegura visibilidade às produções das comunidades vinculadas à ecossocioeconomia (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018) e, desta forma, representando um território que luta pela sua inserção com protagonismo na sociedade soteropolitana.

Como empreendimento coletivo para recuperação e revitalização da memória local, o projeto TBC Cabula objetiva a mobilização das comunidades para o desafio

de pesquisar sobre a herança histórico-cultural e ambiental dos antepassados da comunidade de forma a se apropriar dessas histórias buscando consolidar a autogestão do território construindo uma rede solidária de produção (MARTINS *et al.*, 2017).

Quanto aos valores implexos na dinâmica social, o TBC está fundamentado na sustentabilidade e se apresenta como uma alternativa na distribuição de renda de forma justa e de ampliação de acesso à políticas públicas, com atuação efetiva das comunidades organizadas em coletivos, associações ou cooperativas. As ações práticas realizam empreendimentos populares comunitários com base no protagonismo de etnia ou gênero fundamentados nas heranças culturais e as tradições locais sem restrição de faixa etária (SILVA, 2018). Os aspectos pedagógicos emergentes das interações cotidianas apresentam uma possibilidade para que a comunidade consiga enfrentar os problemas relativos à questão ambiental, que gera problemas sociais e outros. Para tanto, ações de reflexão coletiva, em especial no âmbito da educação, se apresentam com potencial de gerar mudanças de comportamento e, nesse aspecto, a educação ambiental aberta ao diálogo tem sido fundamental (QUEIROZ; SANTOS, 2016).

O modelo de organização do TBC contribui para a autonomia da comunidade, abrangendo diferentes aspectos como o social, econômico, ambiental, histórico, cultural, sendo, portanto, um modelo de empreendimento baseado na multidisciplinaridade (SILVA; MARTINS, 2012). Nesse sentido, no TBC Cabula há um trabalho para que todos os integrantes se conscientizem sobre sua condição cidadã de forma a se capacitarem para se apresentarem nas discussões e proposições de políticas públicas, em especial aquelas relacionadas à educação, saúde, transporte público, saneamento e outros serviços considerados essenciais. Um dos aspectos importantes para o fortalecimento dos cidadãos como sujeitos proativos, aptos a conviver e a refletir sobre confrontos e tensões sociais, impetuosidades, necessidades sociais, culturais e econômicas (SILVA; MARTINS, 2012). Exercer seus direitos de cidadãos, com dignidade é o principal legado do TBC Cabula, para a sua comunidade (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

O TBC é ainda um empreendimento solidário e comunitário, sendo também um processo de valorização da identidade dos moradores com o território onde vivem, se articulam e se mobilizam em torno de um bem comum (SILVA; SPINOLA, 2018). No caso do Projeto TBC Cabula, trata-se de uma iniciativa institucionalizada, desenvolvida em parceria entre a UNEB e a comunidade local, possuindo um Estatuto e um

Regimento e apresentando estrutura administrativa organizada de forma hierárquica. Segundo Queiroz (2017), esse projeto é de grande importância para a comunidade por correlacionar ações de políticas públicas em diferentes temáticas, tais como educação, educação ambiental, cultura e arte, saúde, esporte, lazer, cidadania, economia solidária e economia criativa, desenvolvimento social, relações de gênero e sexualidade, relações étnico-raciais, diversidade cultural, acessibilidade, tecnologias e inclusão digital (QUEIROZ, 2017).

O TBC Cabula recebe, desde 2014, aporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), promovendo ações nas escolas da região de sua abrangência. Em 2015, o Colégio Estadual Helena Magalhães passou a receber atividades como oficinas de capacitação, em parceria com o projeto “Conteúdos Digitais na Escola”, que também é da UNEB. As oficinas realizadas foram vinculadas à área de Agenciamento de Viagens e Guiamento, Hospedagem Comunitária, Gastronomia e Roteirização. A arte também foi alvo de oficinas nas seguintes linguagens: artes gráficas, artes visuais, Grafite, produção de blogs, técnicas de arquivo e construção de memorial sobre as escolas, feiras de ciências, produções textuais e jogos digitais (ROCHA, 2016).

Considerando a atividade que lhe é subjacente, o TBC Cabula considera importantes as práticas tradicionais da comunidade, ao contrário do turismo convencional, que opera dentro da lógica capitalista (SOUZA, 2018). Além disso, como base para o desenvolvimento local, o Projeto engloba ações nas áreas de saúde coletiva, educação, tecnologia educativa, meio ambiente, ecologia social, história, economia solidária, patrimônio cultural e outras áreas de conhecimento (COSTA, 2018). Como contexto de troca de saberes e práticas, o projeto tem como princípio fundamental a interação entre a comunidade acadêmica e a comunidade local, buscando romper barreiras e criar diálogos que possam contribuir na construção social e troca de conhecimentos (LIMA, 2016). Na dimensão social, o TBC pode ser visto como uma forma de agir coletivamente em busca de soluções criativas e inovadoras, valorizando e difundindo o patrimônio cultural, produzindo conhecimento e desenvolvendo tecnologias sociais alicerçadas nos saberes e fazeres praticados pelas etnias indígenas, afro-brasileiras e de origem africana. É importante para o sucesso do projeto a convivência e a solidariedade (SAMPAIO *et al.*, 2018).

4.1.1.2 CA1 - CO2 - Princípios do TBC à luz da Ecosocioeconomia

Os Princípios do TBC à luz da ecosocioeconomia, podem ser observados no Projeto TBC Cabula, a partir da sua participação em várias ações enquanto coletivo, estando entre elas: “eventos, feiras, oficinas, seminários, aulas entre outros”, (SANTOS, 2016, p. 158). Essas ações podem ser interpretadas como fonte de visibilidade da comunidade de forma a fortalecer o coletivo em seus aspectos sociais, culturais educacionais, e ainda, ambientais ou econômicos, representando o modelo de governança estabelecido entre o TBC Cabula e seu entrono.

Santos (2016) analisou o Projeto observando seu amplo espectro de empreendimentos econômicos e solidários como organizações financeiras solidárias, empresas autogestionárias, cooperativismo popular, redes de empreendimentos, associações, clube de trocas e grupos formais e informais, entre outras.

O Projeto TBC Cabula apresenta bases teóricas e metodológicas com estratégias, ações e tomadas de decisão, que são construídas coletivamente entre os pesquisadores e os integrantes da comunidade. São princípios fundamentais que se relacionam com os pressupostos básicos da Ecosocioeconomia (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

A comunidade do Cabula experimenta o diálogo direto com os visitantes a partir de seu planejamento sem necessariamente contar com as agências e operadoras de turismo. Os próprios integrantes do projeto têm a possibilidade de planejar todos os roteiros de acordo com o que a comunidade quer mostrar (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

O CULTARTE define como um princípio do TBC a ação de deslocar o turismo de áreas consagradas para a periferia/comunidades, de forma a assegurar não só o lazer, mas também a troca de conhecimentos e da economia solidária (SOUZA, 2018).

4.1.1.3 CA1 - CO3 - Troca de saberes e práticas

Quanto à troca de saberes e práticas (CO2), o intercâmbio de experiências pode ser considerado fundamental para a durabilidade do projeto e, no Cabula, se configura a prática do entrelaçamento de iniciativas que se desenhou em torno dos projetos envolvidos (SANTOS, 2019). Isso é perceptível na sua metodologia pedagógica de trabalho aplicada por meio da educação e identificada como um espaço de

aprendizagem social e política, oferecendo oportunidades para a vivência dos atores. Os mesmos podem praticar comportamentos, condutas, valores, experiências e conhecimento por meio do diálogo com o Estado (SANTOS, 2019).

A troca de saberes e práticas é eixo estruturante do TBC Cabula e o que sustenta as parcerias entre as universidades e a comunidade local, que tem no ETBCES a oportunidade de apresentar ao público em geral os resultados dessas colaborações (SANTIAGO *et al.*, 2019). Neste sentido, parece importante para que se entenda esse aspecto da comunidade: os moradores apresentaram à universidade o seu desejo de aprender a escrever artigos e afins, como forma de poder contar suas histórias e seus saberes. Em ação conjunta, a comunidade, universidade, professores, alunos, bolsistas e atores promoveram oficinas de produção de texto (SANTOS *et al.*, 2019).

A metodologia utilizada no TBC Cabula, é marcadamente desenvolvida por jovens e adultos, sendo analisada como ação inovadora na medida em que integra os saberes acadêmicos e populares, buscando mobilizar a população para a construção de conhecimento sobre suas próprias comunidades a partir dos saberes dos moradores locais, destacando sua origem que remete às presenças de indígenas tupinambás, africanos e afro-brasileiros (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018).

Para essa troca de saberes, destaca-se a utilização do *design* cognitivo socioconstrutivista aplicado ao design com objetivo de construir protótipos 3D dialógicos que serviriam como material de apoio para o ensino e estudos da História. O projeto desde a sua origem trabalhou em conjunto com as comunidades dos bairros, possibilitando que essas fossem também protagonistas do processo com base no diálogo e nas reflexões com os moradores, valorizando a cultura local e os saberes populares. (MATTA; SILVA; BOAVENTURA, 2014). O projeto ressalta as trocas de conhecimento que ocorrem como uma articulação interdisciplinar, na qual os saberes e o processo de elaboração do conhecimento comunitário visando à construção do museu virtual do quilombo do Cabula, servem como forma de contribuir para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária local (MARTINS *et al.*, 2017).

A relação estabelecida entre o conhecimento acadêmico (UNEB) e os saberes e experiências populares se estabelece para o desenvolvimento de ações desde o planejamento até o momento de avaliação fortalecendo a solidariedade, o respeito, a confiança, a dignidade, e a livre participação. Há ainda o exercício da solidariedade como a prática do estar e do fazer juntos, compartilhando ações e conhecimentos (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018). No projeto em análise, destaca-se a realização

dos ETBCES como espaços formativos, construtivos e informativos colaborativos, que possibilitam aos participantes conhecer e trocar saberes, fazeres e sabores intercomunidades que empreendem projetos sociais alternativos e conformam redes de solidariedade (SILVA, 2018). No TBC a partilha cultural é, portanto, uma possibilidade de intercâmbio para aprendizagens e troca de experiências com outras culturas a partir das atividades cotidianas desenvolvidas (SOUZA; SANTANA, 2015).

Sobre a troca de saberes, destaca-se ainda a construção do conhecimento de forma interdisciplinar e dialógica entre a universidade e a comunidade, com o desenvolvimento de atividades cooperativas e colaborativas (MARTINS; DÉJARDIN; SILVA, 2013). A realização de rodas de conversa como forma de diálogo entre os moradores e representantes das comunidades e diferentes instituições de ensino, com o objetivo de reunir e registrar suas histórias e memórias pessoais e coletivas, ilustra esse processo. As experiências vividas demonstram a importância de compartilhar diferentes formas de saberes e conhecimentos, sendo a convivência entre a academia e a comunidade um dos pontos fortes. (SILVA; MARTINS, 2012). A confluência dos conhecimentos acadêmicos, escolares do ensino básico e da comunidade é variada e se pode dizer se expressam nas reuniões de planejamento e atividades desenvolvidas, na organização e participação dos minicursos, na viagem para conhecer outra experiência de Turismo de Base Comunitária de comunidade quilombola, na participação de roteiro turístico da localidade de Pernambués, no curso de História da Bahia e nos eventos, principalmente os encontros de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária. Todas as etapas do projeto, como os estudos, o planejamento e a sistematização histórica contaram com a participação ativa da comunidade (MARTINS; SILVA, 2017).

Como um aspecto fundamental para o desenvolvimento da tomada de consciência política dos integrantes da comunidade, que é objetivo principal do TBC Cabula, são representativas as práticas de rodas de conversas, oficinas, cursos, visitas técnicas e viagens de estudo em regiões previamente escolhidas pelos participantes das comunidades e das instituições parceiras. Essas práticas objetivam, por exemplo, a realização de trabalhos de mapeamento do patrimônio cultural incluindo suas formas de expressão, celebrações, saberes e fazeres e a organização de roteiros turísticos alternativos que buscam contar a história da localidade. Outra iniciativa importante e capaz de efetivamente despertar a consciência política são os trabalhos de produção de conhecimento, gerados a partir da parceria entre universidades e a comunidade

valorizando a história local, de seus moradores, dos seus antepassados, sendo importante legado deixado para as novas gerações. Assim, por meio da educação e da mobilização das comunidades, as chances de que o Estado assegure os seus direitos, proteja e defenda o patrimônio cultural e ambiental aumentam (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

Os ETBCES, como parte integrante dos projetos de extensão e pesquisa da UNEB, passam pelo processo de discussão, planejamento, execução, monitoramento, sistematização e avaliação realizados por acadêmicos e representantes da comunidade. Esse processo garante que os saberes acadêmicos e populares se correlacionem de forma que um não se sobreponha ao outro e assegura visibilidade às práticas sociais, políticas, culturais e econômicas da localidade e dos seus atores (SILVA; MATTA; SÁ, 2016). Outra evidência nesse sentido foi o projeto de construção o Museu Virtual do Cabula, que adotou a mesma metodologia exigida para o desenvolvimento do TBC. Esta incluiu o envolvimento da comunidade por meio de várias rodadas de diálogos visando a construir a legitimidade da proposta de forma que todos os conhecimentos acadêmicos e populares se fizessem presentes e o produto fosse fruto do trabalho coletivo e colaborativo (MARTINS; SILVA; MATTA, 2018).

Outro momento em que foi possível identificar a troca de saberes inclui os processos políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos e ambientais organizados por diversos grupos do Antigo Quilombo Cabula, com a participação de representantes da universidade visando a construir coletivamente um projeto de sociedade com princípios e valores diferentes dos apresentados pelo modelo capitalista. A atuação do Grupo Diversidade e Resistência do Beiru organiza movimentos de ocupação das praças públicas do bairro, realizando manifestações artísticas, culturais e políticas, gerando reflexões, trocas de saberes e desenvolvimento de vínculos na comunidade (QUEIROZ, 2017). Também é apresentado o projeto Cine com Bate Papo que se desenvolve com o objetivo de entretenimento e reflexão a partir do tema abordado nos filmes. Após a sessão, são realizadas rodas de conversas para debate sobre o tema apresentado, o que pode ser destacado como um espaço de educação informal, mesmo que aconteça em espaço formal de ensino. Mesmo com dificuldades, o processo educativo, a partir da iniciativa popular e comunitária alicerçada no engajamento político dos movimentos sociais do Antigo Quilombo Cabula, tem dado sinais de resultados positivos, principalmente no que refere à produção de conhecimento, trocas

de saberes, falar no coletivo por meio do diálogo, e a aproximação de grupos historicamente conflitantes (QUEIROZ, 2017).

As trocas de saberes e fazeres acontecem por meio de ações realizadas pelo Projeto Turismo de Base Comunitária no bairro das Barreiras, Cabula I ou Estrada das Barreiras, quando são realizadas rodas de conversas, oficinas, palestras, exposição de trabalhos – científico, cultural, artístico, etc. – e confecção de material gráfico informativo visando à atrair os moradores para as atividades promovidas. O diálogo é princípio fundamental de todas as ações realizadas pelo TBC Cabula. Outra forma utilizada de troca de conhecimento praticada pelo TBC é a elaboração dos roteiros turísticos, nos quais a participação da comunidade do Cabula e entorno é imprescindível (CHAVES, 2016).

O principal do objetivo do projeto TBC Cabula está centrado na troca de saberes construindo conhecimentos tanto sobre a escola, como sobre a comunidade local, de forma a contribuir para a valorização dos saberes populares, além de desenvolver nos participantes a capacidade de perceber as potencialidades existentes na localidade do Beiru, visando à formação de uma rede de interação entre escola e comunidade, sendo a escola a responsável pela articulação dos conhecimentos entre a comunidade e ela mesma. O resultado dessa ação é a utilização dos conteúdos produzidos no ensino formal (ROCHA, 2016).

No TBC Cabula, o CULTARTE é um coletivo de mulheres artesãs, sendo um espaço que se constitui de maneira processual, onde a aprendizagem acontece de forma coletiva, por meio das trocas de saberes, promovendo novas construções de pensamento e ações (Souza, 2018). Esse grupo promove a troca de saberes locais e acadêmicos e a síntese dessas trocas de conhecimento é apresentada na Mostra de Cultura e Produção Associada ao Turismo e à Economia Solidária, atividade do Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES). Durante o evento, as produções das mulheres do CULTARTE têm maior visibilidade junto à comunidade acadêmica, à comunidade escolar anfitriã, e à comunidade local. No evento são realizadas vendas dos produtos ao público participante, mas também é uma possibilidade de divulgação da produção do grupo para vendas futuras. Também são realizadas feiras mensalmente, nos espaços da UNEB. São momentos de encontro e de interação, onde ocorrem trocas de experiências. Ensinar e aprender é o ponto alto do evento (SOUZA, 2018).

Para o Terreiro Tumbenci, pertencente ao Cabula, a pesquisa de Costa

(2018), gerou conhecimentos que poderão subsidiar intervenções e políticas públicas de proteção, possibilitando criar ferramentas que agucem a função do turismo cultural associando a valorização do seu patrimônio cultural como estratégia de desenvolvimento local, a patrimonialização, a salvaguarda e a difusão dos valores ancestrais. Esse é mais um fator que demonstra a troca de saberes estabelecida entre academia e comunidade.

Ainda sobre o tema, Lima (2016) destaca a interação entre professores e alunos. Esta se deu no formato de diálogo horizontal, sem formalidades, proporcionando uma aprendizagem diferente da forma como a escola tradicional desenvolve. Acontece a aproximação entre a universidade e o Colégio Estadual Governador Roberto Santos, a partir da relação de seus agentes e a utilização da rádio web, bem como da aplicação da metodologia socioconstrutivista de programas educativos (LIMA, 2016).

4.1.1.4 CA1 - CO4 - Convivencialidade

Sobre a Convivencialidade (CO4), o ETBCES se destaca como um dos espaços criados pelos parceiros como possibilidade de diálogo e compartilhamento do conhecimento produzido por meio das experiências desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento tanto nas universidades como pelos movimentos sociais, demonstrando as alternativas de conciliação de conhecimentos acadêmicos e populares (SANTIAGO *et al.*, 2019). É uma das expressões de sólida relação entre organizações do terceiro setor e a sociedade civil organizada, tendo como foco central o TBC para demonstrar a importância de esforços conjuntos com objetivos de atender ao interesse comum criando um forte capital social da comunidade (SANTOS *et al.*, 2019).

Aparece também a utilização de redes sociais como ação cooperada entre as comunidades circunvizinhas da UNEB, Campus I, construindo alternativas para o desenvolvimento local, alicerçadas nos valores e princípios do TBC e da economia solidária, sendo o Cabula exemplo de sucesso (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018). Um exemplo dessas relações é a pesquisa aplicada, com o método DBR e uma abordagem socioconstrutivista que envolve a participação de todos os interessados na história do Cabula e Entorno e inclui discussões entre o conhecimento acadêmico e popular integrando a sociedade em rede (MARTINS *et.al.*, 2017).

O diálogo entre universidade e comunidade desde a mobilização e a articulação para as ações até o compartilhamento de experiências, pode ser apontado como

ponto alto no que tange à convivencialidade. Isso acontece também no processo de gestão das ações do projeto TBC Cabula. A comunidade atua no planejamento, na programação científica e nos formatos de participação dos eventos, incluindo o Encontro de Turismo de Base Comunitária ETBCES (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

O TBC proporciona à comunidade a difusão dos conhecimentos históricos para a construção das suas formas de atuação como empreendimento turístico, onde as instituições de ensino contribuem com o conhecimento técnico, auxiliando no planejamento de como a comunidade vai se apresentar ao público externo. A presença das instituições de ensino é importante para ajudar a comunidade a entender que suas histórias, memórias e modos de vida são importantes e que tem um público que quer conhecer a localidade exatamente porque está interessado em suas histórias (SILVA; MARTINS, 2012). Nesse sentido, por exemplo, o projeto de produção de conteúdo para o Museu Virtual do Cabula foi pautado no trabalho colaborativo entre os acadêmicos de graduação e pós graduação em diálogo com pesquisadores experientes e moradores das localidades históricas que integram a área do Cabula (MARTINS; SILVA, 2017).

A convivencialidade é uma prática constante na comunidade do Cabula e Entorno. Desde o momento da sua criação, o Projeto prima pelo diálogo entre as instituições parceiras e atores locais, buscando mesclar os conhecimentos acadêmicos e populares (SILVA; MATTA; SÁ, 2016). Essa mescla de saberes pode ser verificada, por exemplo, no projeto desenvolvido no Colégio Helena Magalhães, situado na comunidade do Beiru. A relação estabelecida entre professores, pais de alunos e funcionários foi baseada no diálogo e ocorreu de forma horizontal, em perspectiva do convívio harmônico entre os pares. A prática do respeito mútuo se faz presente, desenvolvendo um relacionamento cordial onde os conhecimentos acadêmico e popular se complementam. É evidente a afetividade nas relações interpessoais do colégio com a comunidade (ROCHA, 2016).

Há ainda a difusão de técnicas e tecnologias que são desenvolvidas pelo grupo de mulheres do antigo quilombo do Cabula. Essas práticas continuam acontecendo de maneira informal, fazendo parte do cotidiano das mulheres que socializam seus saberes na convivência cotidiana, mesmo que elas se reúnam periodicamente. É de interesse do TBC Cabula, investir na formação garantindo a profissionalização do grupo (SOUZA, 2018).

Também se faz presente a Educação Praxiofônica, que visa conciliar o agir pedagógico e o uso do rádio no contexto educacional como ferramenta educativa por suas características comunicativas no processo de ensino-aprendizagem possibilitando a troca de conhecimentos de forma atrativa aos aprendizes e a educação como processo sócio-histórico, político, cultural, ambiental e espiritual (LIMA, 2016).

4.1.1.5 CA1 - CO5 - Aspectos pedagógicos

Sobre os aspectos pedagógicos (CO5), a comunidade do Cabula e Entorno desenvolve, em conjunto com o núcleo do TBC, uma concepção de trabalho que “funciona como um fomentador, pois atua a partir de um processo pedagógico, não tendo a intenção de ser intervencionista” (SANTOS, 2016, p.131). É esperado que instituições externas desenvolvam ações em nome do coletivo, existindo uma preocupação pedagógica bastante forte, pois o intuito é que as iniciativas emergjam da comunidade e das suas organizações.

Também se destacam as práticas de coautorias (mestrandos e doutorandos com atores da comunidade), presentes na produção de conhecimento acadêmico, por meio das quais se pode observar maior engajamento da comunidade devido ao fato de não se sentir explorada e sim pertencente (SANTOS, 2016).

Alguns frutos do Projeto TBC Cabula podem ser identificados a partir dos trabalhos realizados tendo como público-alvo a própria população local, como por exemplo o material didático e pedagógico para o ensino de história da localidade e para o Turismo de Base Comunitária. Outro exemplo são os jogos digitais, que atraem o público jovem abrindo oportunidade de aprendizado sobre a história da localidade, por meio de atividades lúdicas. As ações desenvolvidas pelo projeto TBC Cabula visam o fortalecimento da rede comunitária e solidária aliado a uma proposta de educação para o Turismo de Base Comunitária do Cabula e bairros do entorno (SANTIAGO *et al.*, 2019).

Quanto aos aspectos pedagógicos, a universidade pretende ser menos intervencionista e mais formadora de uma tomada de consciência que seja capaz de potencializar o desenvolvimento sustentável, fazendo com que outras iniciativas surjam da comunidade e das suas organizações. Os processos de formação levam em consideração a importância de uma aprendizagem social e política (SANTOS *et al.*, 2019).

A educação é o princípio básico para a construção efetiva do desenvolvimento, contudo, a pesquisa e a extensão também devem se fazer presentes nas instituições de ensino, possibilitando a participação de diferentes instituições, bem como organizações sociais a exemplo do que acontece entre a comunidade do Cabula e Entorno e a UNEB (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018, p.70). A convergência entre educação e desenvolvimento pode ser observada, por exemplo, em pesquisas acadêmicas sobre a comunidade para a criação de jogos para uso em Educação a Distância (EAD) e em educação *on-line*. A fonte de informação principal, para a elaboração são os trabalhos acadêmicos produzidos sobre o Cabula e Entorno. Os jogos só se tornam públicos após a aprovação da comunidade (MATTA; SILVA; BOAVENTURA, 2014).

Nos aspectos pedagógicos, inclui-se também o *design* cognitivo aplicado no museu virtual do Quilombo do Cabula. Esta atividade se relaciona ao desenvolvimento de uma solução com objetos e/ou temas digitais didáticos, destacando a concepção pedagógica que não se vincula apenas como linguagem destinada a atender ao ensino formal. O desafio principal é privilegiar a compreensão e a acessibilidade, potencializando a construção de significado e o esclarecimento de todo e qualquer sujeito social que esteja buscando aprendizado. A proposta do *design* cognitivo contribui para com a pesquisa aplicada e orientada pela metodologia DBR, que visa a um modelo de conhecimento socioconstrutivista. Não se trata de uma proposta fixa, mas que passa por constantes avaliações e readequações a partir do diálogo entre os técnicos que detêm o conhecimento acadêmico e a comunidade que apresenta o conhecimento popular, produzindo uma dinâmica de construção de pesquisa, no qual a bricolagem aparece como resultado do contato ativo e produtivo com todos os envolvidos (MARTINS *et.al.*, 2017).

O processo de construção da proposta do TBC Cabula conta com pesquisadores que integram do Grupo Multidisciplinar de Estudo e Pesquisa: Sociedade Solidária, Espaço, Educação e Turismo (SSEETU). O referido grupo de pesquisa, trabalha com a metodologia de pesquisa-ação que se entrelaça aos objetivos do TBC Cabula favorecendo o diálogo e a construção de conhecimento a partir da realidade concreta da comunidade (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

Silva (2018) menciona o projeto pedagógico da escola “Visconde, conte e pinte sua história e a história do Cabula”, desenvolvido com o objetivo de pesquisar sobre a história e a cultura da localidade de forma a valorizá-la. O mesmo, propiciou

ainda que as comunidades escolar e local pudessem participar de ações práticas de produções artesanais; culinária; iniciação ao cultivo de plantas diversas; atividades físicas ligadas à qualidade de vida; orientação de cuidados com a saúde; debates sobre assuntos da atualidade; visita à parte da Mata do Cascão, localizada na área do 19º. Batalhão de Caçadores (19BC); criação do Projeto Escola Criativa, estímulo para que os estudantes sejam os cuidadores da escola (SILVA, 2018). Outra proposta foi executada por estudantes do Ensino Fundamental que realizaram oficinas de pulseiras; oficina de jogos africanos; produção de beiju; exposição das pesquisas de campo; produção de máscaras africanas (SILVA, 2018).

Ocorre também a identificação de potenciais atrativos para o desenvolvimento do TBC Cabula tais como remanescentes de Mata Atlântica, com seus aquíferos; projetos sociais e culturais de música, artesanato, teatro e dança existentes na comunidade; de Terreiros de Candomblé que estão dispostos a abrir suas portas à visita, e acima de tudo a difusão da história do Cabula como resistência, para ser valorizada e ensinada nas escolas locais. Após a realização do levantamento, fruto da parceria entre a UNEB e a comunidade, foi elaborada a proposta de implantação do TBC na Região do Cabula e Entorno, aliado ao ecoturismo (MARTINS; DÉJARDIN; SILVA, 2013).

No campo da história, os aspectos pedagógicos são apresentados em uma dimensão investigativa colaborando para o processo de significação da memória da população local e consolidação do TBC como prática de empreendimento solidário (SILVA; MARTINS, 2012).

A concentração de conhecimentos acadêmicos, do ensino básico e da comunidade pode ser observada quando todos juntos em rodas de conversa planejaram as atividades a ser desenvolvidas visando à compartilhar conhecimento sobre o Turismo de Base Comunitária e empreendimentos de economia solidária para a construção do Museu Virtual do Cabula (MARTINS; SILVA, 2017).

Os aspectos pedagógicos no TBC Cabula são diversos e com objetivos bem definidos, estando entre os principais a produção de conhecimento com ênfase para o Turismo de Base Comunitária alicerçada no desenvolvimento do território envolvendo pesquisadores locais e acadêmicos de graduação, mestrado e doutorado; no cooperativismo entre os moradores da comunidade e os grupos de acadêmicos; na elaboração de roteiros alternativos produzidos sempre em parceria entre os integrantes da comunidades e os técnicos e na formação de receptivos populares (SILVA;

MATTA; SÁ, 2016).

Pode também ser considerado um aspecto pedagógico o fato do TBC Cabula ser um projeto multidisciplinar que contempla 14 eixos temáticos em 17 bairros que compõem popularmente a região e que traz como objetivo principal, desenvolver ações a partir do que a comunidade apresenta como legítimo (SILVA; SPINOLA, 2018).

O uso de ferramentas virtuais pode ser observado através da construção do Museu Virtual com possibilidades de ser um instrumento virtual de aprendizagem baseado no socioconstrutivismo e no dialogismo. O diálogo entre os técnicos, ligados à universidade e a comunidade possibilitou a oferta de espaços como o (ESC – espaço pra reclamações e sugestões e, ainda a possibilidade de os visitantes construírem suas próprias histórias que serão disponibilizadas no portal do Museu (MARTINS; SILVA; MATTA, 2018).

Apresenta também a utilização do RPG em plataformas virtuais, construído a partir de pesquisas sobre a história do Cabula e Entorno com a participação ativa dos moradores, consistindo num importante instrumento pedagógico para propostas de ensino-aprendizagem centradas no discente. O jogo foi construído a partir do *design* cognitivo (SOUZA, 2016).

Outro importante aspecto pedagógico é a prática da construção coletiva por meio de mobilização da população no espaço comunitário. Os moradores da Mata Escura, por exemplo, se mobilizaram através do Fórum de Desenvolvimento da Mata Escura (FDSME), visando a identificação de conflitos socioambientais dessa localidade para a proposição de soluções coletivas elaboradas entre o poder público, organizações do terceiro setor, sociedade civil organizada e comunidade. Isso também demonstra uma prática educativa participativa (QUEIROZ, 2017).

As ações realizadas pelo Projeto, proporcionam à comunidade uma participação ativa tendo o direito de opinar, ser ouvida e interagir apresentando suas demandas com o objetivo de encontrar soluções em conjunto. Sobre o ensino formal para a comunidade, é importante que os órgãos gestores entendam que a escola não deve ser um prédio isolado ou um lugar que seleciona e que exclui (CHAVES, 2016).

É possível observar ainda que a construção, reflexão e reformulação do plano pedagógico do CEHMA, sempre se dá de forma coletiva, com a colaboração da comunidade escolar e da comunidade local. O Planejamento Pedagógico é o que dá o rumo, orienta as atividades pedagógicas da escola, mas é também um instrumento de

participação para a construção de uma gestão pedagógica que aborda os conhecimentos populares em suas ações (ROCHA, 2017). A participação de segmentos sociais do Beiru na elaboração e aplicação dos projetos desenvolvidos na escola, faz parte das ações socioeducativas. Nessas, a comunidade tem a oportunidade de participar da elaboração e execução como agentes ativos (ROCHA, 2016).

Na compreensão do CULTARTE e do TBC como lócus de formação e aprendizagem, por meio de rodas de conversas, durante as reuniões do Coletivo, foram propostas discussões acerca dos conceitos expressos na vivência do grupo e no seu Regimento. Assim, foram estabelecidas, de modo dialético e dialógico, interfaces entre os autores que sustentam a fundamentação aqui apresentada e o modo como o CULTARTE visualiza cada categoria (SOUZA, 2018).

Déjardin (2015), apresenta a proposta de que as escolas adotem o critério político-pedagógico de forma que os direitos sociais e ambientais sejam na construção e nas formas de compartilhar habilidades, valores e atitudes para a cidadania. Segundo a autora, essa proposta deveria ser inserida no Plano Político Pedagógico das escolas. Como proposta a escola deve promover a integração entre os Eixos Temáticos de Cidadania e de Meio Ambiente para que o Eixo Temático de Ciência e Tecnologia possa voltar a ser discutido. Para que as práticas de cidadania sejam efetivas nas escolas é necessário que as questões socioambientais estejam presentes (DÉJARDIN, 2015).

Vale destacar os materiais que podem ser utilizados como recursos didáticos para conhecimento sobre a história do Cabula e na formação de todas as faixas etárias, inclusive para os visitantes. São os seguintes produtos fruto de trabalho colaborativo e de troca de conhecimento entre a universidade e a comunidade: Museu Virtual do Quilombo Cabula, site do ETBCES, Radio Web Juventude, Jogo RPG, portal do TBC Cabula, Museu Digital do Terreiro Tumbenci (SAMPAIO *et al.*, 2018).

4.1.1.6 CA1 - CO6 – Aspectos motivacionais

Como aspecto motivacional (CO6), mas também como uma abordagem pedagógica (CO5), fica evidenciada no ETBCES realizado em 2019, a novidade de um espaço destinado às crianças, para que elas pudessem apresentar seus talentos (SANTIAGO *et al.*, 2019).

O sucesso do Museu Virtual do Cabula, aliado à produção de conteúdo, potencializa a interação e promove o debate entre os moradores dos 17 bairros que participam do TBC cabula. Esse contato vai paulatinamente construindo uma rede com objetivo de assegurar a sustentação da proposta de cunho coletivo, que também contribui para o fortalecimento das comunidades (MARTINS *et al.*, 2017).

No âmbito dos aspectos motivacionais, destaca-se a convivência dialógica com o compartilhamento de conhecimento que gera saberes coletivos, oportunizando aprendizados e proporcionando canais de reflexão, o que possibilita ressignificar saberes de forma a estabelecer mudanças que permeiem o coletivo tanto acadêmico quanto comunitário (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

O excesso de lixo se apresenta como um problema real na comunidade e que precisa ser enfrentado pela comunidade em todos os setores. Uma possibilidade apresentada pelas autoras seria o investimento na auto-gestão comunitária e o fortalecimento da prática da economia solidária, como forma de consumo e descarte consciente (QUEIROZ; SANTOS, 2016).

O desenvolvimento do museu virtual é uma possibilidade para que o visitante/participante tenha experiências incomuns de vivência no quilombo, e conheça os aspectos históricos e culturais de forma ampla sobre o Cabula e Entorno. O museu virtual pode contribuir para com a preservação da memória dos moradores da comunidade sendo acervo do bairro, além de auxiliar no desenvolvimento de novas pesquisas (MARTINS; SILVA, 2017).

Está também entre os aspectos motivacionais, a possibilidade de a comunidade intervir diretamente na forma como o projeto é executado. Um exemplo é a elaboração de roteiros turísticos que são realizados pelos próprios moradores com auxílio técnico. Nesse caso, a comunidade tem a possibilidade de escolher o que quer mostrar aos turistas, de forma a valorizar seus marcos referenciais, seu modo de vida, suas histórias e suas culturas, o que assegura o sucesso dos itinerários. (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

É possível afirmar que os aspectos motivacionais para o desenvolvimento do TBC no Cabula, se deram após a identificação de que as comunidades do entorno da UNEB e a mesma, não se relacionavam de forma articulada. A universidade apresentou a proposta de desenvolvimento de um projeto que pudesse construir um diálogo entre a academia e a comunidade, sendo que o resultado desse diálogo foi o Turismo de Base Comunitária (SILVA; SPINOLA, 2018).

A motivação que os grupos vêm desenvolvendo para se unir na realização de ações práticas que amenizem os impactos ambientais em seu espaço urbano, demonstra que é possível pensar num processo democrático alternativo, tendo como brecha a participação popular no plano local (QUEIROZ, 2017).

4.1.2 Categoria Analítica (CA2) Ecosocioeconomia

Para que uma experiência possa ser classificada como praticante da Ecosocioeconomia é necessário que tenha em seu planejamento, ações que busquem atingir resultados que impactem e beneficiem o seu território de atuação como um todo. Essas ações não devem visar o privilégio de pessoas e organizações que estejam diretamente vinculadas ao arranjo estabelecido. Sendo assim, as experiências de ecosocioeconomia podem ser entendidas como o conjunto de esforços que visam lutar contra o desenvolvimento que não tenha como objetivo final o bem-viver do coletivo (SAMPAIO *et al.*, 2018).

Considerando a ecosocioeconomia como uma prática dinâmica, com ações diversas que acontecem cotidianamente em comunidades, buscando solucionar problemas específicos de cada localidade, no caso do Projeto TBC Cabula, pode-se dizer que para solucionar esses problemas existem diferentes ações adotadas pelas organizações comunitárias e parceiras (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

A ecosocioeconomia foi o tema destaque da oitava edição do ETBCES: “Educação, Ecosocioeconomia e Turismo de Base Comunitária”. O assunto foi abordado, segundo os autores, porque a comunidade entendeu que esses três elementos são fundamentais para a reflexão e continuidade de pesquisas referentes aos modos de vida baseados nas relações sociais, econômicas, culturais e ambientais, fundamentadas na ética, no respeito e na cooperação como imprescindíveis para o desenvolvimento humano (SANTIAGO *et al.*, 2019).

Durante essa edição do evento, surgiu uma proposta de realização de feiras, o que gerou boas expectativas por parte do coletivo que possuía experiência com feiras desse tipo. (SANTOS, 2016).

Silva, Matta & Sá (2016), apontam que, mesmo apresentando lacunas, grandes avanços foram conquistados ao longo de uma década de existência do Projeto TBC Cabula.

4.1.2.1 CA2 - CO1 – Modalidades de agir

A Categoria Operacional (CO1) – Modalidades de agir, foi dividida em três subcategorias, sendo Agir Extraorganizacional; Agir Interorganizacional e Agir Extraracional, conforme apresentadas a seguir.

4.1.2.1.1 Agir extraorganizacional

O aspecto “Agir Extraorganizacional”, na comunidade do Cabula, é perceptível mediante a ações organizacionais que implicam diretamente no impacto de decisões relativas à área do entorno do território (SANTOS, 2016). O conceito de agir extraorganizacional, no Projeto TBC Cabula, se manifesta ao evidenciar o objetivo das ações e o resultado que essas deixam para a comunidade, como as oficinas de texto realizadas para atender às demandas advindas dessa própria comunidade. É perceptível a intenção de inverter a relação entre a universidade e a comunidade, onde esta deixou de ser o objeto de estudo, passando a ser sujeito colaborativo. Desta forma, foram estabelecidas parcerias entre atores da comunidade e atores acadêmicos (SANTOS, 2016).

Também podem ser mencionados os roteiros desenvolvidos pelo TBC, onde foi apresentado aos visitantes o que a comunidade do Cabula produz de melhor quanto à tradição alimentar. Foram realizadas visitas ao Horto do Cabula e Reserva do Cascão, como áreas de predominância de mata atlântica; visitas às edificações residenciais construídas com resíduos sólidos e apresentadas diversas tecnologias sociais demonstrando a criatividade das populações (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018).

O conhecimento científico universitário é amalgamado ao saber popular comunitário, de maneira que os ambos se tornam parceiros para a construção de algo com benefício mútuo (MATTA; SILVA; BOAVENTURA, 2014).

Observa-se o agir extraorganizacional a partir do reconhecimento do Cabula como área do Antigo Quilombo Cabula (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

A realização do ETBCES é uma ação que contribui para os aspectos positivos do TBC, considerando a realização de oficinas, a comercialização de artesanato e outros produtos característicos da comunidade, inclusive valorizando a gastronomia local e apresentações culturais (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

4.1.2.1.2 Agir inteorganizacional

Quanto ao modo de agir interorganizacional, percebe-se como aquele que compartilha os benefícios resultantes dos impactos das ações com todos os que estão dentro do arranjo sociopolítico e socioprodutivo. São exemplos de ações desenvolvidas por esses arranjos: seminários, eventos, promoções de feiras, oficinas, educação integral e atividades culturais como dança, canto, poesia, pintura, artesanato e grafiato (SANTOS, 2016).

Vale mencionar as ações desenvolvidas pela UNEB em parceria com a comunidade do Cabula e Entorno, articulando a reflexão e o diálogo sobre as possibilidades de organizar empreendimentos populares e solidários para consolidar parcerias entre a universidade e a comunidade de forma a contribuir para com o desenvolvimento da localidade. A universidade se apresenta como uma unidade de apoio para a implementação de ações que a sociedade demanda (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018).

O agir interorganizacional pode ser percebido a partir da construção coletiva de alternativas visando o desenvolvimento sustentável fundamentado no Turismo de Base Comunitária e na Ecosocioeconomia, como o Museu Virtual do Antigo Quilombo Cabula (www.museudocabula.com.br), a criação da Rádio *Web* Juventude, a aplicação de jogos RPG sobre a história da localidade, entre outras produções (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

Também figuram entre os modos de agir interorganizacional: a realização das rodas de conversa, as oficinas de mapeamento turístico e a elaboração de roteiros turísticos que integrem as diversas vocações do Cabula e entorno, resultando no mapeamento de atrativos naturais, culturais e sociais (MARTINS; DÉJARDIN; SILVA, 2013).

Assim, como modo de agir interorganizacional, o ETBCES e suas ações vinculadas deixaram como legado, segundo os autores, a formação do coletivo Arte e Cultura do Cabula (CULTARTE), além da formação de uma cooperativa de artesãos culinharistas, poetas, e grupos artísticos e culturais variados (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

Também se destaca a interação do CEHMA com os sujeitos sociais do entorno da escola, como associações de bairros, associação do comércio local, igrejas, lideranças comunitárias, postos de saúde, escolas, entre outros, consolidando laços

entre a escola e a comunidade do bairro. Esse é o caminho para uma verdadeira gestão democrática, onde a sociedade tem poder de decidir sobre os rumos da escola e, em conjunto, promover melhorias para o ensino-aprendizagem (ROCHA, 2016).

4.1.2.1.3 Agir extrarracional

Correspondendo à modalidade de agir que valoriza a dimensão tácita do conhecimento dos atores, o agir extrarracional se exterioriza no território, através da identidade, dos vínculos estabelecidos pela dinâmica socioambiental ou dos saberes que ficam marginalizados diante da racionalidade pretenciosamente determinista. (SAMPAIO, 2009; SANTOS, 2016, SACHS, 2007).

Nesse modo de agir, Santos (2016), apresenta ações que valorizam “memórias (social, cultural), resgate da cultura, tradição, práticas, símbolos, histórias e estórias enriquecidas pelos saberes, sabores e fazeres comunitários” (SANTOS, 2016, p.156).

As ações empreendidas pelo Coletivo Arte e Cultura do Cabula (Cultarte), formado basicamente por artesãs moradoras do Cabula e entorno, compreendem feiras e apresentações culturais e ocupam efetivamente um espaço do Campus I da UNEB, divulgando suas produções. Também têm sido objeto de estudos e pesquisas em níveis de graduação e pós graduação, transformando-se em *case* importante de economia criativa e solidária e demonstrando que é possível a troca harmônica entre conhecimento acadêmico e popular (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018).

O agir extrarracional se faz perceptível nas comunidades a partir da valorização do seu próprio conhecimento. São exemplos: a identificação do legado de grupos de origem indígena e africana sendo esses os primeiros habitantes da Cabula; o compartilhamento do conhecimento sobre o patrimônio histórico e cultural das localidades; a visibilidade da variada produção artística e cultural comunitária (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

Também demonstra o agir extrarracional, o funcionamento permanente do Museu como um produto pertencente à comunidade que, por sua vez, adquire informação sobre si mesma, por meio das pesquisas que geraram conteúdo histórico para o Museu (MARTINS; SILVA; MATTA, 2018).

Importante mencionar ainda que esse modo de agir se expressa nas produções coletivas entre os acadêmicos e os moradores do Cabula que têm no ETBCES

o momento de compartilhamento com o público de forma geral (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

4.1.2.2 CA2 - CO2 – Apoderamento

Para Santos (2016), é possível observar a autoafirmação de jovens e adultos do Cabula, o que é ponto forte das ações desenvolvidas, as colocando como protagonistas de suas histórias.

O apoderamento se faz notar por meio das atividades com objetivo de geração de renda nas comunidades do Cabula, fundamentadas nos valores da solidariedade, participação ativa e valorização do conhecimento popular e coletivo. Esses valores sustentam o Projeto construindo um novo formato de relações sociais com a valorização de seus territórios e suas histórias (SANTIAGO *et al.*, 2019).

O avanço das pesquisas sobre a cultura e o patrimônio cultural do território identificado como o antigo quilombo Cabula, auxilia na construção do conhecimento por meio de espaços de diálogos, mobilização criativa e valorização das expressões artísticas e culturais fortalecendo a identidade do grupo, o que eleva a autoestima da comunidade promovendo o apoderamento (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018).

A discussão sobre o apoderamento da comunidade do Cabula se dá por meio do fortalecimento de vínculos construídos a partir da realização de pesquisas sobre a história da localidade. Isso desperta a identidade dos moradores vinculada ao território, o que resulta numa grande rede fundamentada em um passado comum. Esse conhecimento da história dos seus antepassados é apropriado pelos descendentes gerando o apoderamento da população local (MARTINS *et al.*, 2017).

Na experiência do TBC Cabula, percebe-se que a posse do concreto é materializada no contexto a partir da realidade social do coletivo que e é associada às tecnologias sociais existentes no Antigo Quilombo Cabula. Já a posse do abstrato, o sentimento de pertencimento ao local, se dá a partir do conhecimento de sua ancestralidade (FRAZÃO; SANTOS; FORTES. 2018).

Através da história e da cultura local presentes na escola e a partir de pesquisas realizadas em parceria entre a universidade e a comunidade, ocorre a mobilização e o apoderamento das produções como ferramentas cognitivas capazes de despertar potencialidades de forma a contribuir para o processo formativo de jovens e adultos

viabilizando uma geração consciente das suas histórias, suas origens e da importância do seu território (SILVA, 2018).

Potencializar o fortalecimento social, por meio do trabalho da comunidade que usa seus hábitos e suas histórias como empreendimento é a melhor forma de apoderamento coletivo (SILVA; MARTINS, 2012). No TBC Cabula, esse apoderamento acontece a partir do empoderamento de suas histórias e da possibilidade de participação de todos os moradores locais em todas as etapas do projeto (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

À medida que o projeto for se consolidando na comunidade, a mesma deve amadurecer os resultados das pesquisas, assim como as trocas de conhecimento, gerando uma síntese entre o saber acadêmico e o popular, e dessa forma, a comunidade do Cabula e entono, entenderá que é a protagonista das suas ações e ocorrerá o processo de empoderamento e de apoderamento. Para que isso ocorra é necessário que a comunidade esteja pronta para criar estruturas horizontalizadas, nas quais ela própria e instituições tenham o mesmo poder de decisão (SILVA; SPINOLA, 2018).

O apoderamento é apresentado como a participação da comunidade nas discussões científicas, realizando uma prática coletiva e comunitária, que constrói a sua autoformação, a partir do estudo sobre as suas histórias, seus modos de vida, sua origem na direção da Ecosociocidadania e do Turismo de Base Comunitária (MARTINS; SILVA; MATTA, 2018).

Para que as ações a realizar na comunidade do Cabula tenham aderência da população, devem estar vinculadas às necessidades cotidianas. Chaves (2016), destacou algumas das atividades bem sucedidas: reaproveitamento de sobras de gorduras (peles de aves, sobras da fabricação de dendê etc.) para a fabricação de sabão; criação de poços para coleta e armazenamento de água; fabricação de aromatizantes naturais. O êxito dessas ações se deve à sua capacidade de despertar o sentimento de apoderamento da comunidade (CHAVES, 2016).

A construção de redes colaborativas em que a comunidade local seja protagonista pode garantir uma sociedade mais justa, onde haja o desenvolvimento de uma educação crítica, cidadã e pluralista. Essa ideia pode ser uma contribuição para que experiências populares fortaleçam a gestão das políticas sociais e educacionais, desenvolvam mecanismos capazes de promover a participação social e abram canais de diálogo visando o apoderamento dos atores sociais para que alcancem um modelo de desenvolvimento respeitoso e sustentável (ROCHA, 2016).

4.1.2.3 CA2 - CO3 - Grupos coletivos com princípios de autogestão

A responsabilidade de gestão compartilhada do Museu do Cabula, é resultado final de uma tese de doutoramento, que pode ser acessado virtualmente. Outro exemplo de gestão compartilhada é a Rádio comunitária que funciona nas dependências de uma escola estadual, sendo uma ação de colaboração que envolve estudantes, gestores comunitários e professores (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018).

A metodologia do projeto desenvolvido (DBR), tem como princípio básico o respeito ao conhecimento comunitário, como mencionado na dimensão da extrarracionalidade e, portanto, a comunidade é a última instância de decisão. Essa prática potencializa a comunidade de forma que ela valorize seus conhecimentos e não permita a invasão de pesquisadores que não estão dispostos a trocar conhecimento, mas apenas responder suas questões acadêmicas. Também a protege de ser tolhida em quaisquer circunstâncias ou que tenha seus valores e saberes, desmerecidos, desapropriados e distorcidos (MATTA; SILVA; BOAVENTURA, 2014).

A comunidade local se mostra participativa nos diálogos, nas decisões e na corresponsabilização de todas as ações desenvolvidas, buscando a realização de práticas democráticas que atinjam aos objetivos do coletivo e contribuam para a resolução das questões que os preocupam (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

Desde 2010, o Projeto é mobilizado na busca do engajamento e da participação da população local, buscando articular uma rede de colaboração por meio de práticas comunitárias que permitam a apropriação do processo de planejamento, gestão e desenvolvimento da atividade turística para o bem comum de toda a comunidade. Para atingir esses objetivos, é preciso primar pela autogestão de forma participativa, colaborativa, cooperativa e solidária. As comunidades locais se articulam e estabelecem diálogo constante com os gestores públicos, com o setor privado e com organizações não governamentais buscando o aperfeiçoamento do projeto, para que esse gere benefícios sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos para todos (SILVA, 2018).

O TBC Cabula é fundamentado na criação de cooperativas que ofertam diferentes serviços e produtos e na valorização da cultura existente na localidade, mas principalmente no protagonismo dos moradores (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

4.1.2.4 CA2 - CO4 – Autonomia

A autonomia pode ser observada nas ações locais e autogestionárias realizadas pela comunidade do Cabula que geram governança e permitem identificar boas práticas. Estas podem vir a ser de grande valia para a gestão urbana e para a criação de políticas públicas (SANTOS, 2016).

Também revela autonomia a realização de eventos como o Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES), onde a comunidade é responsável por definir, planejar, organizar, monitorar e executar, mesmo que por meio de apoio técnico da equipe do projeto TBC/UNEB (SANTOS *et al.*, 2019).

Outra atividade do Cabula que demonstra a autonomia é a forma de gestão do museu que se dá de maneira compartilhada entre os moradores locais e a universidade. O desenvolvimento desse projeto adotou como fundamentação as práticas de base comunitária possibilitando a participação de sujeitos que estivessem dispostos a trabalhar em rede, de forma coletiva em busca de soluções para os problemas coletivos do seu cotidiano (MARTINS *et al.*, 2017).

Há uma construção de equilíbrio entre a identidade e a liberdade individual e coletiva no Projeto TBC Cabula como um todo, alimentando a consciência crítica, incentivando a criatividade e potencializando os espaços de diálogo e de construção de conhecimento de forma a possibilitar aos sujeitos o enfrentamento de situações tanto em suas vidas pessoais como em âmbito social (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

A autonomia da comunidade é princípio básico, sob o qual a comunidade tem o poder de decidir sobre o que e como mostrar aos visitantes conforme o amadurecimento dos participantes (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

Apontando a educação como uma das possibilidades de desenvolvimento e formação plena do indivíduo, Rocha (2016), enfatiza que as instituições de ensino devem adotar metodologias que possibilitem aos educandos desenvolver habilidades para enfrentar as adversidades com segurança, sabendo reconhecer seus direitos e deveres. Assim poderiam agir com autonomia e responsabilidade no seu meio social, a partir do seu reconhecimento como sujeitos autônomos (ROCHA, 2016).

No Coletivo CULTARTE é possível observar a autonomia se manifestando como a independência do grupo (SOUZA, 2018). As oportunidades de cooperação, associativismo e experiências ali oferecidas podem, segundo a autora, contribuir para

autonomia e empoderamento (CO1) no contexto do TBC, quando a comunidade compreender que empoderamento (CO1) é um movimento coletivo que leva o grupo à conquista da sua autonomia. As mulheres integrantes já experienciam práticas mais autônomas e empoderadas (SOUZA, 2018).

Quanto à forma como interpretam a si próprios, o estudo de Queiroz (2017), demonstra que os grupos sociais atuantes na localidade se consideram autônomos e sem hierarquização.

4.1.2.5 CA2 - CO5 – Colaboração

A colaboração pode ser considerada uma transformação social alcançada pelos participantes dos projetos artísticos, educacionais e profissionalizantes que, conforme desenvolvem aptidões, sentem a responsabilidade social de ajudar e se tornam professores colaboradores (SANTOS, 2016).

Como característica local, pode-se dizer que as práticas comunitárias do Cabula apresentam vinculação às suas tradições históricas e culturais, o que estimula as ações de compartilhamento, bem como a apropriação dos conhecimentos identitários (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018). Existe uma forte parceria entre a comunidade acadêmica e a comunidade local, envolvendo as escolas e os empreendimentos solidários da localidade (SILVA, 2018).

A comunidade do Cabula participa assiduamente das reuniões do TBC, apresentando demandas específicas sobre suas necessidades locais. Essa relação é possível por se tratar de um encadeamento horizontal entre todas as organizações que executam e/ou apoiam o projeto (SANTOS *et al.*, 2019).

Martins *et al.* (2017), observam que a interatividade possibilitada pela pesquisa para a produção de conteúdos digitais exige o esforço coletivo, tanto dos pesquisadores, com seu conhecimento técnico acadêmico como dos conhecimentos da comunidade. Todo o material produzido pelos participantes do projeto, contendo os interesses individuais e coletivos foram compartilhados como requer a prática colaborativa.

A colaboração também se dá por meio da criação de cooperativas que trabalham com diferentes saberes e fazeres locais. Isso demonstra ainda, a existência de laços de solidariedade entre a comunidade (CO6), bem como a consolidação de mecanismos de sustentabilidade (CO7) do projeto (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

Outro exemplo de ação colaborativa e coletiva é o Museu Virtual Quilombo do Cabula, fruto da parceria entre pesquisadores da universidade e pesquisadores da comunidade. A última desenvolveu, principalmente, o conteúdo que está disponível aos visitantes, demonstrando uma atitude ecossociocidadã, princípio fundamental para o bom funcionamento do TBC (MARTINS; SILVA; MATTA, 2018).

Os jogos de RPG, vistos como produtos do TBC Cabula, são outro exemplo de colaboração, onde a comunidade é também sujeito-investigador, numa parceria paritária com os investigadores da academia, sendo esta coautora de toda a produção (MATTA; SILVA; BOAVENTURA, 2014).

A própria metodologia de pesquisa utilizada no Projeto TBC Cabula, a *Design Based Research* (DBR), permite aos pesquisadores analisar as temáticas em colaboração com todos os sujeitos envolvidos. No caso da pesquisa trabalhada pelo autor, houve a cooperação entre os acadêmicos e os moradores do Cabula e Entorno no desenvolvimento de conteúdo para o jogo RPG Liberdade, que visa subsidiar o ensino da abolição da escravidão (SOUZA, 2016).

O autor também demonstra a colaboração ao apontar que no CULTARTE a produção é coletiva desde a elaboração do orçamento, até as especificidades de cada produto, incluindo o cuidado com a qualidade das peças. Todos os aspectos são alvo de debates realizados no Coletivo e este conta com a colaboração e assistência técnica e teórica dos professores e pesquisadores do Projeto TBC Cabula (SOUZA, 2018).

4.1.2.6 CA2 - CO6 – Solidariedade

As iniciativas geradas pelo Projeto Cabula vêm demonstrando capacidade de promover a geração de renda nas suas comunidades sem causar distanciamento dos valores da solidariedade, além da participação ativa e da valorização do conhecimento de todos os participantes (SANTIAGO *et al.*, 2019).

Pode ser entendida como solidariedade, a mobilização para ações coletivas que geram a conciliação social e são compartilhadas entre todos, incluindo grupos identitários, o que demonstra o desenvolvimento do respeito, confiança, dignidade, liberdade e participação (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

A solidariedade é um processo de aprendizados que não é medido quantitativamente e/ou por mecanismos da educação formal. No entanto a ampliação da consciência sobre as questões socioambientais, a prática da cultura de paz e da solidariedade estão presentes em todas as ações do Cabula e Entorno no formato horizontal (QUEIROZ, 2017).

A autora cita como exemplo de solidariedade a construção do Plano de Bairro com a participação dos moradores interessados que identificou demandas sociais, econômicas, culturais e ambientais para a formulação de propostas de soluções a ser encaminhadas para aos gestores públicos em todas as esferas que se fizerem necessárias (QUEIROZ, 2017).

Souza (2018) enfatiza o CULTARTE como um grupo que desenvolve uma prática econômica de forma participativa e colaborativa, pautada na união e na produção coletiva, onde a solidariedade é, em grande parte das vezes, a forma que as mulheres desse coletivo têm para superar as adversidades.

Analisando a realidade do Cabula, Costa (2018), observa que os Terreiros brasileiros possibilitaram a reestruturação dos povos africanos por criar relações afetivas diferentes daquelas conhecidas em seu continente, formando, inclusive, novos laços familiares. Esse novo modelo de organização familiar contribuiu como fator de fortalecimento para que pudessem enfrentar preconceitos e perseguições, criando uma rede de solidariedade (COSTA, 2018).

4.1.2.7 CA2 - CO7 – Sustentabilidade

Na visão de Santiago *et al.* (2019), as atividades desenvolvidas pelo coletivo da população do Cabula e Entorno, que tem na ética e na sustentabilidade o sustantáculo de todas as ações, somadas à cooperação, autogestão, solidariedade e respeito à liberdade individual, tem garantido a permanência do projeto.

Santos *et al.* (2019), destacam que o Projeto se apresenta como um Arranjo Institucional e Socioproductivo formado por diferentes iniciativas que se alinham por elementos relevantes visando à transformação social e promoção da sustentabilidade local.

Na visão de Frazão; Santos; Fortes (2018), o TBC Cabula é fundamentado na equidade social e pautado pelo diálogo inter-saberes, buscando a proteção da vida nos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Também busca estimular o

aprendizado a partir das práticas comunitárias que envolvem a valorização da convivência, o respeito à coletividade e a proatividade, visando à um desenvolvimento equilibrado que respeite as especificidades sociais e a vocações.

Quanto à relação do Coletivo CULTARTE com a sustentabilidade, Souza (2018) afirma que a geração de renda ainda não atingiu a relevância que o seu potencial possui. A autora afirma que este é um objetivo que será alcançado em longo prazo, porque o coletivo não foi concebido para desenvolver produtos que tenham como causa primeira o lucro. Trata-se de um grupo de mulheres que resolveram se unir, em torno dos princípios da economia solidária.

Os terreiros de candomblé são coletivos que se preocupam com a sustentabilidade sempre baseada na solidariedade e no trabalho comunitário exercido pelas sacerdotisas e sacerdotes, por meio dos conhecimentos desenvolvidos, bem como por suas habilidades manuais e artísticas. Sendo assim, as práticas religiosas do candomblé, ao longo dos séculos, têm sido responsáveis por transmitir informações e saberes de forma a sustentar a vida coletiva nos seus territórios (COSTA, 2018).

4.1.3 Categoria Analítica (CA3) Dimensões da Ecosocioeconomia

O projeto TBC Cabula é fundamentado nos valores e princípios da economia solidária e ação territorial, se apresentando como um arranjo institucional e socioproductivo, com vínculos de valorização cultural, de identidade e dos modos de vida da população local, o que fortalece as demandas da comunidade e se liga à questão ambiental. Os resultados desse arranjo não se dão apenas na relação entre a organização econômica da comunidade ou em benefícios para a universidade. O TBC contribui para um novo modelo educacional e socioambiental do Cabula, no qual os atores sociais locais são os protagonistas de suas próprias histórias o que pode ser elemento de sustentabilidade (SANTOS *et al.*, 2019).

A economia solidária e o desenvolvimento local são elementos importantes do projeto que tem como prática constante a elaboração de atividades econômicas, culturais, estéticas e de desenvolvimento da autoestima. Estas se encontram em crescimento a partir do contato com o conhecimento acadêmico que envolve a comunidade nas discussões e processos formativos objetivando despertar o reconhecimento de pertencimento, de autoria das ações empreendidas e de formas de utilização do potencial criativo e humano, tudo isso associado à produção de sentido (DEL GOBBO;

NUNES; MORAIS, 2018).

O Projeto vem seguindo os preceitos do turismo de base comunitária levando em conta que “articulação e diálogo devem ocorrer com os setores públicos pelo benefício social, cultural, ambiental, econômico e político das próprias comunidades” (SANTOS, 2016, p. 128).

Para a melhor compreensão da manifestação das dimensões da ecossocioeconomia, dividiu-se essa categoria analítica em três categorias operacionais, sendo: CO1: econômica, CO2: social e CO3: ecológica.

Ilustrando a dimensão econômica (CO1) do Projeto, Santos (2016) ressalta que, o Coletivo Cabula interpreta e planeja a partir de sua origem como,

um projeto socioeducativo, juntamente com a Associação de Moradores Amazonas de Baixo, busca parcerias com outras entidades e até mesmo com a prefeitura, para colocar em prática um projeto que contemple oficinas para compartilhar o conhecimento do coletivo para com as crianças da comunidade e para as mães que tenham tempo ocioso. Se não for possível algo gratuito, mas com preço em torno de R\$ 5,00 apenas para aquisição de materiais para que os alunos possam utilizar na oficina (SANTOS, 2016, p. 117).

Ressaltando as dimensões ecossocioeconômicas (CO1 e CO2), Santos (2016) informa que o projeto tem por objetivo a mobilização das comunidades para a criação de Roteiros Turísticos Urbanos Alternativos Responsáveis e Solidários (RTUARSS).

O TBC Cabula é claramente uma prática que demonstra o funcionamento da ecossocioeconomia, analisando o arranjo socioproductivo ou socioeconômico. A prática da ecossocioeconomia possibilita a participação de diferentes atores desde que todos estejam dispostos ao desenvolvimento de ações coletivas e/ou individuais, mas que se mobilizem em redes de colaboração, criando alternativas que visem o bem do coletivo (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

Sobre as dimensões da Ecossocioeconomia, pode-se enfatizar as mudanças ocorridas na comunidade do Cabula, a partir da compreensão de que ela mesma, seu modo de vida e tudo o que produz pode ser usado de forma positiva, em especial como geração de trabalho e renda, bem como subsídio para exigir políticas públicas para a localidade (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

É possível pensar em outros caminhos para o desenvolvimento econômico e o TBC é um deles por se apresentar como outra prática social, cultural e ambiental, fundamentada na cooperação e na conformação de redes de aprendizagem, onde a

organização coletiva da comunidade é o caminho adotado para planejar o desenvolvimento local, fora da lógica da acumulação do capital (SOUZA, 2018).

4.1.3.1 CA3 – CO1 - Econômica

Quanto ao aspecto econômico, Santiago *et al.* (2019) citam como resultado direto de um investimento em capacitação, a criação do Centro Estratégico do TBC Cabula, formado em 2019, como fruto da primeira oficina sobre “Empreendedorismo e Precificação” e a oficina sobre “Thai Carving - Frutas Esculpidas”. Outras oficinas foram previstas: redes sociais; revisão de preços e qualidade de produtos artesanais e contabilidade. Todas as ações de formação visam potencializar arranjos socioprodutivos de base comunitária sustentável, garantindo a visibilidade necessária para que a população tenha informações sobre o que pode ser encontrado no Cabula.

O TBC e a Economia Solidária são articulados entre si pelas populações do Cabula e Entorno, em especial como potencializadores da economia local das comunidades envolvidas, sendo capazes também de transformação social. O projeto TBC Cabula tem desenvolvido ações econômicas, culturais e estéticas, promovendo a elevação da autoestima e fazendo com que a comunidade se auto-perceba como proprietária tanto do projeto como dos seus saberes (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018).

A comercialização de produtos artesanais, a culinária e a produção artística de moradores das comunidades do Antigo Quilombo Cabula se destacam, assim como os projetos desenvolvidos pela universidade no Cabula. Entre eles, vale citar o Projeto da Cooperativa Múltiplas Fontes do bairro da Engomadeira (COOFE) para produção de alimentos, utilizando-se a semente de abóbora. Esse projeto é apoiado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e pelo Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária (COAPPES). Ambos visam ao incremento da economia da localidade (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

A venda de produtos produzidos pela comunidade (e que valorizam suas práticas culturais), durante a recepção dos turistas e em outros eventos que podem ocorrer fora do território, mas que levam a marca do TBC Cabula, configura a prática da economia solidária por meio do cooperativismo e pode ser considerada um marco importante (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

Vale salientar também, o trabalho desenvolvido pelo Coletivo Cultarte, um grupo de mulheres que confeccionam produtos artesanais sob os preceitos da economia solidária e do comércio justo (QUEIROZ, 2017).

Dois projetos desenvolvidos na Escola Municipal Cabula I, têm maior aceitação pela comunidade por possibilitarem o desenvolvimento socioeconômico de seus participantes. São eles: “Mais Educação” e “Escola Aberta”. O projeto “Mais Educação” é fruto de uma parceria da escola com o Ministério da educação e acontece desde 2015, buscando uma relação mais próxima entre a escola e a comunidade. O Projeto Escola Aberta permite à comunidade sugerir mudanças na instituição, bem como oferece espaço de trabalho por meio da realização de oficinas que acontecem nos finais de semana. O projeto iniciado em 2003 possibilitou o envolvimento efetivo entre a escola e a comunidade (CHAVES, 2016).

4.1.3.2 CA3 - CO2 - Social

Do ponto de vista social CO2, mas que também se vincula ao CO1, o ETBCES se apresenta como um evento capaz de mobilizar a comunidade do Cabula para que se organize em cooperativas e desenvolva trabalhos de forma colaborativa visando à consolidar o Turismo de Base Comunitária, de forma a fortalece-lo, o que também fortalece os vínculos da comunidade entre si (SANTIAGO *et al.*, 2019).

O desenvolvimento constante de eventos e das visitas, por meio dos roteiros previamente preparados pelos moradores locais em parceria com a universidade, incluindo as formas de abordagem dos guias turísticos comunitários, se apresenta como uma alternativa viável para o resultado positivo tanto da oferta de produtos quanto da melhoria do padrão de vida dos integrantes das comunidades envolvidas (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018).

O reconhecimento do Cabula e Entorno como área do Antigo Quilombo Cabula, é um importante aspecto social. Essa ação foi possível a partir das rodas de conversa e encontros entre os pesquisadores e integrantes da comunidade que pesquisaram a história de seus ancestrais, valorizando a memória e as tradições dos moradores. A apropriação e a valorização de suas histórias e identidade mudou a postura da comunidade (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

Também vale ressaltar a disposição da comunidade ao diálogo para construir

formas de enfrentar os conflitos da localidade em parceria com outros segmentos (QUEIROZ; SANTOS, 2016).

O desenvolvimento do TBC é uma possibilidade de dinamizar investigações históricas gerando a proteção da memória e contribui tanto para a elevação da auto-estima como para destacar os atrativos da comunidade do Cabula e do entorno, numa reconfiguração social da localidade (MARTINS; DÉJARDIN; SILVA, 2013).

Outro aspecto social relevante é a diminuição da violência na região a partir da veiculação da imagem local positiva, conseguido por meio da valorização do território e suas práticas culturais utilizadas como possibilidades de geração de renda, bem como para atrair parceiros (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

Silva e Spinola (2018), apontam o desejo da comunidade de trabalhar com Turismo de Base Comunitária, sendo que 29% dos entrevistados em seu estudo, respondeu que esse tipo de empreendimento ajudaria a “melhorar a renda” e outros 19% acreditam que “ajudaria à comunidade”.

Quando questionados sobre a hipótese da realização de um projeto na comunidade que não beneficiasse diretamente uma única pessoa, mas sim a todo um grupo e se, nesse caso, contribuiriam de alguma forma (com seu tempo ou com dinheiro), 76% dos entrevistados responderam que sim, com renda, demonstrando que há reciprocidade entre eles (SILVA; SPINOLA, 2018).

Como importante iniciativa local visando à conservação dos recursos naturais, é possível observar em Queiroz (2017) o trabalho desenvolvido pela Organização Não Governamental Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania – ONG PNPC, organização do terceiro setor com atuação desde o ano 2000 e que desenvolve ações de preservação do Horto Florestal do Cabula, área que vem sofrendo com invasões, lançamento de efluentes domésticos, excesso de lixo, desmatamento ilegal e queimadas promovidas pela população que tenta diminuir o lixo acumulado. Essa organização conta com a participação de moradores da comunidade de Mata Escura, do Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura e do Projeto de Turismo de Base Comunitária da UNEB qualificando o debate e ação coletiva como possibilidade de transformação social (QUEIROZ, 2017).

Sob o prisma social, a elaboração dos roteiros turísticos alternativos, traduz-se na possibilidade de as comunidades aperfeiçoarem articulações entre si, aumentando a participação popular quanto à questões importantes de seu bairro, fomen-

tando reflexões e ações coletivas, valorizando o conhecimento da dimensão sociocultural do turismo, da história e da cultura local (CHAVES, 2016).

Como um último aspecto social, destaca-se novamente o CULTARTE como um espaço de constituição e de formação, como um projeto de vida. Realizar atividades de formação e produção coletivamente é uma oportunidade de refletir sobre si e sobre território em que vivem, bem como sua atuação no espaço coletivo (SOUZA, 2018).

4.1.3.3 CA3 - CO3 - Ecológica

No espectro da categoria operacional ecológica CO3, merece destaque o desenvolvimento do projeto “Educação para o Turismo de Base Comunitária no Antigo Quilombo do Cabula, numa Perspectiva da Ecosocioeconomia” visado à conservação da cultura e do meio ambiente, bem como o desenvolvimento sustentável da localidade, como possibilidade de desenvolvimento econômico, cultural e social, sendo exemplo de ações de inclusão diante da vulnerabilidade social à qual está sujeita parcela significativa dos moradores do Cabula e Entorno (SANTIAGO *et al.*, 2019).

A dimensão ecológica, vinculada à ecosocioeconomia, é apresentada como uma possibilidade para que o TBC Cabula possa desenvolver também atividades de ecoturismo, considerando a existência de espaços verdes significativos, na região, tais como: a Reserva Ecológica do 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), com um trecho da Bacia do rio Cascão, incluindo sua nascente que está em uma área protegida pelo Exército brasileiro; o Parque Teodoro Sampaio, que está localizado na Mata Escura, onde foi construída a represa da Mata Escura em 1880, sendo a principal fonte de abastecimento da cidade de Salvador até 1987, quando foi desativada por apresentar alto índice de poluição (MARTINS; DÉJARDIN; SILVA, 2013).

Neste sentido, a comunidade local demonstra a compreensão de que suas áreas ambientais podem ser uma possibilidade de contribuir para contar a história da localidade e suas práticas culturais, como é o caso da inclusão do horto como atrativo turístico e que, portanto, devem ser por ela mesma, protegidas e conservadas, não só pelos aspectos ambientais, mas também como exercício de cidadania (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

Para Queiroz (2017), o olhar ambiental nos movimentos do Cabula e entorno, ainda não alcançou a expressividade que a temática merece. O que observou foi que

as lutas relativas à questão ambiental na região, surgiram aliadas à um grupo ligado à elite social e econômica soteropolitana, o que demonstra que o meio ambiente, ainda não foi alvo de estudos e preocupações dos movimentos de base (Queiroz, 2017). Contudo, a contribuição do Cabula e Entorno, junto ao grupo ambientalista PNPC, está na identidade da comunidade apresentando a diversidade vinculada à cultura, tradições, religião, política e espaço urbano (QUEIROZ, 2017). A autora ressalta que, mesmo sendo ainda incipiente, os grupos e movimentos sociais que discutem a dimensão ambiental, a inserem de forma transversal nas temáticas da cultura, educação, esporte, lazer e saúde, entre outras (QUEIROZ, 2017).

As ações realizadas pela escola pesquisada pela autora, bem como os parceiros e colaboradores demonstram que hábitos e práticas cotidianas do bairro visando à diminuir as dificuldades enfrentadas por seus moradores apontam para a importância de projetos de Educação Ambiental para que o projeto de Turismo de Base Comunitária seja bem-sucedido (CHAVES, 2016). A autora salienta ainda que as ações planejadas e executadas pela escola pesquisada são focadas em uma perspectiva naturalista que não abrange aspectos políticos, sociais, ambientais e culturais, descartando o fato de que o ser humano é parte do meio ambiente. Há no Cabula e Entorno várias ações de educação ambiental desenvolvidas por agentes públicos e privados. Essas ações podem beneficiar a comunidade do entorno, desde que sejam realizadas em parceria com e não para a comunidade (CHAVES, 2016).

A região apresenta problemas ambientais importantes como o informado pelos moradores do Beiru, bairro integrante do TBC Cabula, que apresentam o conflito com o excesso de lixo como uma questão histórica, que altera a paisagem local e que precisa ser discutida para que se encontrem soluções possíveis (QUEIROZ; SANTOS, 2016).

Sampaio *et al.* (2018), comentam que a falta de saneamento básico e moradia, têm produzido a degradação de áreas verdes causando sérios problemas ambientais, como o desmatamento de áreas relictuais da Mata Atlântica onde estão o 19º Batalhão de Caçadores – 19º BC, e o Horto do Cabula. O descarte incorreto dos resíduos sólidos é outro aspecto que merece atenção dos gestores do projeto e da população em geral, considerando que a proliferação de doenças afeta diretamente a presença de visitantes e causa mal-estar social à população local. Também prejudica às práticas culturais dos terreiros de candomblé instalados no território que precisam de água,

folhas e árvores para a realização de seus rituais religiosos. Uma observação importante alude aos rios existentes na área do Cabula. Outrora usados pelos terreiros, para o lazer, como fonte de cultivo de alimentos e geração de saúde, acabaram tamponados. Os poucos que resistem estão poluídos (SAMPAIO *et al.*, 2018)

4.1.4 Categoria Analítica (CA4) A Cidade e o Urbano

O Cabula parece ser um espaço urbano de forte atrativo para o desenvolvimento do TBC, considerando o modo de vida da comunidade local, bem como sua história de origem (SANTOS *et al.*, 2019).

O território apresenta governança a partir da rede conectada aos projetos TBC e *Motumbaxé*. É através de sua governança que a sociedade cria condições para que as classes menos favorecidas possam circular no cenário urbano, sendo socioeconômico, sociocultural, socioambiental ou socioeducativo e esse está cada vez mais restrito para as comunidades carentes. (SANTOS, 2016)

Martins *et al.* (2017), referindo-se ao aspecto urbano, afirmam que a sociedade do século XXI tem se pautado em uma abordagem de construção coletiva, colaborativa e de interatividade social no que se refere à produção de conhecimento e que essa tem sido potencializada pelas tecnologias da informação e da comunicação.

O TBC no contexto urbano, desenvolvido em bairros populares, possibilita as trocas de saberes e fazeres, construindo redes de cooperação capazes de fortalecer a identidade e a cultura das localidades, criando vínculos e confiança a partir do desenvolvimento do sentimento de pertencimento (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

No espaço urbano, o Turismo de Base Comunitária em bairros populares é o espaço propício para a realização de trocas de saberes e fazeres, desenvolver redes de cooperação, bem como fortalecer a identidade e a cultura do local, que consolidam vínculos de confiança e de pertencimento de todos os envolvidos nas ações (SILVA, 2018).

O TBC Cabula contribui para que haja políticas públicas que assegurem melhores condições de vida e ao mesmo tempo consigam despertar o sentimento de pertencimento aos seus territórios, tanto em relação aos bairros como à cidade. Tem colaborado também para com uma modalidade de turismo que visa à qualificação da cidade de forma que os moradores locais sejam beneficiados de forma concomitante aos visitantes e turistas (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

A dimensão cidade e urbano (CA4), pode ser observada na preocupação dos moradores do Cabula com a ausência ou ineficácia de políticas públicas para o Horto Florestal e as áreas verdes do entorno da comunidade. Essa ausência é percebida e promove reivindicações por espaços públicos capazes de gerar cultura e educação, além de valorizar a identidade, inclusive religiosa de matriz africana. As falas dos moradores, demonstraram uma preocupação em descobrir formas de mobilização e organização coletiva visando à assegurar a proteção necessária (QUEIROZ, 2017).

O Cabula, como uma comunidade urbana que agrega uma população aproximada de 500 mil habitantes, enfrenta desafios derivados principalmente da especulação imobiliária, devido à sua localização geográfica privilegiada e os investimentos em criação de infraestrutura, acesso e mobilidade urbana são inadequados e insuficientes (SAMPAIO *et al.*, 2018).

Gouveia (2010), define bairro, como um espaço no qual os indivíduos produzem suas experiências cotidianas que adquirem valor simbólico conforme suas apropriações. Ali estabelecem suas relações mais próximas, criam empatias, percebem e são percebidos. Para o autor, o Cabula tanto se apresenta como bairro, no sentido de espaço de vivências em que as pessoas estabelecem suas relações cotidianas e nele são capazes de penetrar mentalmente, quanto se apresenta como região, no sentido de espaço diferenciado da cidade de Salvador, com características e área claramente percebidas pelos moradores (GOUVEIA, 2010).

Este último recorte se aproxima da Região Administrativa XI: Cabula, divisão territorial de caráter administrativo da Cidade de Salvador, criada em 1987 e retificada em 2004. Tal fato demonstra que, embora esta divisão não seja voltada para o planejamento e a gestão urbana, apropriada pelos cidadãos “comuns”, é indiretamente percebida por estes através da influência direta que o núcleo (Cabula bairro) exerce sobre o entorno, refletida nesta espacialidade (GOUVEIA, 2010).

Na pesquisa realizada por Gouveia (2010), os entrevistados destacaram o Cabula como um local onde deveria haver, além de residências, um centro comercial e de serviços públicos, agências bancárias, supermercados, lojas, escolas e outros elementos que lhes possibilitassem realizar suas demandas cotidianas sem exigir o deslocamento a um centro urbano distante de suas residências.

4.1.4.1 CA4 - CO1 - A cidade como dimensão qualitativa do urbano

Quanto a esta Categoria Operacional, a experiência do TBC Cabula veicula uma imagem positiva da localidade e da cidade, apontando que as ações propostas para o desenvolvimento do projeto requalificam o território, a partir da conscientização por parte da população de que cuidar da sua comunidade atrai benefícios tanto financeiros como em políticas públicas (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

4.1.4.2 CA4 - CO2 - Gestão comunitária do TBC

A gestão comunitária é de suma importância para a qualificação do território. No Projeto TBC Cabula, é discutida durante as rodas de conversa, seminários e atividades das cooperativas, momentos que propiciam à comunidade participar de todas as etapas das ações propostas desde o planejamento até a avaliação (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

O Projeto atua na formação e auto-gestão de redes sociais cooperadas e colaborativas, junto aos 17 bairros populares que compõem o todo de seu território (SAMPAIO, et al., 2018).

A Gestão comunitária do TBC Cabula, para Santos, 2016 (p. 157), apresenta “ações de políticas públicas que pautam uma maior participação da sociedade civil no ambiente urbano. É nítida a consolidação de práticas e iniciativas [...], pautadas pela governança no ambiente urbano”. A autora ainda afirma que o processo se dá através do estabelecimento de parcerias institucionais, por meio das quais a comunidade tem a oportunidade de definir, planejar, organizar, acompanhar e realizar, mesmo que seja com o auxílio de um parceiro que tenha os conhecimentos técnicos sobre o que se quer executar (SANTOS, 2016).

4.1.4.3 CA4 - CO3 - Cultura em comunidades urbanas

Observando a cultura em comunidades urbanas e levando em conta a diversidade cultural e ambiental existente na comunidade Cabula e em seu entorno, como culturas urbanas, as ações que de alguma forma se vinculam ao TBC favorecem “[...] à diversificação da oferta turística de Salvador e ao desenvolvimento social e econômico das localidades em questão” (SANTOS, 2016, p. 128).

Como saldo positivo da prática do TBC e como um hábito incorporado, a comunidade do Cabula passou a atuar em diversos coletivos, como o Movimento da Economia Solidária, o Conselho de Economia Solidária da Bahia, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia (CONSEA), a Rede de Alimentação de Economia Solidária da Bahia e a coordenação do Fórum Baiano de Economia Solidária. Isso demonstra o desenvolvimento da comunidade promovido pelo turismo de forma racional e com o planejamento de forma coletiva (SANTOS, 2016).

A Mostra de Talentos realizada durante os ETBCES possibilita à comunidade escolar revelar suas habilidades artísticas e culturais, fortalecendo sua autoestima e desenvolvendo o sentimento de pertencimento por proporcionar a articulação e o diálogo entre os bairros que conformam o Antigo Quilombo Cabula (SILVA, 2018).

É possível afirmar que a cultura em comunidades urbanas é o princípio básico do TBC Cabula por buscar em seu território as formas de expressão e celebrações, bem como os saberes e modos de fazer como principais atividades a ser apresentadas aos visitantes. A criação do CULTARTE, é parte importante desse processo (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

Os vínculos da comunidade do Cabula com suas origens africanas somados à riqueza natural dos remanescentes de mata atlântica talvez sejam o principal patrimônio da localidade que ainda estão preservados graças aos terreiros de candomblé. As atividades musicais e outras manifestações artísticas também são destaques a ser considerados nesse empreendimento comunitário (SILVA; SPINOLA, 2018).

4.2 A EXPERIÊNCIA TBC CABULA E SEU PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

O Cabula é um bairro do município de Salvador, estado da Bahia. Situando entre a Avenida Luiz Viana Filho (Paralela) e a BR-324, ao norte, até os limites da cidade com o município de Simões Filho. Sua história foi marcada por conflitos sociais, culturais, econômicos e políticos, por meio de lutas e resistência de escravos africanos em busca da paz.

No século XVI, negros que fugiam da escravidão, fundaram o Quilombo Cabula. Eram oriundos, principalmente, do *Congo* e de *Angola* (CASTRO, 2008). Com o passar do tempo, surgiu o terreiro de candomblé, sendo esta uma religião da comunidade africana. Na região, era possível encontrar os terreiros e sacerdotes *quicongos*, famosos no *Candomblé* e conhecidos como “zeladores de *nkisi*” que significa: força,

magia e divindade (NICOLIN; MENEZES, 2014). Em seus ritos religiosos era tocado e dançado o ritmo *quicongo* denominado de “*kabula*”, dando assim origem ao nome Cabula. (NICOLIN, 2015; NICOLIN; MENEZES, 2014). Hoje a região é conhecida pela comunidade como “Antigo Quilombo Cabula”.

De acordo com Pedreira (1962), a população do Quilombo Cabula cultivava mandioca, aipim, milho, feijão e tinham criações de animais domésticos, para consumo próprio.

Aos poucos, a cidade de Salvador desenvolveu-se como um todo, a partir da influência do Instituto da Sesmaria. Este foi criado em Portugal, no ano de 1.375, pelo rei D. Fernando I, para conceder terras portuguesas por tempo indeterminado e de forma gratuita a todos que quisessem cultivá-las. Tinha também o objetivo de promover o aproveitamento econômico do solo (PEREIRA, 2011).

Assim, a região do quilombo do Cabula foi dividida em fazendas e chácaras para produzir e comercializar laranjas. Essa atividade foi bastante promissora até a década de 60, dando início a era da ocupação urbana na região (GOUVEIA, 2007; 2010). Esse processo “propiciou a vinda de uma praga que destruiu os laranjais do Cabula e, conseqüentemente, a população da localidade promoveu uma transformação no uso do solo e na vida da localidade” (PEREIRA e OLIVEIRA, 2013, p. 543).

Na década de 60, a partir da perspectiva habitacional, o processo de urbanização do Cabula teve interferência do Estado com as políticas de ocupação da região central de Salvador (GOUVEIA, 2007; 2010). Essa região foi definida como polo de ocupação a partir do Plano de Ocupação para a Área da Região Central de Salvador (1985). No ano de 1987, a partir dos estudos do Plano de Desenvolvimento Urbano para Salvador (PLANDURB), a cidade foi dividida em 17 Regiões Administrativas, de acordo com a retificação da Lei Municipal nº 6586/2004 (PDDU/2004), ainda em vigor.

A intensificação da ocupação do Cabula ocorreu nos anos de 1970. Neste período houve ocupações ou autoconstruções desordenadas, devido à migração da população carente de outras áreas de Salvador para a região do Cabula (NUNES; SOUZA, 2007).

Nos anos que seguiram, o Cabula continuou com o processo de urbanização e cresceu dentro dos padrões econômicos da cidade de Salvador. Na atualidade, a região possui atividades relacionadas ao setor terciário, tendo como destaque shoppings como o Plaza Shopping Cabula, Shopping Conexão Comercial, Cabula Tropical Center e Cabula Master Shopping. Também possui supermercados como o Walmart;

restaurantes como o Paraíso Tropical (que funciona dentro de um sítio com uma grande horta e diversas árvores frutíferas que servem de insumos para a elaboração de pratos exóticos da culinária baiana); clínicas de saúde; a Universidade do Estado da Bahia (UNEB); escolas; serviços públicos como o Posto do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC); lojas que oferecem variados produtos; e terreiros de candomblé como o *Ilê Axé Opô Afonjá*, *Adê Iso*, *Viva Deus* e *Ilê Ebi Oká*, que compõem também atividades turísticas.

Apesar de todo o processo de urbanização do Cabula, a região mantém sua herança africana perceptível na cultura dos moradores que mantém seus rituais de candomblé nos diversos terreiros que existem e resistem aos processos de expansão e urbanização.

4.3 O PROJETO TBC CABULA

A partir de todo o processo de urbanização da Cidade de Salvador, o Cabula ou como denominado pela população local “Antigo Quilombo Cabula” foi dividido em vários bairros. De acordo com estudos realizados com a comunidade local, a região do Antigo Quilombo Cabula atualmente é composta por 17 (dezesete) bairros, a saber: Arenoso, São Gonçalo do Retiro, Pernambués, Resgate, Fazenda Grande do Retiro, Cabula, Arraial do Retiro, Sussuarana, Saboeiro, Doron, Engomadeira, Naran-diba, Estrada das Barreiras, Saramandaia, Mata Escura, Beiru e Novo Horizonte.

Foi nessa região, denominada Antigo Quilombo do Cabula, que nasceu, em 2010, um projeto de Turismo de Base comunitária, denominado “TBC Cabula” apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). A palavra “entorno” refere-se aos 17 bairros que foram desmembrados do antigo Quilombo Cabula. E foi nessa região que o projeto nasceu, cresceu e segue em processo de formação.

O projeto TBC Cabula, hoje denominado apenas TBC Cabula, visa “a mobilização das comunidades para a criação de Roteiros Turísticos Urbanos Alternativos Responsáveis e Solidários (RTUARSS), resultando na criação de uma Cooperativa de Receptivos Populares, com especialização neste tipo de roteiro turístico” (SILVA; SÁ, 2012, p. 7). A fim de atingir a esse propósito, o projeto conta com uma equipe multidisciplinar distribuída em 14 eixos temáticos: Território e Espaço Urbano; Meio Ambiente, Ecologia Social e Ecoturismo; Lazer, Esporte e Entretenimento; Educação, For-

mação e Cidadania; Comunicação Comunitária; Memória, História, Patrimônio e Cultura; Tecnologias Educativas; Inclusão Sociodigital; Cooperativismo, Economia Solidária, Tecnologia Social e Inovação; Design e Sustentabilidade; Turismo de Base Comunitária; Saúde Coletiva; Políticas Públicas, Desenvolvimento Local e Regional; Linguagem e Culturas Afro e Afro-brasileiras (SILVA *et al.*, 2016).

De acordo com Silva (2010), especificamente o eixo temático do TBC visa:

- a) mobilizar a comunidade para o reconhecimento dos recursos da localidade para o receptivo de visitantes e turistas;
- b) fazer diagnóstico social, econômico, ambiental, cultural, empresarial e de infraestrutura da Região do Cabula e entorno, visando ao desenvolvimento estratégico do turismo de base comunitária;
- c) fazer inventário participativo da oferta e da demanda da área delimitada, identificando as condições infraestruturais, oferta de serviços, e localizando espaços e atrativos naturais e culturais para favorecimento dos roteiros turísticos urbanos alternativos;
- d) elaborar com a comunidade os roteiros turísticos de base comunitária;
- e) articular ações conjuntas entre a comunidade e a Secretaria de Turismo – Setur e outras instituições, para a criação de um centro receptivo comunitário, de serviços complementares de condução, gastronomia e hospedagem comunitária, e de venda da produção associada ao turismo. (SILVA, 2010).

Além desses objetivos, o projeto tem a intenção de produzir conhecimento sobre TBC, “desenvolvimento local, cooperativismo popular, roteiros turísticos urbanos alternativos, receptivos populares, e a experiência de articulação entre pesquisa e extensão com participação da comunidade e a universidade”. (SILVA *et al.*, 2016, p. 87). Tal objetivo vem sendo atingido mediante as diversas produções realizadas por pesquisadores locais de vários níveis: iniciação científica, graduação, especialização, mestrado e doutorado.

O projeto tem como base a articulação com a comunidade local, permitindo perceber a voz ativa da mesma na apresentação de demandas e resoluções de problemas levantados. Neste sentido,

Os atores da comunidade participam efetivamente das reuniões do TBC, trazendo as demandas que consideram importantes e pretendem executar. É exemplo de demanda trazida por eles a vontade que tinham de aprender a escrever artigos e

afins. Dessa forma, em ação conjunta, comunidade, universidade, professores, alunos, bolsistas entre outros definiram promover oficinas de produção de texto (SANTOS, 2016, p. 126).

Também são exemplos da ação efetiva da comunidade no projeto os eventos produzidos, planejados e organizados pelas comunidades com a monitoria e execução auxiliadas pela equipe multidisciplinar do projeto. Esses eventos são denominados de “Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES)” (SANTOS, 2016).

De acordo com Silva *et al.* (2016) o I ETBCES aconteceu no ano de 2011. No ano de 2015, ocorreu pela primeira vez, a hospedagem de visitantes que estiveram na região para o evento, em residências de moradores da Mata Escura, um dos bairros que fazem parte do Antigo Quilombo Cabula. No Quadro 9, apresenta-se uma síntese de algumas atividades desenvolvidas através do projeto ao longo dos anos.

Quadro 9 – Atividades desenvolvidas pelo projeto TBC Cabula

ETBCES	ATIVIDADE
13/07/2013	“Planeta Comunidade” em 13/07/2013 como parte do III ETBCES e que consistiu na realização de passeio nos bairros com guia-anfitriã local.
17/12/2011, 07/05/2012, 02/09/2013 e 16/11/2014	Visitas de campo e trilhas no “Horto do Cabula”
2011	Visita ao terreiro Bate Folha, na Mata Escura; Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), na Estrada das Barreiras e ao Horto do Cabula. Houve um almoço no conjunto ACM com mostra de artesanato. O guiamento foi realizado por Índio, um artista residente na localidade.
2012 e 2013	Houve ampliação dos roteiros, incluindo-se: visita à Escola Municipal Cabula I; à área dos eucaliptos, areal e a “avenida de casas”, entrando na casa de dois andares construída pelo morador com resíduos descartados como madeira, papelão e outros; ao terreiro Nzo Bakisê Sasaganzua Gongará Kaiango, sendo recepcionados pelo Zelador de Santo Zé Paim e pela Makota Itana que explanaram sobre a origem do povo africano com foco no terreiro de candomblé, as plantas sagradas e o horto, assim como apresentação dos bordados.
2014	O roteiro do “Horto Cabula” foi realizado concomitantemente com dois grupos: um pela “Trilha Horto-Mata Escura”, guiada por jovens da Organização Não Governamental (ONG) Preservando a Natureza e Praticando Cidadania (PNPC); e o outro pela “Trilha Horto-Cabula I”.
12/04/2013	Turismo alternativo nos bairros de Pernambués e Saramandaia: Da Horta à Mesa” e “Horta Comunitária”
15/11/2014	Fez parte da organização a confecção de camisetas com o slogan “Nossa Horta”, criado pela comunidade, e artesanato de papel machê com tema relacionado à horta. Em visita à horta comunitária de Saramandaia, degustou-se chá de capim-santo e suco de beribéri, comercializou-se artesanato local e hortaliças frescas. O roteiro encerrou com almoço vegetariano na casa de uma moradora do bairro, com recital de poesia.

Fonte: Construído com base em Silva *et al.*, 2016, p. 88-89.

Importante destacar o surgimento do Coletivo de Arte e Cultura do Cabula - CULTARTE, formado por artesãos residentes no Antigo Quilombo Cabula. O Coletivo foi iniciado em 2012, a partir da II Mostra de Cultura e Produção Associada ao Turismo e à Economia Solidária, que ocorreu de forma concomitante ao II Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – II ETBCES (CULTARTE, 2019).

Outra iniciativa que merece menção é o Museu Virtual Quilombo Cabula, sendo resultado de uma tese de doutorado intitulada “História Pública do Quilombo do Cabula: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária”, autoria de Luciana C. de A. Martins, orientada pela Professora Dra. Francisca de Paula Santos da Silva e coorientada pelo professor Dr. Alfredo E. R. Matta (PORTAL TBC, 2019). O museu é considerado uma obra construída de forma colaborativa e coletiva, baseada na integração entre pesquisadores da universidade e pesquisadores comunitários, que serviu para desenvolver a atitude ecossociocidadã e o TBC. (MARTINS *et al.*, 2018).

Considerando que o projeto em questão está em processo de construção e desenvolvimento, seu percurso de vários anos de ações concretas aponta para uma experiência de TBC em ambiente urbano direcionando-se à consolidação e com as características da ecossocioeconomia.

4.3.1 Caracterização do Projeto quanto às dimensões ecológicas, sociais e econômicas frente às tensões entre a cidade e o urbano

Atendendo ao segundo objetivo específico determinado no escopo do estudo, segue a caracterização do Projeto TBC Cabula quanto às dimensões ecológicas, sociais e econômicas, levando em consideração as tensões entre a cidade e o urbano na contemporaneidade. Para tanto, recorreu-se ao corpus de análise, buscando identificar os elementos relacionados às dimensões mencionadas. Em seguida, foi elaborado o Quadro 10, cujas informações foram interpretadas à luz da teoria estudada e, em seguida, descritas.

Quadro 10 - Dimensões ecológicas, sociais e econômicas do Projeto TBC Cabula frente às tensões entre a cidade e o urbano

TENSÕES ENTRE A CIDADE E O URBANO NA CONTEMPORANEIDADE		
<p>O Cabula parece ser um espaço urbano de forte atrativo para o desenvolvimento do TBC, considerando o modo de vida da comunidade local, bem como sua história de origem (SANTOS <i>et al.</i>, 2019).</p> <p>É através de sua governança que a sociedade cria condições para que as classes menos favorecidas possam circular no cenário urbano (SANTOS, 2016)</p> <p>O TBC no contexto urbano, desenvolvido em bairros populares, possibilita as trocas de saberes e fazeres, construindo redes de cooperação capazes de fortalecer a identidade e cultura das localidades, criando vínculos e confiança a partir do desenvolvimento do sentimento de pertencimento (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).</p> <p>No espaço urbano, o Turismo de Base Comunitária em bairros populares é o espaço propício para a realização de trocas de saberes e fazeres, desenvolver redes de cooperação, bem como fortalecer a identidade e a cultura do local, que consolidarão vínculos de confiança e de pertencimento de todos os envolvidos nas ações (SILVA, 2018).</p> <p>O TBC Cabula tem contribuído com uma modalidade de turismo que visa a qualificação da cidade de forma que os moradores locais sejam beneficiados ao mesmo tempo que os visitantes e turistas (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).</p> <p>A dimensão cidade e urbano pode ser observada na preocupação dos moradores do Cabula e Entorno com a ausência ou ineficácia de políticas públicas para o Horto Florestal e as áreas verdes do entorno da comunidade. Essa ausência é percebida e promove reivindicações por espaços públicos capazes de gerar cultura e educação, além de valorizar a identidade (QUEIROZ, 2017).</p> <p>[...] o Cabula tanto se apresenta como bairro, no sentido de espaço de vivências, em que as pessoas estabelecem suas relações cotidianas e nele são capazes de penetrar mentalmente, quanto se apresenta como região, no sentido de espaço diferenciado da cidade de Salvador, com características e área claramente percebidas pelos moradores (GOUVEIA, 2010).</p> <p>Sobre a cidade como dimensão qualitativa do urbano, destaca-se que a experiência do TBC Cabula veicula uma imagem positiva da localidade e ao mesmo tempo da cidade apontando que as ações propostas para o desenvolvimento do projeto requalificam o território, a partir da conscientização, por parte da população de que cuidar da sua comunidade atrai benefícios tanto financeiros como em políticas públicas (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).</p> <p>A Gestão comunitária do TBC Cabula, para Santos, 2016 (p. 157) apresenta “ações de políticas públicas que pautam uma maior participação da sociedade civil no ambiente urbano. É nítida a consolidação de práticas e iniciativas [...], pautadas pela governança no ambiente urbano”. A autora ainda afirma que o processo se dá através do estabelecimento de parcerias institucionais, por meio das quais a comunidade tem a oportunidade de definir, planejar, organizar, acompanhar e executar, mesmo que seja com o auxílio de um parceiro que tenha os conhecimentos técnicos sobre o que se quer executar (SANTOS, 2016).</p> <p>Observando a cultura em comunidades urbanas e levando em conta a diversidade cultural e ambiental existente na comunidade Cabula e em seu entorno, consideradas como culturas urbanas, as ações que de alguma forma se vinculam ao TBC favorecem, “a diversificação da oferta turística de Salvador e o desenvolvimento social e econômico das localidades em questão” (SANTOS, 2016, p. 128).</p> <p>É possível afirmar que a cultura em comunidades urbanas é o princípio básico do TBC Cabula por buscar em seu território as formas de expressão e celebrações, bem como os saberes e modos de fazer como principais atividades a ser apresentadas aos visitantes. A criação do CULTARTE é parte importante desse processo (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).</p>		
DIMENSÕES		
ECOLÓGICA	SOCIAL	ECONÔMICA
<p>[...] o desenvolvimento sustentável da localidade, como possibilidade de desenvolvimento econômico, cultural e social, sendo exemplo de</p>	<p>[...] o ETBCES se apresenta como um evento capaz de mobilizar a comunidade do Cabula e Entorno para que se organizem em cooperativas e</p>	<p>[...] potencializar arranjos socioprodutivos de base comunitária sustentável, Santiago <i>et al.</i> (2019)</p>

<p>ações de inclusão diante da vulnerabilidade social à qual está sujeita parcela significativa dos moradores do Cabula e Entorno (SANTIAGO <i>et al.</i>, 2019). A dimensão ecológica, vinculada à ecossocioeconomia, é apresentada como uma possibilidade para que o TBC Cabula possa desenvolver também atividades de ecoturismo, considerando a existência de espaços verdes significativos, na região [...] (MARTINS; DÉJARDIN; SILVA, 2013). [...] a comunidade local demonstra a compreensão de que suas áreas ambientais podem ser uma possibilidade de contribuir para contar a história da localidade e suas práticas culturais, como é o caso da inclusão do horto como atrativo turístico e que, portanto, devem ser protegidas e conservadas pela comunidade, não só pelos aspectos ambientais, mas também como exercício de cidadania (SILVA; MATTA; SÁ, 2016). [...] o que demonstra que o meio ambiente, ainda não foi alvo de estudos e preocupações dos movimentos de base (Queiroz, 2017). Contudo, a contribuição do Cabula e Entorno, junto ao grupo ambientalista PNPC, está na identidade da comunidade apresentando a diversidade vinculada à cultura, tradições, religião, política, espaço urbano (QUEIROZ, 2017). [...] mesmo sendo ainda incipiente, os grupos e movimentos sociais que discutem a dimensão ambiental, quando se trabalha a cultura, a educação, o esporte, o lazer, a saúde e tantas outras temáticas, as questões ambientais se fazem presentes, por meio da transversalidade do tema (QUEIROZ, 2017). [...] moradores apontam para a importância de projetos de Educação Ambiental para que o projeto de Turismo de</p>	<p>desenvolvam trabalhos de forma colaborativa visando consolidar o Turismo de Base Comunitária, de forma a fortalecê-lo, o que também fortalece os vínculos da comunidade entre si (SANTIAGO <i>et al.</i>, 2019). [...] aperfeiçoados incluindo as formas abordagem dos guias turísticos comunitários se apresentam como uma alternativa viável para o resultado positivo no que se refere tanto à oferta de produtos quanto à melhoria do padrão de vida dos integrantes das comunidades envolvidas (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018). O reconhecimento do Cabula e Entorno como área do Antigo Quilombo Cabula, é um importante aspecto social. Essa ação foi possível a partir das rodas de conversa e encontros entre os pesquisadores e integrantes da comunidade que pesquisaram as histórias de seus ancestrais, valorizando a memória, as tradições e a ancestralidade dos moradores das localidades. A apropriação e valorização de suas histórias e identidade mudou a postura da comunidade (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018). O desenvolvimento do TBC é uma possibilidade de dinamizar investigações históricas gerando a proteção da memória e contribui tanto para a elevação da autoestima como para destacar os atrativos da comunidade do Cabula e do entorno, numa reconfiguração social da localidade (MARTINS; DÉJARDIN; SILVA, 2013). Outro aspecto social relevante é a diminuição da violência na região a partir da veiculação da imagem local positiva, conseguido por meio da valorização do território e suas práticas culturais utilizadas como possibilidades de geração de renda, bem como para atrair parceiros (SILVA; MATTA; SÁ, 2016). Quando questionados sobre a</p>	<p>O TBC e a Economia Solidária são articulados entre si pelas populações do Cabula e Entorno, em especial como potencializadores da economia local das comunidades envolvidas, sendo capazes também de transformação social (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018). O projeto TBC Cabula tem desenvolvido ações econômicas, culturais, estéticas, desde a elevação da autoestima, fazendo a comunidade perceber-se como autora tanto do projeto como dos seus saberes (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018). [...] venda de produtos produzidos pela comunidade (e que valorizam suas práticas culturais), durante a recepção dos turistas e em outros eventos que podem ocorrer fora do território, mas que levam a marca do TBC Cabula, configura a prática da economia solidária, por meio do cooperativismo e pode ser considerada um marco importante (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).</p>
---	---	---

<p>Base Comunitária seja bem sucedido (Chaves, 2016). A região apresenta problemas ambientais importantes como o informado pelos moradores do Beiru, bairro integrante do TBC Cabula, que destacam o conflito com o excesso de lixo como uma questão histórica, que altera a paisagem local e que precisa ser discutida para que se encontre soluções possíveis (QUEIROZ; SANTOS, 2016). Sampaio et al. (2018), comentam que a falta de saneamento básico e moradia, têm produzido a degradação de áreas verdes causando sérios problemas ambientais, [...] O descarte incorreto dos resíduos sólidos é outro aspecto que merece atenção dos gestores do projeto e da população em geral considerando a proliferação de doenças que afeta diretamente a presença de visitantes e o mal-estar social da população local prejudicando as práticas culturais dos terreiros de candomblé instalados no território que precisam de água, folhas e árvores para a realização de seus rituais religiosos (SAMPAIO, et al., 2018).</p>	<p>hipótese da realização de um projeto na comunidade que não beneficiasse diretamente à uma única pessoa, mas sim a todo um grupo e perguntados se, nesse caso, contribuiriam de alguma forma (com seu tempo ou com dinheiro), 76% dos entrevistados responderam que sim, com renda, demonstrando que há reciprocidade na comunidade (SILVA; SPINOLA, 2018). [...] o debate e ação coletiva, como possibilidade de transformação social (QUEIROZ, 2017). Sob o prisma social, a elaboração dos roteiros turísticos alternativos, traduz-se na possibilidade de as comunidades aperfeiçoarem articulações entre si, aumentando a participação popular, no que se refere a questões importantes de seu bairro, fomentando reflexões e ações coletivas, valorizando o conhecimento da dimensão sociocultural do turismo, da história e da cultura local (CHAVES, 2016).</p>	
--	---	--

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Conforme Araújo (2012), as originalidades que dão identidade às cidades resistem ao processo pós-moderno de homogeneização dos espaços e lhes conferem diferenciais, nos quais residem as características de sociedade urbana. Neste sentido, o Cabula parece ser um espaço urbano de forte atrativo para o desenvolvimento do TBC, considerando o modo de vida da comunidade local, bem como sua história de origem (SANTOS *et al.*, 2019).

No espaço urbano, o Turismo de Base Comunitária em bairros populares é o local propício para a realização de trocas de saberes e fazeres, desenvolver redes de cooperação, bem como fortalecer a identidade e a cultura do local, que consolidarão vínculos de confiança e de pertencimento de todos os envolvidos nas ações (SILVA, 2018; FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

A cultura em comunidades urbanas, é o princípio básico do TBC Cabula por buscar em seu território as formas de expressão e celebrações, bem como os saberes e modos de fazer como principais atividades a ser apresentadas aos visitantes (SILVA; MATTA; SÁ, 2016). São constantes as reivindicações por espaços públicos capazes de gerar cultura e educação, além de valorizar a identidade (QUEIROZ, 2017).

Na análise de Netto (2013), a afirmação da segregação espacial no meio urbano define a formação de diferentes identidades, que por meio de redes sociais se distanciam suprimindo consideravelmente possibilidades de interações. Neste caso, o TBC Cabula vem atuando como fator agregador, aproximando pessoas. Através da modalidade de turismo que oferece, visa a qualificação da cidade de forma que os moradores locais sejam beneficiados ao mesmo tempo em que os visitantes e turistas também o são (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

Através de sua governança, a sociedade cria condições para que as classes menos favorecidas possam circular no cenário urbano e a gestão comunitária do Projeto apresenta ações de políticas públicas que incluem maior participação da sociedade civil no ambiente urbano (SANTOS, 2016).

Levando em conta a cidade como dimensão qualitativa do urbano, destaca-se que a experiência do TBC Cabula veicula uma imagem positiva da localidade e ao mesmo tempo da cidade apontando que as ações propostas para o desenvolvimento do projeto requalificam o território, a partir da conscientização, por parte da população de que cuidar da sua comunidade atrai benefícios tanto financeiros como em políticas públicas (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

Outro aspecto relevante se refere à diversidade cultural e ambiental existente na comunidade Cabula e em seu entorno. Como culturas urbanas, suas ações que de alguma forma se vinculam ao TBC, favorecem “a diversificação da oferta turística de Salvador e o desenvolvimento social e econômico das localidades em questão” (SANTOS, 2016, p. 128).

4.3.1.1 A Dimensão Ecológica

Pires e Craveiro (2011), afirmam que não há como alcançar a sustentabilidade ambiental sem que haja a integração da eficácia comportamental e atitudinal das populações, porém, a análise realizada, demonstra que os habitantes da região do Cabula estão apenas começando a despertar para a real importância e urgência do tema. Na observação de Queiroz (2017), por exemplo, a discussão sobre a dimensão ambiental nos grupos e movimentos sociais locais é ainda incipiente e se faz presente de forma transversal quando se trabalha a cultura, a educação, o esporte, o lazer, a saúde ou outras temáticas.

A região apresenta problemas ambientais importantes como o informado pelos moradores do Beiru, bairro integrante do Projeto, que destacam o conflito com o excesso de lixo como uma questão histórica, que altera a paisagem local e que precisa discutida para que se encontre soluções possíveis (QUEIROZ; SANTOS, 2016). Sampaio *et al.* (2018), corroboram afirmando que a falta de saneamento básico e moradia, têm produzido a degradação de áreas verdes causando sérios problemas ambientais. O descarte incorreto dos resíduos sólidos é outro aspecto que merece atenção dos gestores do projeto e da população em geral considerando a proliferação de doenças que afeta diretamente a presença de visitantes e o mal-estar social da população local prejudicando as práticas culturais dos terreiros de candomblé instalados no território que precisam de água, folhas e árvores para a realização de seus rituais religiosos (SAMPAIO *et al.*, 2018).

A importância de projetos de educação ambiental para que o TBC seja bem sucedido, é apontada por moradores no estudo de Chaves (2016), porém o meio ambiente ainda não foi alvo de estudos e preocupações dos movimentos de base do Cabula (QUEIROZ, 2017).

Além do crescimento econômico sobre o ambiente, é fundamental dispensar atenção aos impactos das tensões ecológicas – a degradação do solo, o regime aquífero, a atmosfera e as florestas – sobre as perspectivas econômicas (PIRES; CRAVEIRO, 2011). Nesse aspecto, a pesquisa de Martins, Déjardin e Silva (2013), apontam que a dimensão ecológica, vinculada à ecossocioeconomia, é apresentada como uma possibilidade para que o TBC Cabula possa desenvolver também atividades de ecoturismo, considerando a existência de espaços verdes significativos, na região.

Ao abordar a dinâmica das interações bioculturais pela vertente da ecologia humana, Nazareth (1993), discute a possível conciliação de comportamentos da sociedade com os comportamentos da biosfera, considerando uma dinâmica de interações bioculturais. Essas interações podem ser observadas em ambiente urbano, onde o convívio dos atores provoca tensões de ordem social e gera problemas de ordem ambiental e econômica. A primeira destas tensões é percebida pelas classes sociais e dessa desarmonia surgem patologias urbanas como a violência (NETTO, 2013).

O estudo de Silva, Matta e Sá (2016), demonstra uma possível interação biocultural, ao afirmar que a comunidade local manifesta a compreensão de que suas áreas ambientais podem ser uma possibilidade de contribuir para contar a história da localidade e suas práticas culturais, como é o caso da inclusão do horto como atrativo turístico e que, portanto, devem ser protegidas e conservadas pela comunidade, não só pelos aspectos ambientais, mas também como exercício de cidadania. Queiroz, (2017), reforça essa ideia ao afirmar que a contribuição do Cabula junto ao grupo ambientalista PNPC, está na identidade da comunidade, apresentando a diversidade vinculada à cultura, tradições, religião e política no espaço urbano.

4.3.1.2 A Dimensão Social

Embora as três dimensões estejam contempladas no projeto e ofereçam considerável margem de observação a partir do prisma das tensões entre a cidade e o urbano, a dimensão social é a espinha dorsal da experiência que tem por base a “comunidade”.

Araújo (2012), trata a cidade e o urbano como formas sociais onde a cidade é um objeto concreto que contém os sentidos da prática social de diferentes grupos e corresponde aos conteúdos sociais ao longo do tempo histórico. Nela se manifestam as particularidades locais, resistências ao processo de homogeneização, as originalidades irreduzíveis.

Exemplo disso é o reconhecimento do Cabula e Entorno como área do Antigo Quilombo Cabula. Essa foi uma conclusão alcançada a partir de rodas de conversa e encontros entre pesquisadores e integrantes da comunidade que investigaram a história de seus antepassados, valorizando a memória, as tradições e a ancestralidade

dos moradores das localidades. A apropriação e valorização de suas histórias e identidade mudou a postura da comunidade (FRAZÃO; SANTOS; FORTES, 2018).

O estudo de Martins, Déjardin e Silva (2013), demonstrou que o desenvolvimento do TBC no Cabula e Entorno consiste numa possibilidade de dinamizar investigações históricas gerando a proteção da memória e contribuindo tanto para a elevação da autoestima quanto para destacar os atrativos da comunidade em reconfiguração social da localidade. Nesse mesmo sentido, a valorização do território e suas práticas culturais utilizadas como possibilidades de geração de renda, bem como para atrair parceiros vêm gerando a veiculação da imagem local positiva e, por conseguinte, ocasionando a diminuição da violência (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

Em universo mais sutil, também figura na experiência a intersubjetividade social. Transcendente às limitações das abordagens objetivas para a interpretação do mundo, trata-se de um elemento que considera que por trás de uma ação objetiva há sempre um significado subjetivo construído em um mundo coletivo, “intersubjetivo” e, embora sejam dimensões invisíveis na sociedade, também são parte da realidade e fundamentais para a compreensão da mesma (DE ANDRADE; SORRENTINO, 2013).

O evento ETBCES, por exemplo, vem demonstrando capacidade de promover a mobilização da comunidade para que se organize em cooperativas e desenvolva trabalhos de forma colaborativa visando a consolidar o TBC, de forma a fortalecê-lo, o que também fortalece os vínculos da comunidade entre si (SANTIAGO *et al.*, 2019).

Como elemento fundamental da dimensão ora analisada, a participação social é aqui entendida como ação coletiva com certo grau de organização, dentro de um processo social transformador que integra múltiplas escalas e dimensões. Permite compreender os princípios que regem a integração entre os indivíduos de uma determinada sociedade. Como processo coletivo transformador, visa a incorporação de setores marginalizados à vida social, por direito próprio e não apenas como convidados, conquistando a presença ativa e decisória nos processos de interesse da sociedade (DE ANDRADE; SORRENTINO, 2013).

Na elaboração dos roteiros turísticos alternativos, esses elementos podem ser observados. Chaves (2016), destaca em seu trabalho que essa atividade possibilita às comunidades aperfeiçoar as articulações entre si, aumentando a participação popular, no que se refere às questões importantes de seu bairro, fomentando reflexões

e ações coletivas e valorizando o conhecimento da dimensão sociocultural do turismo, da história e da cultura local.

4.3.1.3 A Dimensão Econômica

Na busca por novas soluções para contornar a lógica econômica vigente, Lopes e Begossi (2007), sugerem a redescoberta do conhecimento tradicional, citando o exemplo de grupos humanos cujas práticas podem contribuir para melhorar outras iniciativas locais com consequências positivas sobre a conservação dos recursos naturais e sobre a resiliência de sistemas sócio ecológicos.

Neste sentido, o Projeto tem promovido a venda de produtos produzidos pela comunidade (e que valorizam suas práticas culturais), durante a recepção dos turistas e em outros eventos que podem ocorrer fora do território, mas que levam a marca do TBC Cabula, configurando a prática da economia solidária, por meio do cooperativismo. Isso pode ser considerado um marco importante (SILVA; MATTA; SÁ, 2016).

As ações da experiência também têm provocado a elevação a autoestima dos participantes, levando a comunidade a se perceber como autora, tanto do projeto, como dos seus saberes (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018).

Um aspecto que merece ser destacado na dimensão econômica são as decisões de consumo consciente. Levando em consideração a degradação ecológica e energética derivadas dos processos hegemônicos de produção e consumo, a tendência é que o que se venha a produzir não seja necessariamente favorável ao homem. Assim, a economia deve submeter-se às leis da natureza e o sistema econômico deve passar a respeitar critérios, condições e normas ecológicas (LEFF, 2001; LUI E SILVA, 2007; FURTADO, 1974).

No caso do TBC Cabula, o turismo de base comunitária e a economia solidária são articulados entre si pelas populações dos bairros do projeto, em especial como potencializadores da economia local das comunidades envolvidas, sendo capazes também de transformação social (DEL GOBBO; NUNES; MORAIS, 2018). Além disso, Santiago *et al.* (2019), afirmam que a experiência potencializa arranjos socioprodutivos de base comunitária sustentável.

5 CONCLUSÕES

Ao comparar a paisagem urbana às imagens cinematográficas, Wim Wenders (1994), observou as cidades e sua orientação comercial como alienadas e alienantes, podendo constranger seus habitantes a viver com frequência “experiências de segunda mão”. As pessoas obrigadas a partir para a periferia, e os centros ocupados pela indústria do consumo enquanto a urbe vai se tornando mais complexa, discorde, ruidosa, confusa e massacrante. Essas observações acuradas, embora ensaísticas, seguem válidas quase três décadas depois e o percurso deste trabalho, centrado na periferia, como uma imersão num pequeno estrato de uma densa problemática, ilustra um pouco da realidade sentida e vivida na prática pelas pessoas do lugar. A proposta metodológica assentada no construtivismo social, pressupondo a existência de múltiplas realidades elaboradas por meio de experiências e de interações mútuas entre os participantes, permitiu tecer em narrativa sociológica, a conjuntura em que se estabelece o que poderia ser chamado de uma insurgência. Como a trama de um tecido, cada categoria de análise estudada revelou nuances do TBC que floresce no subúrbio de Salvador, onde a vida se expressa por uma racionalidade que pode lhe ser própria, tal como sugere a extrarracionalidade, oferecendo-se como alternativa ao modelo de turismo convencional de natureza segregadora ali intensamente praticado. Também demonstrou sua estreita relação com a ecossocioeconomia.

Questões como a falta de sentido na lógica convivencial, o aumento de problemas ambientais, a sociabilidade sem os mecanismos e os valores que promovem a solidariedade, a integração e a igualdade social, mencionados na introdução deste trabalho, aparecem subjetivamente no estudo por meio das propostas de mitigação já em andamento. Como bem coloca Minayo (2008), na visão complexa de mundo há sempre um significado subjetivo construído em um mundo coletivo, “intersubjetivo”. Apesar de invisíveis, essas dimensões são também partes componentes da realidade. Assim, durante a busca por aderências entre as temáticas do TBC e da ecossocioeconomia, foi inevitável constatar os efeitos degradantes da desigualdade social, agravados pelo uso do planejamento urbano como instrumento de dominação ideológica que contribuiu para ocultar a “cidade real” ou “cidade ilegal”, em detrimento da “cidade oficial” (MARICATO, 2013). Por essa razão, quanto mais este estudo se aprofundou no universo do Projeto TBC Cabula, mais evidente ficou sua aderência à realidade

local e à ecossocioeconomia, ressaltando sua importância para a promoção de um bom desenvolvimento, justo e incluyente e para o bem viver dessas comunidades.

No universo da “cidade real”, ou seja, na cidade que existe e que muitas vezes fica relegada em um mundo invisível, os olhares extraídos dos estudos de especialistas de distintas áreas do conhecimento, matizaram o *lócus* do Projeto trazendo *insights* sobre as inquietudes do homem urbano e sua busca por alternativas para uma vida mais harmoniosa e legítima que lhe ofereça algum protagonismo. Isso pode ser observado nas constantes reivindicações por espaços públicos capazes de gerar cultura e educação; na preocupação com a qualificação da cidade de forma que os moradores locais sejam beneficiados da mesma forma que os visitantes e turistas; na criação de projetos que preveem políticas públicas para ampliar a participação da sociedade civil no ambiente urbano ou na elaboração de propostas para requalificar o território conscientizando a população de que cuidar da sua comunidade atrai benefícios financeiros, econômicos e sociais.

Considerando o modo de vida da comunidade local, assim como sua história de origem, o espaço urbano do Cabula é descrito como ambiente de forte atrativo para o desenvolvimento do TBC. A região está em processo de urbanização, crescendo dentro dos padrões econômicos da cidade de Salvador, porém, contrasta com a ocupação urbana desordenada incluindo a situação de vulnerabilidade em que se encontram diversas comunidades e dificulta a manutenção de tradições culturais de matriz africana como é o caso dos terreiros de Candomblé. No entanto, possui elementos próprios, o que faz dela uma natureza construída a partir de sua trajetória, ainda que não crie uma estética urbana dita pós-moderna (denominada de *cool*), mesmo porque as desigualdades estruturais não permitem, sob a égide da polarização entre riqueza e pobreza.

Tal contexto acaba por esboçar conflitos de ordem sócio-econômica-ambiental-cultural, desvelando tensões existentes entre a cidade e o urbano, como a que ocorre no bairro Beiru, devido ao excesso de lixo que chega a alterar a paisagem local, ou à falta de saneamento básico e moradia, que causam a degradação de áreas verdes. O descarte incorreto dos resíduos sólidos também é uma questão que afeta aos visitantes e à população local, considerando a proliferação de doenças. Outro exemplo se apresenta no bairro da Mata Escura, que oferece hospedagem alternativa em residências de moradores locais. A localidade tem grande valor histórico-cultural e religi-

oso, por abrigar importantes terreiros de Candomblé, tombados como Patrimônio Histórico Nacional pelo IPHAN⁷, entre eles o Terreiro Bate Folha, que se tornou conhecido nacionalmente através de uma canção de Margareth Menezes. Oportuniza também a imersão no cotidiano local por possuir um comércio típico e diversificado, além de feira livre. Além de carências em infraestrutura, desigualdades socioeconômicas e vulnerabilidades, o bairro possui alto índice de violência e criminalidade, com ênfase para o tráfico de drogas (A. MARX *et al.*, 2016).

Considerando as ponderações de Fariñas (2018), além de atuar como espaço da representação e da expressão das novas tensões sociais e culturais do mundo contemporâneo, as cidades têm assumido também, o papel de laboratório de novos modos de vida, novas formas de sociodiversidade, novas exigências de tolerância ou intolerância, de diferenças e indiferença, novas experiências de participação e de ação política formal e informal.

Neste sentido, a atuação do Projeto na região que o abrange, vem provocando transformações positivas e o enfrentamento da segregação espacial que tanto suprime as possibilidades de interações sociais, oferece bom exemplo disso. O Projeto vem atuando como fator agregador, aproximando pessoas e gerando sociabilidade, entendida como o elemento que valoriza as relações pessoais, o face a face com suas contingências e dispersões, enfatizando as interações simples e os processos comunicativos permeáveis e dinâmicos, sem a pretensão de moldar a vida social, sempre considerando a atmosfera simbólica que envolve a presença viva do "eu" e do "outro", além da situação e do contexto em que essas interações sociais ocorrem (MAIA, 2002)

Outros aspectos que associam o Projeto às transformações urbanas incluem: a dinamização de investigações históricas que resultam em proteção da memória, contribuem para elevar a autoestima e destacar os atrativos da comunidade em reconfiguração social da localidade, valorizando o território e suas práticas culturais utilizadas também como possibilidades de geração de renda, diminuindo, por conseguinte, a violência; a elaboração dos roteiros turísticos alternativos, que permitem às comunidades aperfeiçoar as articulações entre si, aumentando a participação popular quanto às questões importantes de seu bairro, fomentando reflexões e ações coletivas e valorizando o conhecimento da dimensão sociocultural do turismo, da história e da cultura local; e, como um elemento fundamental, é preciso considerar que a cultura

⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

em comunidades urbanas é o princípio básico do TBC Cabula por buscar em seu território as formas de expressão e celebrações, bem como os saberes e modos de fazer como principais atividades a ser apresentadas aos visitantes, favorecendo também a diversificação da oferta turística de Salvador e o desenvolvimento social e econômico da região.

As considerações elaboradas até aqui foram tecidas desde uma perspectiva de amplitude e permitem observar a complexidade do lugar que, em primeira instância, pode ser considerado “cidade real”, alheio à “cidade oficial”. No entanto, ao retomar a ideia de que as originalidades que dão identidade às cidades resistem ao processo pós-moderno de homogeneização dos espaços e lhes conferem diferenciais, nos quais residem as características de sociedade urbana (ARAÚJO, 2012), a região do Cabula, através do Projeto aqui estudado, reivindica um papel de importância crescente na “cidade oficial”.

Neste ponto, sendo a mesma regida pelas relações de consumo balizadas pelo mercado, Maricato (2013, p. 121), traz uma epígrafe de Oliveira (2000), que suscita à reflexão: “[...] o mercado é entendido como o lugar onde você exercita o seu direito e a sua capacidade de escolha. A periferia não formou mercados e, portanto, não formou o lugar da autonomia.” Neste caso, de maneira alternativa, dentro de um outro paradigma, a periferia está mostrando potencial para a construção de um mercado que lhe é próprio, distanciado da lógica vigente, e, portanto, para a conquista de seu lugar de autonomia, onde se combinam várias formas de economia, da reprodutiva, como doméstica e de vizinhança, sob os signos da racionalidade solidária, até a produtiva, como a economia popular e a hegemônica economia de mercado, sob o dogma da racionalidade instrumental. No entanto, é importante distinguir que a instrumentalidade da economia popular se dá a partir da racionalidade utilitária, na qual há possibilidade de ganhos mútuos, entre comprador e vendedor, diferentemente da economia de mercado que cria mecanismos de intermediação, na maioria das vezes em vários níveis, criando uma prática espúria, denominada utilitarista que favorece um em detrimento do outro.

Esse avanço significativo tem no turismo de base comunitária a sua mola propulsora, o que demonstra a força dessa modalidade alternativa de turismo como ferramenta estratégica para o desenvolvimento local, no caso, de comunidades urbanas.

Nesses termos, o Projeto TBC Cabula potencializa e amplia essa constatação, trazendo um novo olhar sobre as formas de organização comunitária para a gestão do TBC e sobre as possibilidades de implementação em grandes centros urbanos.

É importante salientar que essa modalidade de turismo é desafiadora justamente por ser alternativa à lógica de mercado hegemônica, como exemplificado anteriormente, e seu êxito depende, em grande parte, do trabalho conjunto e engajado da comunidade receptora. Neste sentido, o desenvolvimento do TBC em ambientes não urbanos, ainda que distantes da lógica utilitarista de cunho mercadológico, e conformados por comunidades unidas por laços afetivos ou culturais sólidos e objetivos comuns, consiste em tarefa árdua uma vez que exige envolvimento e participação ativa. Tentar implementá-lo em ambientes urbanos, por sua vez, é muito mais complicado, sendo que a racionalidade individual é mais incrustada por natureza nos espaços de disputas urbanas e estão mais suscetíveis à influência do *modus operandi* da economia de mercado.

Apesar dos imensos desafios impostos pelas diferenciações sociais, causadas não apenas por questões econômicas, mas também por processos de formação de identidades que definem grupos distintos e distantes que atuam simultaneamente, pode-se dizer que a experiência urbana TBC Cabula, vem demonstrando inovação social baseada no protagonismo do sujeito, no qual o melhor resultado pode ser expresso pelo processo emancipatório que sugere que o desenvolvimento deve se dar à escala humana.

A partir da perspectiva do turismo, um aspecto do Projeto que fica evidente após todas as análises, consiste na forma como as tensões existentes entre a cidade e o urbano vem sendo utilizadas de forma proativa, convertendo-se o seu âmbito de confluência ou o “palco de conflitos”, em atratividade turística.

Aqui, vale ressaltar que o Cabula está localizado em Salvador, sendo esse um dos destinos indutores mais importantes do turismo brasileiro. Porém, por mais que tenha consideráveis apelos históricos e culturais, não faz parte das zonas de interesse turístico tradicionais, sendo composto por bairros periféricos e de baixa renda. Neste ponto, a experiência abraça o cerne do TBC, transformando uma pretensa desvantagem em oportunidade. Sem efetivamente se preocupar com a criação de produtos voltados ao turismo, a ideia tem sido oportunizar, ou melhor, instrumentalizar o próprio fluxo turístico existente, ofertando a autenticidade de forma acolhedora e acessível,

valorizando e fortalecendo as atividades econômicas e culturais locais.

Sua área de abrangência, que compreende 17 bairros populosos e distintos entre si, amplifica a noção de “comunidade” uma vez que é composta por várias comunidades. Ao identificar e conceder aos atores locais o papel de centralidade no processo de planejamento e organização turística, o projeto resgata a palavra “comunidade”, entendida como transcendente à perspectiva clássica das comunidades de “baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de “bem comum”, de “coletivo”, possibilitando ao TBC favorecer a coesão e o laço social, o sentido coletivo de vida em sociedade, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento (IRVING, 2002). É nesse sentido que o Projeto TBC Cabula se posiciona no ambiente urbano em que se encontra.

A presença da variável convivencialidade, por exemplo, é bastante evidenciada na experiência e atesta a afirmação. A mesma tem sido alcançada por meio da realização do evento ETBCES que vem funcionando como espaço de diálogo e compartilhamento do conhecimento acadêmico e do saber popular, aproximando a universidade e a comunidade local e criando um forte capital social para essa comunidade. A difusão de técnicas e tecnologias desenvolvidas pelo grupo de mulheres do antigo quilombo do Cabula ainda utilizadas de maneira informal em seu cotidiano, por meio da socialização promovida pelas ações do projeto, também tem conduzido à convivencialidade.

A complexidade que envolve a realização do projeto, as dimensões de sua área de abrangência, assim como suas características transdisciplinares, demonstram a efetividade da parceria entre a universidade, através da pesquisa e da extensão, e a comunidade local, conferindo ao mesmo o status de experiência paradigmática. Vale ressaltar que a aproximação entre a academia e a comunidade está entre as principais críticas que as Instituições de Ensino Superior recebem, pela ineficiência.

Ocorre uma espontânea construção social a partir de relações e experiências do cotidiano através do agir inter e extraorganizacional, além do agir extrarracional. O interorganizacional se expressa nos arranjos sociopolíticos e socioeconômicos que resultam em ações como seminários, eventos, promoções de feiras, oficinas, educação integral e atividades culturais como dança, canto, poesia, pintura, artesanato e grafiato. A construção coletiva de alternativas visando ao desenvolvimento sustentável como o Museu Virtual do Antigo Quilombo Cabula, a criação da Rádio Web Juventude,

a formação do coletivo Arte e Cultura do Cabula (CULTARTE), além da formação de uma cooperativa de artesãos culinartistas, poetas, e grupos artísticos e culturais variados, também demonstram essa forma de agir.

O agir extraorganizacional pode ser observado nas parcerias entre atores da comunidade e atores acadêmicos, nos roteiros desenvolvidos para apresentar aos visitantes o que a comunidade do Cabula produz, na realização de oficinas, na comercialização de artesanato e outros produtos característicos durante o ETBCES que valorizam a gastronomia e nas apresentações culturais locais, além do reconhecimento do Cabula como área do Antigo Quilombo Cabula.

Quanto ao agir extrarracional, materializa-se a partir da valorização do conhecimento dos atores das comunidades através da identificação de legados de grupos de origem indígena e africana, como os primeiros habitantes do Cabula; do compartilhamento do conhecimento sobre o patrimônio histórico e cultural das localidades e dando visibilidade à variada produção artística e cultural comunitária.

Desde a perspectiva do Projeto, foram reveladas amplas relações organizacionais estabelecidas entre a cidade, as comunidades, a universidade e a questão urbana, constituindo-se em uma transitoriedade possível para uma lógica alternativa à economia de mercado e que essa seja aderente ao que propõe a ecossocioeconomia como ethos de desenvolvimento.

Trata-se de um panorama da realidade local que dá forma ou configura a ecossocioeconomia urbana como um conjunto de estratégias, ações e empreendimentos coletivos em prol do desenvolvimento territorial sustentável que, valendo-se de bases teóricas e metodológicas construídas em conjunto entre pesquisadores e integrantes da comunidade, promove o envolvimento de grupos de vários bairros, criando um senso de unidade para a região do Cabula ao mesmo tempo em que reforça a identidade de cada bairro.

Estão presentes em maior ou menor intensidade os seis princípios da ecossocioeconomia urbana, sendo esses o apoderamento, a produção coletiva sob o princípio da autogestão, a autonomia, a colaboração, a solidariedade e a sustentabilidade.

A produção coletiva a partir da autogestão é incentivada, não obstante, enfrenta dificuldades, como é o caso do CULTARTE, que possui bastante flutuação na adesão dos participantes. Por ser formado por artesãos e estes por dependerem de suas vendas, muitas vezes deixam de participar das reuniões ou outras ações porque

precisam vender seus produtos em outros espaços da cidade. Nesse caso carece de engajamento. Há também os exemplos do Museu do Cabula e da Rádio Comunitária em que ambos apresentam autogestão, através de ações de colaboração que envolvem estudantes, gestores comunitários e professores. As práticas comunitárias visando à apropriação do processo de planejamento, gestão e desenvolvimento da atividade turística para o bem comum de toda a comunidade são incentivadas buscando articular uma rede colaborativa, participativa, cooperativa e solidária.

A autonomia se manifesta nas responsabilidades assumidas pela comunidade de definir, planejar, organizar, monitorar e executar, ainda que com apoio técnico da equipe do projeto. É adotada na experiência como princípio básico sob o qual a comunidade tem liberdade para decidir o que e como quer apresentar aos visitantes durante a execução dos roteiros. Também é promovida por meio da educação, utilizada como ferramenta para o desenvolvimento e formação plena do indivíduo para que possa enfrentar as adversidades com segurança, sabendo reconhecer seus direitos e deveres. Além disso, a construção de equilíbrio entre a identidade e a liberdade individual e coletiva no Projeto alimentam a tomada de consciência crítica, incentivam a criatividade e potencializam os espaços de diálogo e de construção de conhecimento de forma a possibilitar aos sujeitos o enfrentamento de situações tanto em suas vidas pessoais como em âmbito social.

O princípio do apoderamento, contendo a ideia do contexto materializado na realidade social do coletivo e nas tecnologias sociais existentes e também do abstrato, alcançado na ancestralidade e no sentimento de pertencimento ao local, se expressa em diversas ações do projeto. Isso pode ser observado na realização de pesquisas sobre a história da localidade que promoveu o fortalecimento de vínculos construídos a partir da identidade dos moradores estar conectada ao território. A apropriação do conhecimento da história dos antepassados pelos descendentes resultou em uma rede fundamentada por uma história comum que produz apoderamento da população local. A implantação do turismo de base comunitária em si, potencializa o fortalecimento social, por meio do trabalho da comunidade que usa seus hábitos e suas histórias como empreendimento, sendo esta a melhor forma de apoderamento coletivo (SILVA, MARTINS, 2012).

A colaboração é um princípio constante, destacando-se na parceria entre a

comunidade acadêmica e a comunidade local, envolvendo as escolas e os empreendimentos solidários da localidade; na participação assídua da comunidade nas reuniões do Projeto tratando de demandas locais; na produção de materiais de interesse comum, em esforço coletivo entre pesquisadores e comunidade e na criação de cooperativas que trabalham com diferentes saberes e fazeres locais. Também pode ser observada na transformação social alcançada pelos participantes dos projetos artísticos, educacionais e profissionalizantes que, conforme desenvolvem aptidões, se tornam professores colaboradores e através do CULTARTE cuja produção é coletiva e conta com a colaboração e assistência técnica e teórica dos professores e pesquisadores do Projeto.

A solidariedade está presente nas mobilizações para ações coletivas que geram a conciliação social e são compartilhadas entre todos, incluindo grupos identitários, demonstrando o desenvolvimento do respeito, confiança, dignidade, liberdade e participação. Manifesta-se também na ampliação da consciência sobre as questões socioambientais e na prática da cultura de paz que estão presentes em todas as ações do Cabula. O CULTARTE surge novamente, como um grupo que desenvolve sua prática econômica de forma participativa e colaborativa, pautada na união e na produção coletiva em que as mulheres participantes têm nas práticas solidárias uma forma de superar suas adversidades. Importante ainda a reestruturação dos povos africanos possibilitada pelos Terreiros de Candomblé por meio de relações afetivas que formaram novos laços familiares, o que contribuiu para o seu fortalecimento e para o enfrentamento de preconceito e perseguições, criando uma rede de solidariedade.

Quanto ao princípio da sustentabilidade, devido às variadas possibilidades de interpretação do termo, vale retomar o parâmetro estabelecido para este estudo, como sendo o que tem como preceitos a equidade social, o diálogo entre saberes, a conservação e manutenção da vida nos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, estimular o aprendizado, criação e exercício de concepções e práticas de vida, de educação e de convivência individual e social, na perspectiva proativa e propositiva com vistas ao desenvolvimento equilibrado das próprias comunidades e seu bem-estar, respeitando peculiaridades sociais e vocações.

Neste sentido, é possível afirmar que as ações do Projeto são desenvolvidas de acordo com o princípio da sustentabilidade. Os trabalhos analisados apontaram que essas ações têm no princípio ético o seu sustentáculo, aliado aos demais princípios

apresentados e ao respeito à liberdade individual e à equidade social. O diálogo inter-saberes, buscando a proteção da vida nos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais também se faz constante. Importante destacar ainda a busca por estimular o aprendizado a partir das práticas comunitárias que envolvem a valorização da convivência, o respeito à coletividade e à proatividade, visando à um desenvolvimento equilibrado que respeite às especificidades sociais e às vocações. Porém, merece mais atenção a questão ambiental que apresenta problemas de ordens diversas nos bairros, conforme anteriormente discutido. As comunidades demonstram ter baixa consciência quanto ao tema que aparece transversalmente e de forma incipiente nas ações, sem ser tratado diretamente e traduzido em projetos de ordem prática. É provável que isso aconteça por estarem em “batalha” permanente pela sobrevivência, diante das desigualdades estruturais impostas pela dinâmica capitalista e a economia de mercado.

Quanto ao percurso metodológico do trabalho, permitiu alcançar a todos os objetivos propostos. A identificação das categorias analíticas que, em conjunto, permitissem observar a expressão da ecossocioeconomia urbana, levando em consideração as teorias escolhidas, consistiu em tarefa instigante por trazer as abordagens da economia ecológica e da ecologia humana para a observação do tema, resultando na construção de uma matriz que orientou a análise das produções acadêmicas.

Para a formação do corpus de análise composto por relato de publicações acadêmicas sobre o Projeto, houve a necessidade de fazer recortes temporais e de temáticas devido ao grande número de publicações disponível e não houve dificuldades em encontrar os trabalhos completos, estando todos disponíveis na internet. A narrativa foi desenvolvida de acordo com as categorias de análise.

O Projeto TBC Cabula foi caracterizado quanto às dimensões ecológicas, sociais e econômicas, levando em consideração as tensões entre a cidade e o urbano na contemporaneidade. Essa etapa forneceu o contexto para a realização da fase seguinte.

A análise de como se expressam princípios da ecossocioeconomia urbana a partir da experiência do turismo de base comunitária permitiu confirmar que todos se fazem presentes, chamando a atenção apenas para a questão ambiental que precisa ser fortalecida.

Finalmente, conclui-se que a ecossocioeconomia urbana abrange o TBC,

sendo este uma de suas expressões. Essa forma de turismo tem a formatação organizacional em amálgama, onde diversificados empreendimentos individuais ou coletivos operam em conjunto e em base territorial, de acordo com os preceitos da ética, coletividade, qualidade de vida, autonomia, autogestão, participação, educação e sustentabilidade, compondo assim o que pode ser considerado um bem turístico comunitário. Através do TBC, a ecossocioeconomia urbana se configura em múltiplas manifestações ou empreendimentos, que se desenvolvem simultaneamente e de forma dinâmica, parametrizados pelas características socioculturais e ambientais do território, considerando as subjetividades da relação entre a cidade e o urbano. No caso específico da experiência TBC Cabula, há o elemento da intervenção da universidade que, ainda que gere certa dependência por parte das comunidades, se faz necessário, pelas desigualdades estruturais mencionadas, e também deve ser considerado na configuração.

5.1 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Este estudo contribui para com a teoria da ecossocioeconomia urbana, ainda em construção, trazendo para a sua análise duas novas abordagens teóricas, sendo a economia ecológica e a ecologia humana. Também demonstrou a sua configuração trazendo o aspecto particular da multiplicidade de empreendimentos, o que poderia ser explicado como várias experiências de ecossocioeconomia atuando em conjunto para formar uma maior.

Da mesma forma, o TBC em espaços urbanos ainda é pouco estudado e esta pesquisa produziu informações sobre comunidades urbanas e reflexões sobre as problemáticas da periferia que podem auxiliar futuros empreendedores ou planejadores na compreensão dos contextos em que se desenvolvem iniciativas com características similares.

Para o Projeto TBC Cabula, o estudo traz uma análise em profundidade sobre suas ações, destacando pontos fortes e fragilidades. Demonstrou também o desenvolvimento da experiência em meio às tensões entre a cidade e o urbano, assim como ressaltou a importância do seu papel na questão urbana e na diversificação da oferta turística de Salvador.

A pesquisa contribui ainda para pensar a gestão urbana, trazendo um exem-

plo de iniciativa comunitária sustentável para a mitigação das problemáticas associadas à periferia. Trata-se de uma experiência inovadora que pode ser replicada em outros centros urbanos. A discussão sobre a temática das tensões entre a cidade e o urbano na contemporaneidade tratada teoricamente e observada em caso prático, fornece elementos para a reflexão e possibilita a criação de políticas públicas relacionadas ao tema.

5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Durante o curso do doutorado esta pesquisadora precisou mudar de região no país, perdendo o acesso à biblioteca da universidade. Esse fator aliado ao trabalho com jornada de 40 horas semanais acabou gerando um atraso no cronograma previsto inicialmente para a conclusão da pesquisa.

Não foi possível analisar todas as publicações relacionadas ao tema do ano de 2019 porque, embora estivessem concluídas, ainda não haviam sido tornadas públicas e, desta forma, foram descartadas.

5.3 OPORTUNIDADES PARA NOVOS ESTUDOS

Dentro do rol de categorias analíticas identificadas, há margem para diversos cruzamentos não realizados neste estudo, abrindo a possibilidade para que possam ser realizados em novas pesquisas. Também não foram considerados percentuais de incidência das mesmas nas iniciativas do Projeto. Por observação é possível perceber, por exemplo, que o Coletivo CULTARTE se destaca nas análises por manifestar a maioria das categorias o que poderia sugerir que ele servisse de modelo para os demais empreendimentos ou atuasse como “carro chefe” no Projeto, entre outras possibilidades.

Para finalizar, Wim Wenders (1994), ao refletir sobre a cidade comentou:

Numa cidade, o que é pequeno, vazio, aberto, é a fonte de energia que nos permite recarregar as forças, que nos protege contra a hegemonia do que é grande. Nada tenho contra as grandes construções. Ao contrário: adoro os monólitos, os arranha-céus. Mas, ao mesmo tempo, eles só são suportáveis e habitáveis quando se encontra em sua sombra uma alameda com uma pequena loja e um pequeno café que constituam uma alternativa. [...] Deve-se lutar por tudo o que é pequeno e que ainda existe. Aquilo que é pequeno confere ao que é grande um ponto de vista. (p. 184)

O mesmo se aplica à ecossocioeconomia urbana em sua expressão através do TBC. A beleza do simples e autêntico escondida nos recônditos da cidade é o contraponto ao consumismo e à artificialização do centro urbano e, portanto, necessária, fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIGNER, C. H. Geografia e educação ambiental: construindo a cidadania a partir da valorização do lugar na escola municipal Professor Larry José Ribeiro Alves. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (orgs.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 344p.
- ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. **Bem Viver e Ecosocioeconomias**. Cuiabá: Editora da UFMT, 2019, v.1. p.96.
- ALCANTARA, L. C.; GRIMM, I. J. **A Ecosocioeconomia e o Bem Viver na perspectiva do Urbano**. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society V. 03, nº 02, mai-ago., 2017, p. 121-144.
- ALVES, A. J. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 77, p. 53-61, maio, 1991.
- ALVIM, R. G.; BADIRU, A. I.; MARQUES, J. (orgs.). **Ecologia Humana: uma visão global**. Feira de Santana – BA: UEFS, 2014. 368 p.
- AMAZONAS, M. de C. **Valor e meio Ambiente: elementos para uma abordagem evolucionista**. Tese (Doutorado)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2001.
- ANDRADE, D. F. de; SORRENTINO, M. **Da gestão ambiental à educação ambiental: as dimensões subjetiva e intersubjetiva nas práticas de educação ambiental**. Pesquisa em Educação Ambiental, v. 8, n. 1, p. 88-98, 2013.
- ARAÚJO, J. A. **Sobre a Cidade e o Urbano em Henri Lefebvre**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº31, pp. 133 - 142, 2012.
- AROCENA, R. e SENKER, P. Technology, inequality, and underdevelopment: the case of Latin America. **Science, Technology and Human Values**, 28(1), p. 15-33, 2003.
- AYRES, R.U., KNEESE, A.V., 1969. Production, consumption and externalities, American Economic Review, June. In: Daltz, P., Perloff, H. (Eds.), **Benchmark Papers in Electrical Engineering and Computer Science (reprinted)**. Dowden, Hutchison and Ross, Stroudsburg PA, 1974 and in Bobbs-Merrill Reprint Series, New York, 1974.
- BARRETO, M. As Ciências Sociais Aplicadas ao Turismo. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (Org.). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas: Papirus, 2000. p. 17-36.
- BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; DELAMARO, M. Turismo Para Quem? Sobre Caminhos de Desenvolvimento e Alternativas para o Turismo no Brasil. In: BARTHOLO,

ROBERTO, B.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.

BATES, D. G. L., Susan L. Introduction. *In: Case Studies in Human Ecology*. Daniel G. Bates and Susan Lees, eds. Pp. 1-12. New York and London: Plenum Press.1996.

BEGOSSI, A. **Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente**. INTERCIENCIA 18(1): 121-132. 1993. Disponível em:<<http://www.interciencia.org.ve>> Acesso em: 27/08/2019.

BERKES, F.; FOLKE, C. Systems perspectives on the interrelation between natural, human-made and cultural capital. **Ecological Economics**. Amsterdam, v. 5, n. 1, p. 1-8. 1992.

BIANCHI, E.; Maria P. Giavina; IKEDA, Ana Akemi. **Usos e aplicações da grounded theory em Administração**. GESTÃO.Org, v. 6, n. 2, p. 231-248, 2008.

BAUMAN, Z. "**A sociedade líquida**". Entrevista concedida a Maria Lúcia G. Pallares-Burke. Folha de São Paulo, 19 out. 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur/nº 001/2008 - Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária**, Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRUYNE, P. de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, M. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica. *In: Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica*. 1982.

BURGOS, A.; MERTENS, F. **Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária**. PASOS Revista de Turismo y Patrimônio Cultural, v. 13, n. 1, p. 57-71, 2015.

CAMPOS FILHO, et al. **Cartilha (in)formativa sobre turismo de base comunitária "O Abc do TBC"**. Salvador: EDUNEB, 2012.

CANOPY RIVER. Disponível em: <<https://canopyriver.com/>> acessado em: 13 out. 2017.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente**. 23ª ed. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo, SP: Editora Pensamento-Cultrix Ltda., 2002.

CARVALHO, F. **Da ecologia geral à ecologia humana**. Fórum Sociológico, Lisboa, n. 17, p. 127-135, 2007.

CASTRO, L. L. C.; PINTO, R. **Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais**. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 213-226, 2013.

CASTRO, Y. P. **Falares africanos na Bahia**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

CAVALCANTI, C. **Concepções da economia ecológica**: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. *Estudos avançados*, v. 24, n. 68, p. 53-67, 2010.

CHÁVEZ-DAGOSTINO, R. M.; BRAVO-OLIVAS, M. L.; MALDONADO-IBARRA, Ó. A. **El efecto del turismo en la calidad de vida de comunidades pesqueras en la costa de Jalisco**, México. *Ciencia Pesquera*, v. 26, n. 1, p. 101-109, 2018.

CHAVES, D. R. **Educação ambiental na Escola Municipal Cabula I**: processos de valorização, mobilização e articulação entre escola, comunidade e instituições públicas em prol do Horto Florestal do Cabula. 2016. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT22_1060.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

COLOMBO, S.; GRAZIANO SOBRINHO. Urbanização, segregação socioespacial e violência na cidade: reflexões introdutórias. *In: Vidas urbanas e a vida nas cidades*: regramentos urbanos, ambientais, seletividade e violências / org. Claudio Oliveira de Carvalho, Karine Grassi e Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho. – Caxias do Sul, RS: Educus, 2018. p. 95-110.

CONSTANZA, R. **Model goodness of fit**: a multiple resolution procedure. *Ecological Modelling*, v. 47, p. 199-215, 1989.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. *In: V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo*- Anp-tur, 2008. Belo Horizonte, MG.

COSTRA, H. S. C. **Terreiro Tumbenci: um patrimônio afro-brasileiro em museu digital**. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28515>. Acesso em: 22 nov. 2019.

COSTANZA, R. et al. **An introduction to ecological economics**. CRC Press, 2014.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

DAGOSTINO, R. M. C.; GONZÁLEZ, Y. S.; FORTES, S. C. (Ed.). **De campesinos a empresarios**: experiencia turística del ejido El Jorullo. Universidad de Guadalajara, 2017.

DA SILVA, S.; DE PAULA, F.; DE ALMEIDA MARTINS, L. C. **Mergulhando em memórias, tecendo culturas e construindo histórias**: o diálogo entre a história e o turismo de base comunitária. *Sustainability in Debate/Sustentabilidade em Debate*, v. 3, n. 2, 2012.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DÉJARDIN, I. P. **Problemática socioambiental da cidadania**: análise da formação

de alunos em uma escola pública de Salvador, Bahia. Tese (Doutorado). – Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2015. 226 f.: il.

DEL GOBBO, G.; NUNES, E. J. F.; MORAIS, A. L. S. **Círculo de estudos, observatório de educação e turismo de base comunitária**: contribuições de metodologias participativas para o desenvolvimento local. Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, v. 27, n. 52, p. 60-71, 2018.

DUTRA, L. **Educação e capacitação para o turismo em escolas comunitárias utilizando a Pedagogia da Alternância. Turismo: Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão**. Barueri, SP: Manole, 2012.

DUTRA, V. F. et al. **Educação, cidadania e turismo de base comunitária**: aplicação do Projeto Criativos na Escola Estadual Visconde de Itaparica, Cabula, Salvador, Bahia. Cidadania em Ação: Revista de Extensão e Cultura, v. 2, n. 2, p. 59-74, 2018.

EMBRATUR-IEB. **Polos de Ecoturismo - Planejamento e Gestão** / Guilherme Wendel de Magalhães (Coord.). São Paulo: TERRAGRAPH, 2001.

FARIÑAS, M. J. La ciudad en la sociedad global: el derecho a ser ciudadano. In: **Vidas urbanas e a vida nas cidades**: regramentos urbanos, ambientais, seletividade e violências / org. Claudio Oliveira de Carvalho, Karine Grassi e Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho. Caxias do Sul, RS: Educs. 2018. p. 111-119.

FERREIRA, J. **Do desenvolvimento local ao desenvolvimento territorial**. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, p. 1-21, 2009.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FUSFELD, A. R. **How to Put Technology into Corporate Planning**. Technology Review, 80 (6): 51-55. 1978.

GASTÃO, W. de S.; CARVALHO, Y. M. de; MINAYO, M. C. de S.; DRUMOND Jr, M.; AKERMAN, M. **Tratado de Saúde Coletiva**. Revista e Aumentada. 2ª Ed. Hucitec, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: ed. Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GÓMEZ, C. R. P. et al. **Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos**. Passos, Vol. 13 N. 5. Págs. 1213-1227. 2015.

GOUVEIA, A. T. **Um olhar sobre o bairro**: aspectos do Cabula e suas relações com a Cidade de Salvador. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia - Universidade Federal da Bahia (UNEB). Salvador – BA. 2010.

GOUVEIA, A. **As Associações de Bairro do Cabula e Mata Escura**: uma análise de gestão participativa. Relatório Final de Pesquisa. (PIBIC). Laboratório de Estudos Territoriais e Gestão do Território- LEAGET. Departamento de Geografia/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007

GUION, L. A. **Triangulation**: establishing the validity of qualitative studies. Gainesville: University of Florida, 2002.

HALL, M. C. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HARARI, Y. N. 2014. **SAPIENS**: Uma Breve História da Humanidade. São Paulo: L&PM Editores, 2014, p. 464.

HOPPEN, N., LAPOINTE, L. e MOREAU, E. **Um guia para a avaliação de artigos de pesquisa em Sistemas de Informação**. Revista Eletrônica de Administração (REAd), Edição 3, set/out. 1996, 34p.

INEGI - Instituto Nacional de Estadística y Geografía, 2016. **Anuario estadístico y geográfico de Jalisco**, 2016. México: Inegi.

ILLICH, I. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.

INTERCENSAL, E. **Principales resultados de la Encuesta Intercensal 2015**: Campeche/Instituto Nacional de Estadística y Geografía. México: INEGI, 2015.

IRVING, M. **Ecoturismo em áreas protegidas**: um desafio no contexto brasileiro. Boletim de Turismo e Administração Hoteleira. São Paulo, n.2, p.43-55, Out/2000. Centro Universitário Ibero-Americano - UNIBERO.

IRVING, M.; AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

KATZMAN, R.; RIBEIRO, L. C. Q. **A cidade contra a escola**. Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital, 2008. 367 p.

KESSLER, K. RUTHERFORD, H. **The Two Forms of Visuo-Spatial Perspective Taking are Differently Embodied and Subserve Different Spatial Prepositions**. *Front Psychol.* 2010. doi: 10.3389/fpsyg.2010.00213

KLIKSBERG, B. **Desigualdade na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO. 2002.

KNEESE, A. V., AYRES, R. U. D'ARGE, R.C. **Economics and the em materials Balance Approach**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1970.

KOTKIN, J. et al., **The Problem with Megacities**, Chapman University Press, Center for Demographics and Policy, Orange, CA, 2014.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. Ed. São Paulo: Aleph, 2006.

LACOMBE, F.; HEILBORN, G. **Administração**: Princípios e Tendências. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFF, E. Economia ecológica e ecologia produtiva. *In*: LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 42-55.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. *In*: LEFF, E. (Org.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, J. E. S.; OLIVEIRA, G. B. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional**: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Revista FAE, v.6, n°2, p.29-37, mai/dez Curitiba, 2003.

LIMA, J. S. **Educação Praxiofônica na Web**: construindo a sintonia com o conhecimento de forma colaborativa. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21114>. Acesso em: 10 out. 2019.

LINHAS/GRUPOS DE PESQUISA. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/posgraduacao/gestaourbana/projetos.php>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

LITTLE, P. E. **Desenvolvimento territorial sustentável**: desafios e potencialidades para o século XXI. Guaju, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2015.

MAIA, R. CM. **Sociabilidade**: apenas um conceito. GERAES - Estudos em Comunicação, 2002.

MÄLER, Karl-Göran. **Environmental Economics**: A Theoretical Inquiry. Baltimore: Resources for the Future. 1974.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. – 5 ed. – São Paulo: Atlas 2003.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos, Vozes. Petrópolis, 2013.

MÁRQUEZ, I; GODOY, G. G. Perspectivas para a Proteção de Migrantes e Refugiados à Luz da Declaração de Nova Iorque. *In*: Instituto Migrações e Direitos Humanos. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, 2016.

- MARTINE, G; McGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. *In*: BAENINGER, Rosana (org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.
- MARTINS, L. C. de A.; DÉJARDIN, I. P.; SILVA, F. de P. S. Reflexões sobre a importância da investigação histórica para o ecoturismo e o turismo de base comunitária. **El Periplo Sustentable**, n. 24, p. 187-207, 2013.
- MARTINS, L. C. de A.; SILVA, F. de P. S. da; MATTA, A. E. R. **Design cognitivo aplicado ao turismo de base comunitária**: uma proposta socioconstrutivista de desenvolvimento do museu virtual do quilombo do cabula. *Gestión Turística*, n. 27, p. 22-43, 2017.
- MARTINS, L. C. A.; SILVA, F. de P. S. da; MATTA, A. E. R. **Museu Virtual Quilombo Cabula**: educação dialógica para o turismo de base comunitária. *Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade*, v. 27, n. 52, p. 44-59, 2018.
- MARX, C. A. et al. **Crime e planejamento urbano de bairros**: o caso da Mata Escura na metrópole baiana. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 3, n. 35, 2016.
- MATTA, A. E. R.; SILVA, Francisca de Paula Santos da; BOAVENTURA, E. M. **Design-based research ou pesquisa de desenvolvimento**: metodologia para pesquisa aplicada de inovação em educação do século XXI. *Revista da FAEEBA*, v. 23, n. 42, p. 23-36, 2014.
- MAX-MAX-NEFF, Manfred A; et al. **Desenvolvimento à Escala Humana**: concepção, aplicação, reflexos posteriores. Blumenau: Edifurb, 2012. 108 p.
- MENDONÇA, L. J. V. P. de. **A América Latina**: da desigualdade social à desigualdade econômica ou características e variações de um mesmo tema. *Argumentum*, Vitória, v. 1, n. 1, p. 78-91, 2009.
- MENDONÇA, T. C. M.; IRVING, M. A. **Turismo de base comunitária**: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil – Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**. v. 4, nº4, 2004.
- MENUZZI, T. S.; SILVA da, L. G. Z. **Interação entre economia e meio ambiente**: uma discussão teórica. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, v. 19, n. 4, 2015.
- MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. **Turismo de Base Comunitária no Brasil**: Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 170-189, 2013.
- MIRANDA, D. L. R. **Redes de cidadania agroalimentar e a construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos em Florianópolis – SC**. 2020. 138 f. Tese (doutorado em meio ambiente e desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, S. M. G.; LUI, G. H.; SILVA, M. P. da. **A ecologia humana como referencial teórico e metodológico para a gestão ambiental**. OLAM Ciência e Tecnologia, Rio Claro/SP, Brasil Ano VII Vol. 7 No. 2 Pag. 19, 2007.

MONTIBELLER, F. G. **Gestão Ambiental e VET: Valor Econômico Total dos bens ambientais na gestão socioambiental pública**. Revista de Estudos Ambientais, v.8, n.2, 20-35, 2006.

MONTIBELLER, F. G.; SOUZA, G., BÔLLA, K. **Economia ecológica e sustentabilidade socioambiental**. Revista Brasileira de Ciências Ambientais. N. 23, p.25- 35, março de 2012.

MORETT-SÁNCHEZ, J. Carlos; COSÍO-RUIZ, Celsa. Panorama de los ejidos y comunidades agrarias en México. **Agricultura, sociedad y desarrollo**, v. 14, n. 1, p. 125-152, 2017.

MOWFORTH, M.; MUNT, I. **Tourism and sustainability: development and New tourism in the Third World (Second edition)**. London: Routledge, 2003.

MTUR. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública / Ministério do Turismo**. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 88 p.; il.; 22,5 cm.

MUELLER, C. C. **Economia e meio ambiente na perspectiva do mundo industrializado: uma avaliação da economia ambiental neoclássica**. Est. Econ. São Paulo, v. 26. N.2, p. 261-304,1996.

NAVARRO, K. L. F; VELÁZQUEZ, I. V. S. El territorio de El Jorullo. DAGOSTINO, R. M. C.; GONZÁLEZ, Y. S.; FORTES, S. C. (Orgs.). **De campesinos a empresarios: experiencia turística del ejido el jorullo**. Universidad de Guadalajara, 2017. p. 23.

NAZARETH, M. **Demografia e ecologia humana**, Análise Social, 123/124, Lisboa, ICS, pp. 879-885,1993.

NETTO, V. M. **A Urbanidade como Devir do Urbano**. EURE, Niterói-RJ, vol.39, nº118, pp.233-263, 2013.

NICOLIN J. de S. MENEZES J. M. F. Cabuleiros: memória e pluralidade africano-brasileira. *In: Seminário Internacional acolhendo as Línguas Africanas: línguas e culturas afro-brasileiras e as novas tecnologias – da Universidade do Estado da Bahia – UNEB*, 2014.

NICOLIN, J. de S. Conhecimento: História e Cultura da África Reterritorializada no Cabula-Tema: A Sociabilidade Cabuleira. *In: Associação Artista e Cultura Odeart*. Disponível em: http://artebagacodeart.art.br/page_3.html. Acessado em: 18 mai. 2015.

NOLL, R. G. TRIJONIS, J. **Mass Balance, General Equilibrium, and Environmental Externalities**. American Economic Review 61:730-735, 1971.

NUNES, E. J. F. SOUZA, D. M. **Educação e território**: estratégias de desenvolvimento local na periferia de salvador. **IX colóquios internacional de geocrítica**. Porto Alegre, 2007.

NÚCLEO DE ECOSSOCIOECONOMIA – NECOS. Disponível em: <http://ecossocioe-conomiap.wixsite.com/necos>. Acesso em: 29 mai. 2019.

NÚCLEO DE ESTUDOS DO FUTURO DA PUCSP. Disponível em: <http://nef.org.br/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Discos CBS, 1985.

OLIVEIRA, M. **Avaliação de indicadores para tomada de decisão na concepção de projetos de obras de edificação da indústria da construção civil**. Porto Alegre: Projeto de tese (Doutorado em Administração) – PPGA/UFGRS, 1997.

OLIVEIRA, W. F. de. ANDRADE, D. C. **Economia Ecológica, capitalismo e crises econômicas**. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 33, p. 73-101, outubro 2012.

PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica**: Fundamentos e práticas. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PAZ DE SOUZA, R. F. P. **Economia do meio ambiente**: aspectos teóricos da economia ambiental e da economia ecológica. *In*: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46. 2008, Rio Branco. Anais. Rio Branco, 2008.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial**. Raízes, v. 24, n. 01-02, p. 10-22, 2005.

PEDREIRA, P. T. Os quilombos baianos. *In*: **Revista brasileira de geografia**. Sumário do número de outubro-dezembro de 1962. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n4.pdf> acessado em 17 de mai de 2015, às 13h21.

PEREIRA, A. dos S. OLIVEIRA, F. V. **A via portuária de Salvador**: mobilidade na capital baiana a partir de intervenções viárias. Caderno metrópole, São Paulo, v. 15, n. 30, pp. 535-556, jul/dez 2013.

PEREIRA, E. M., (2018). Há Relação Entre a Violência no Brasil e o Direito à Cidade? *In*: **Vidas urbanas e a vida nas cidades**: regramentos urbanos, ambientais, seletividade e violências / org. Claudio Oliveira de Carvalho, Karine Grassi e Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho. – Caxias do Sul, RS: EducS, 2018. p. 11-22.

PEREIRA, I. C. Breve histórico do instituto da sesmaria e a evolução das principais áreas da cidade do salvador. **Revista direito UNIFACS**. n. 128, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1402>> Acessado em: 17 de mai. de 2015 às 11h31.

PIRES, I. M. CRAVEIRO, J. L. **Ética e Prática da Ecologia Humana**: questões introdutórias sobre a ecologia humana e emergência dos riscos ambientais “(Pires, I. e

Craveiro, J. - 2011). Coleção ECOLOGIA HUMANA, 2011. Disponível em: <http://ecologiahumanafcsh.weebly.com/uploads/1/6/2/3/16236920/tica_e_prtica_da_ecologia_humana.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

PIRES, I. **Problemas Sociais Complexos: O Olhar da Ecologia Humana**, in Ronaldo Alvim, Ajibola Badiru e Juracy Marques (eds.) Ecologia humana, uma visão global. Feira de Santana: Universidade Estadual Feira de Santana, Brasil, pp 101-121. ISBN 978-85-99799-91-8, 2014.

Programa Cidades Sustentáveis. Disponível em: http://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/administracao/guia_pro_grama_cidades_sustentaveis.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

QUEIROZ, L. S.; SANTOS, L. C. R. **Desenvolvimento local a partir da participação comunitária**. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 6, n. 1, p. 84-96, 2017.

RACIONALIDADE de Tomada de Decisão para o Planejamento e a Gestão Territorial Sustentável. Redes (Santa Cruz do Sul. Impresso), v. 16, p. 131-155, 2011.

RED DE SOCIO-ECOSISTEMAS Y SUSTENTABILIDAD. Disponível em: <http://www.redsocioecos.org/>. Acesso em: 22 mar. 2019.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: a verdadeira riqueza das nações. Caminhos para o desenvolvimento humano 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2010/download/pt>>. Acessado em: 11 Jun. 2013.

ROCHA, A. S. da. Seletividade espacial das Políticas Públicas e o território urbano – algumas reflexos. In: **Geo UERJ**, n. 23, v. 1. 2014. P. 99-113.

RODRIGUEZ, A. M. S. OLIVEIRA, C. M. V. FREITAS, M. C.V. Globalização, cultura e sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, 2001, vol. 6, no. 1, p. 97-105.

SACHS, W. **Diccionario del Desarrollo Una Guía del Conocimiento como Poder**. PRATEC. Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas, 1996. ISBN: 9972-646-00-9 1996.

SACHS, I. **Desenvolvimento e cultura**. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. Organizações e Sociedade, v.12, n.33, p. 151-165, abr./jun. 2005.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. pp. 09-43.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Ignacy. **Ignacy Sachs, ecossocioeconomista**: 'Precisamos do conceito de desenvolvimento'. Entrevista concedida à Cristina Amorim. O Estado de São Paulo, Vida&, p. A17, 14/03/2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K. **Ecossocioeconomias**: um conceito em construção In: *Ecossocioeconomias: promovendo territórios sustentáveis*. Blumenau: EDIFURB, 2019, v.1, p. 15-34.

SAMPAIO, C. A. C.; MANTOVANELI JUNIOR, O.; FERNANDES, V. **Racionalidade de tomada de decisão para o planejamento e a gestão territorial sustentável**. REDES (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE), v.16, p.131 - 155, 2011.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia**: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau: EDIFURB, 2010.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K., FALK, V. C. V. **Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária**: Interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo. Revista Turismo Visão e Ação. V.10, nº 02. p. 244-262, 2008.

SAMPAIO, C. A. C.; DALLABRIDA, I.S. **Ecossocioeconomia das organizações**: Gestão que privilegia uma outra economia. Rev. FAE, v. 12, n.2, p.17-33, Curitiba, 2009.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Turismo em Análise, v.18, p.148 - 165, 2007.

SAMPAIO, C. A. C.; LENZ, T. C. Z.; HENRÍQUEZ Z., C.; CORIOLANO, L. N. M. T.; FORTES, S. C.; ALVES, A. R. **Interpreting comunitarian tourism in the context of some integrated experiences in Brazil, Chile and Costa Rica**. Urbanistica Informazioni, v. XXXXII, p.122 - 130, 2015.

SAMPAIO *et al.* **Bem viver para a próxima geração**: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. Saúde Soc. São Paulo, v.26, n.1, p.40-50, 2017.

SAMPAIO, C.A.C. SANTOS, L.C.R. RIBEIRO, L. S. **A ecossocioeconomia e a economia solidária, uma aproximação teórica**. In: I Seminário Nacional de economia solidária. Ponta Grossa, Paraná. 2014.

SAMPAIO, C. A.C.; PARKS, C. D.; GRIMM, I. J.; ALCANTÁRA, L. C. S.; FERNANDES, V.; MANTOVANELI Jr., O. **Ecossocioeconomias**: análise de experiências ao Oeste dos Estados Unidos da América. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Prelo.

SANCHES, Rodrigo E.; ROMO, Edmundo A.; DAGOSTINO, Rosa Maria C. Turismo y Desarrollo en la Costa Alegre de Jalisco y Nayarit, México. *In*: PARTIDA, Hector R. R.; Gonzáles, Antonio R. M.; SANCHES, Rodrigo E.; DAGOSTINO, Rosa Maria C. (Orgs.). **Reflexiones sobre desarrollo turístico y territorio económico: Occidente de México**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2016. P. 233-253.

SANTANA, D. P. **A Agricultura e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. Sete Lagoas, MG: EMBRAPA, 2005. (Comunicado Técnico 132).

SANTIAGO, R. C. C. de A. **Ações educativas numa perspectiva da ecossocioeconomia no antigo quilombo do cabula**. ARTEFACTUM-Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia, v. 18, n. 1, 2019.

SANTOS, L. C. R. **Gestão urbana na perspectiva da ecossocioeconomia**: análise dos arranjos institucionais para a governança do território do Cabula, Salvador – BA. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

SANTOS, L. C. R. dos et al. **Arranjo Institucional e Socioproductivo Correlações e Sustentabilidade**: Um Estudo de Caso no Município de Salvador, Bahia. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/d259/61b449a67e65eb4049562e893ca7284c364f.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2019.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Myrna T. R. Viana. São Paulo: EDUSP, 2004 [1979]. 433 p.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4 ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, F.P. S. SÁ, N.S.C. (Org.). **Cartilha (in)formativa sobre Turismo de Base Comunitária “O Abc do TBC”**. Salvador: EDUNEB, 2012. 32p.

SILVA, F.P. S; MATTA, A. E. R.; SÁ, N. S. C. **Turismo de Base Comunitária no Antigo Quilombo Cabula**. Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.79-92, ago. 2016.

SILVA, F.P. S. **Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno**. Salvador: Uneb, 2014. Memorial (promoção e progressão na carreira do magistério superior, de titular para pleno) Universidade do Estado da Bahia, Curso Turismo e Hotelaria.

SILVA, J. M. C. **Políticas públicas como instrumento de inclusão social**. Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial. Brasília, v. 7, n. 2, p. 161-211, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/politicas_publicas_como_instrumento_de_inclusao_social.pdf> Acessado em: 8 de julho de 2017.

SILVA, P. H. O.; SPINOLA, C. de A. **Turismo de base comunitária**: considerações conceituais e perspectivas de implementação em um bairro popular de Salvador-BA. Caderno Virtual de Turismo, v. 18, n. 2, p. 85-103, 2018.

- SOUZA, R. P. de; SANTANA, L. **Possibilidades a partir do Turismo de Base Comunitária na contra Costa da Vera Cruz–Distrito de Baiacu–BA**. 2014. <Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18418>>. Acesso em: 06 jun. 2019.
- SOUZA, A. L. P. de. RPG Digital Instrumento Pedagógico para o Ensino da Abolição da Escravidão. 2016. Disponível em: <<http://www.saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/527>>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- TARANGO, R. L.; VIOLANTE, C. Á.; ESCOBAR, S. C. Fisonomía ejidal de México. DAGOSTINO, Rosa María Chávez; GONZÁLEZ, Yesica Sánchez; FORTES, Simone Calistro (Orgs.). **De campesinos a empresarios: experiencia turística del ejido el jorullo**. Universidad de Guadalajara, 2017. p. 41.
- TBC, Portal. Cultarte: Histórico. Disponível em: <<https://tbccabula.com.br/cultarte>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- TIETENBERG, T. **Controlling Pollution by Price and Stand Systems: A General Equilibrium Analysis**, The Swedish Journal Economics, v, 75, 2pp. 193-203, 1973.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- ULTRAMARI, C. **O fim das utopias urbanas**. Studio Nobel, 2005.
- UN, United Nations. UNDP, United Nations Development Programme. **Human development indices and indicators 2018**. New York: UNDP, 2018.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998, 88 p.
- VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C. **Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. Revista Eisforia, v. 4, 2006.
- VIEIRA, P. F. Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política e Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 27-78, 2009.
- VIEIRA, P. F. **Do Desenvolvimento Local ao Ecodesenvolvimento Territorial**. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis. v. 10, n.2, 2013.
- VIEIRA, P. F.; RIBEIRO, M. A. Ecologia humana, ética e educação: a mensagem de Pierre Dansereau. Porto Alegre: Pallotti, 1999.
- WENDERS, W. *et al.* **A paisagem urbana**. Revista de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 2, p. 181-189, 1994.
- WOODCRAFT, S. Hackett, T. Caistor-Arendar, L. **Design for Social Sustainability: a framework for creating thriving new communities**. Young Foundation, UK, 2011.
- WORLD BANK. 2016. Brazil - **Systematic country diagnostic**. Washington, D.C.: World Bank Group. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/180351467995438283/Brazil-Systematic-country-diagnostic>. Acesso em: 12 abr.2017.

WWF-BRASIL. **Certificação em Turismo:** Lições mundiais e recomendações para o Brasil. SALAZAR, Sergio (Coord.). Brasília: WWF Brasil, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 3. Ed. Porto Alegre: Bookmann, 2005. 207p.

ZAOUAL, H. **Do turismo de massa ao turismo situado:** quais as transições? Caderno Virtual de Turismo, v. 8, n. 2, 2008.

ANEXO A - FORMULÁRIO QUALITATIVO DE COLETA DE DADOS

Versão: 13/Setembro/2014

1. Nome do Projeto Demonstrativo;
2. Município (sede)/Estado/País da experiência;
3. Bioma predominante;
4. Modalidade: (a) Agenda 21 Local, (b) Turismo Comunitário, Solidário e Sustentável, (c) Responsabilidade Socioambiental Corporativo, (d) Economia Social, (e) Gestão de Unidades de Conservação Ambiental, (f) Mobilidade Urbana Sustentável, (g) Slow cities, (h) Ecovilages e (i) tecnologias apropriadas, (j) Para outras modalidades especificar
5. Homepage / Link do vídeo institucional do Projeto;
6. Entrevistado(s): nome, função, data, tempo da entrevista e local, telefone e e-mail de contato;
7. Instituições participantes do projeto:
 - 7.1 Instituições coordenadoras;
 - 7.2 Centros de pesquisa (universitários) que prestam assessoria; e
 - 7.3 Demais instituições;
8. Financiamentos recebidos (nome da instituição, valor do financiamento, período);
9. Produção científica sobre o projeto (teses, dissertações, monografias, artigos, reportagens, vídeos e outros);
10. Gênese (como tudo começou) do projeto:
 - 10.1 Problemática (qual foi o problema que originou o projeto?); e
 - 10.2 Objetivos do projeto (o que se resolveu efetivamente?);
11. Localização (território): sede e arredores:
 - 11.1 Discriminar localização específica caso se trate de uma bacia hidrográfica/unidades de conservação/microrregião;
 - 11.2 Coordenadas Latitudinais e Longitudinais da localização (Google maps);
 - 11.3 Anexar mapa de boa qualidade que demonstre localização microrregional/estadual;
 - 11.4 Características do local: 8.3.1 Ecológicas; 8.3.2 Culturais; 8.3.3 Sociais; e 8.3.4 Econômicas;
 - 11.5 Identificar indicadores que demonstrem sustentabilidade da experiência;
12. Marcos (Estratégias) do Projeto:
 - 12.1 Oportunidades (externo ao projeto) e pontos fortes (internos ao projeto);
 - 12.2 Ameaças (externas) e pontos fracos (internas);
 - 12.3 Cultura organizacional predominante (associativismo, empreendedorismo, religiosidade, movimento social e outros);
 - 12.4 Conhecimentos tradicionais/populares considerados no projeto (tecnologias apropriadas);
 - 12.5 Metodologias de trabalho (descentralização/centralização, racional/emotiva, participação induzida/voluntária, gestão profissional/voluntariado e outros);
 - 12.6 Principais ações implementadas;
 - 12.7 Resultados conseguidos durante o projeto; e
 - 12.8 Impactos que ocorreram depois da implementação do projeto;
13. **Arranjo Institucional e Socioproductivo** (institucionalidade e cadeia produtiva envolvidas) **de base local:**
 Encadeamento Vertical: Identifique local (comunidade, município), microrregional (Unidades de Conservação e Bacias Hidrográficas), estadual, nacional e internacionalmente os:
 - 13.1 Fornecedores de insumos (quando há relação produtiva) /provedores de informação (relação política);
 - 13.2 Distribuidores/consumidores dos produtos (quando há relação produtiva) /informações (relação política);
 Encadeamento Horizontal: Identifique as:
 - 13.3 Organizações de apoio ao projeto (instituições que influenciam, como as do Estado e organizações do terceiro setor);
 - 13.4 Terceirizações que ocorrem no projeto (empresas).
 Esquematize-se o arranjo em torno do projeto, conforme a matriz abaixo, aproveitando as informações identificadas dos itens 13.1, 13.2, 13.3 e 13.4

Encadeamento Horizontal	Encadeamento Vertical		
	Local	12.1 Fornecedores de insumos/provedores de informação	Microrregional
	12.3 Organizações de apoio	Projeto Demonstrativo	12.4 Organizações terceirizadas
	Estadual	12.2 Distribuidores/consumidores dos produtos/informações	Nacional/Internacional

14. Propostas e Intenções Futuras do projeto:

ANEXO B – INFORME FINAL DE ESTANCIA DOCTORAL



UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA

CENTRO UNIVERSITARIO DE LA COSTA

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Presente

Informo a ustedes que la alumna Simone Calistro Fortes realizó una estancia doctoral en el Centro Universitario de la Costa – Universidad de Guadalajara, campus Puerto Vallarta, Jalisco, México, del 17 de agosto del 2015 al 12 de febrero del 2016, vinculada al Programa de Doctorado en Ciencias para el Desarrollo, la Sustentabilidad y el Turismo, bajo mi tutoría en el Cuerpo Académico de Análisis Regional y Turismo (UGU CA 443).

Las actividades desarrolladas con el fin de complementar su formación en el posgrado, se hicieron con relación a los proyectos de investigación siguientes:

1. Desarrollo Local y Turismo Comunitario

Temática: Turismo comunitario alternativo en México: contribución a la mejora en la calidad de vida, factores limitantes y políticas públicas asociadas.

2. Uso Sustentable de las Playas Urbanas en los Municipios de Puerto Vallarta y Bahía de Banderas

Temática: Playas certificadas urbanas, políticas públicas, criterios y Normas Oficiales Mexicanas, Percepción de los turistas.

Las actividades que se realizaron, de acuerdo con los proyectos y otras actividades complementarias, se enlistan en el siguiente cronograma:

Actividades	Mes
Investigación	
Colaboración en el desarrollo de los proyectos Desarrollo local y Turismo comunitario. <i>Producto: Marco teórico.</i>	Agosto-Septiembre 2015
Visita de campo en la Sierra de Manantlán Jalisco, para observar el proyecto comunitario de mujeres “Color de la Tierra”	12-16 de Julio 2015
Trabajó en campo en los proyectos comunitarios: Ejido el Jorullo y Cooperativa de Servicios Turísticos en Punta de Mita y Techos de México en Chacala, Nay. <i>Producto: Coautora del libro Experiencia Turística del Ejido el Jorullo (en proceso).</i>	Agosto 2015-Febrero 2016
Trabajó en campo en playas urbanas y entrevistas con los responsables del manejo de playas en la bahía. <i>Producto: artículo de difusión “Las Playas de la Bahía” (en proceso)</i>	Agosto 2015-Enero 2016
Participó como coautor en el congreso de la AMIT 2015. Tema: “Diseño de un Producto turístico en la Sierra Occidental de Jalisco”, en La Paz Baja, California Sur.	Noviembre 2015
Participó como coautor de capítulo del libro: El turismo alternativo en el contexto capitalista, ¿Una alternativa para el desarrollo local en Latinoamérica? <i>(Concluido y en proceso de edición).</i>	Diciembre 2015 a Febrero 2016
Asesoría con Investigadores del área de arquitectura y urbanismo de la División de Ingenierías	Noviembre-Diciembre 2015

Difusión	
Colaboró en el Programa Radiofónico Bitácora Regional Radio Universidad de Guadalajara FM 103 orientado al Turismo http://udgtv.com/podcast/puerto-vallarta-xhugp-1043-fm/bit%C3%A1cora-regional	Diciembre 2015
Docencia	
Cursó un Seminario Optativo: Turismo Comunitario: relaciones urbanas y rurales, en el programa de Doctorado en Biosistemática, Ecología y Manejo de Recursos Naturales, Orientación en Investigaciones Costeras Prof Rosa María Chávez D.	Agosto- Octubre (50hrs)
Colaboró en la docencia de la carrera de turismo: impartió 3 cursos sobre Ecoturismo y Patrimonio Natural de Brasil. Asignaturas de Ecoturismo y Patrimonio Turístico Natural con los profesores Rosa María Chávez Dagostino y José Luis Cornejo O.	Agosto-Noviembre 2015
Cursó asignatura Desarrollo del Doctorado en Ciencias para el Desarrollo, la Sustentabilidad y el Turismo con el Dr. Carlos Gauna.	Agosto-Diciembre 2015


Debo comunicarles que la Doctoranda Simone Calistro Fortes, asistió a cursos y seminarios puntualmente y cumplió de forma entusiasta, responsable y eficiente, con todas las actividades propuestas que se le encomendaron, por lo que su desempeño general se considera sobresaliente.

Sin más por el momento, les envió un cordial saludo y quedo a sus órdenes para cualquier duda o aclaración.

ATENTAMENTE.

“Piensa y trabaja”

Puerto Vallarta, Jalisco., 15 de febrero del 2016




UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA
Centro Universitario de la Costa
Campus Puerto Vallarta

Dra. Rosa María Chávez Dagostino

Profesor Titular B

Orientación en Investigaciones Costeras del Doctorado BEMARENA

Miembro del Cuerpo Académico Análisis Regional y Turismo